

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDAS (DFD)

Documento de Formalização de Demanda (DFD) necessário à instauração de processo de contratação, conforme parâmetros básicos a seguir elencados, a serem complementados em Termo de Referência (TR).

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD)

1. Identificação da Necessidade:

Considerando a Lei Federal de nº 10436 de 24 de abril de 2002, que em seu 1º Artigo - reconhece a linguagem de sinais (LIBRAS) como um meio legal de comunicação e expressão. Considerando a Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), aborda de maneira explícita no Capítulo IV, Art. 27 que a *Educação constitui direito da pessoa com deficiência (...)*, ainda neste artigo, no seu Parágrafo único, define como dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade - *Assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação*. Com todo exposto evidencia-se a necessidade da contratação (por demanda) de profissional Tradutor e Interprete simultâneo em Libras que acompanhe as atividades do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos do Ministério Público da Bahia, possibilitando às pessoas cegas, com baixa visão, idosos, pessoas com deficiência intelectual e auditiva, tenham acesso as informações, visando promover a inclusão, inclusive em cumprimento a Constituição Federal em seu 5º Art., na afirmativa de que - *Todos são iguais perante a lei, (...)*.

Considerando os objetivos do Plano Estratégico deste Ministério que estabelece sua missão em *Defender a Sociedade e o Regime Democrático para **Garantia da Cidadania Plena***.

Por todo acima exposto, e com foco na *igualdade de direitos*, entendendo que sem acesso as pessoas com deficiência não podem exercer plenamente a cidadania, é que reforçamos a necessidade desta contratação, feito que confirma o Ministério Público da Bahia como uma instituição de excelência, indutora do respeito aos direitos fundamentais e interesses sociais de toda a Sociedade.


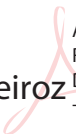
2. Objeto da Contratação:

Contratação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia, através do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos. Os eventos poderão ocorrer de forma presencial (ao vivo, executado no local do evento), ou remotamente (gravado e reproduzido simultaneamente), com cessão de uso de imagem e voz.

3. Tipo de Objeto:

- ☐ Fornecimento imediato.
- ☐ Fornecimento parcelado.
- ☐ Fornecimento continuado.
- ☒ Serviço não continuado.
- ☐ Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra.
- ☐ Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra.



4. Contratação Prevista no Plano de Contratações Anual (PCA): (X) Sim () Não* Se SIM , informar o Valor Previsto no Plano de Contratações Anual: R\$ 40.000,00 I	
5. Origem do Recurso: (X) Recursos Próprios - Orçamento do MPBA. () Recursos Oriundos de Convênio Estadual. () Recursos Oriundos de Convênio Federal.	CONCEDENTE E NÚMERO DO CONVÊNIO: (Se aplicável):
6. Formalização da Contratação: () Por empenho e AFM (não aplicável para hipóteses de inexigibilidade). (X) Por instrumento formal de contrato.	
7. Unidade Responsável pela Instrução do Processo: Centro de Apoio aos Direitos Humanos - Caodh	
8. Unidade Demandante: <i>Coordenação do Centro de Apoio aos Direitos Humanos - Caodh</i>	
9. Unidade Gestora dos Recursos (nome e código): Ex.: 40.101 / 0011 – Centro de Apoio aos Direitos Humanos - Caodh	
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO	
Matrícula: 351-467	Nome Completo: Alex Santana Lima
Unidade Administrativa: <i>Centro de Apoio aos Direitos Humanos - Caodh</i>	INSERIR ASSINATURA DIGITAL: Documento assinado digitalmente  ALEX SANTANA LIMA Data: 29/05/2024 10:23:48-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
IDENTIFICAÇÃO DO SUPERIOR IMEDIATO	
Matrícula: 351320	Nome Completo: Rogério Luis Gomes de Queiroz
Órgão/ Unidade: <i>Centro de Apoio aos Direitos Humanos - Caodh</i>	INSERIR ASSINATURA DIGITAL: Rogério Luis Gomes de Queiroz  Assinado de forma digital por Rogério Luis Gomes de Queiroz Dados: 2024.06.03 13:42:40 -03'00"

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS**

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO		
1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO	INDICAÇÃO DO ITEM (SE ÚNICO) OU FAMÍLIA (SE MÚLTIPLOS): Contratação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia, através do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos. Os eventos poderão ocorrer de forma presencial (ao vivo, executado no local do evento), ou remotamente (gravado e reproduzido simultaneamente), com cessão de uso de imagem e voz.	
1.2 JUSTIFICATIVA: <u>QUANTITATIVO DEFINIDO</u>	Recomenda-se que o trabalho de tradução e interpretação superior a uma hora de duração deverá ser realizado em regime de revezamento, com, no mínimo, dois profissionais.	
1.3 NATUREZA DO OBJETO	<input type="checkbox"/>	A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA, PONTUAL OU POR ESCOPO
	<input type="checkbox"/>	B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA
	<input type="checkbox"/>	C) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS - ESCOLHER UMA OPÇÃO: <input type="checkbox"/> D.1) SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA <input type="checkbox"/> D.2) SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR RESULTADO (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO) <input type="checkbox"/> D.3) COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR POSTOS DE SERVIÇOS <input type="checkbox"/> D.4) COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR RESULTADO (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO)
	<input checked="" type="checkbox"/>	D) OUTRO(S). Prestação de serviço por demanda
1.4 JUSTIFICATIVA: <u>SERVIÇOS CONTINUADOS</u>	<input checked="" type="checkbox"/>	A) NÃO SE APLICA (Não se trata de contratação de serviços continuados)
	<input type="checkbox"/>	B) JUSTIFICATIVA:
1.5 JUSTIFICATIVA: <u>ENQUADRAMENTO COMO SERVIÇO(S) DE ENGENHARIA</u>	<input checked="" type="checkbox"/>	A) NÃO SE APLICA (Não se trata de contratação de serviços de engenharia)
	<input type="checkbox"/>	B) SERVIÇO(S) ENQUADRADO(S) COMO “SERVIÇO(S) DE ENGENHARIA” ➤ FUNDAMENTAÇÃO: ➤ ITENS APLICÁVEIS - ESCOLHER UMA OPÇÃO: <input type="checkbox"/> A) TODOS OS ITENS <input type="checkbox"/> B) PARTE DOS ITENS:
1.6 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	A presente contratação visa atender a necessidade contínua do serviço de intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), na realização de eventos institucionais do Ministério Público do Estado da Bahia abertos ao grande público, e considerando a Lei	

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>Federal de nº 10436 de 24 de abril de 2002, que em seu 1º Artigo - reconhece a linguagem de sinais (LIBRAS) como um meio legal de comunicação e expressão. Considerando a Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), aborda de maneira explícita no Capítulo IV, Art. 27 que a <i>Educação constitui direito da pessoa com deficiência (...)</i>, ainda neste artigo, no seu Parágrafo único, define como dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade - <i>Assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação</i>. Com todo exposto evidencia-se a necessidade da contratação (por demanda) de profissional Tradutor e Interpretador simultâneo em Libras que acompanhe as atividades do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos do Ministério Público da Bahia, possibilitando às pessoas cegas, com baixa visão, idosos, pessoas com deficiência intelectual e auditiva, tenham acesso às informações, visando promover a inclusão, inclusive em cumprimento a Constituição Federal em seu 5º Art., na afirmativa de que - <i>Todos são iguais perante a lei, (...)</i>.</p> <p>Ainda a Resolução nº 230/2016, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que disciplina quanto à adoção de medidas voltadas à promoção de acessibilidade para pessoas com deficiência, dando ênfase ao seguinte inciso do artigo 10 da mencionada resolução: XIII – Utilização de intérprete de Linguagem Brasileira de Sinais, comunicação em linguagem acessível em todas as manifestações públicas, dentre elas propagandas, pronunciamentos oficiais, vídeos educativos, eventos e reuniões.</p> <p>Considerando os objetivos do Plano Estratégico deste Ministério que estabelece sua missão em <i>Defender a Sociedade e o Regime Democrático para Garantia da Cidadania Plena</i>.</p> <p>Por todo acima exposto, e com foco na igualdade de direitos, entendendo que sem acesso as pessoas com deficiência não podem exercer plenamente a cidadania, é que reforçamos a necessidade desta contratação, feito que confirma o Ministério Público da Bahia como uma instituição de excelência, indutora do respeito aos direitos fundamentais e interesses sociais de toda a Sociedade.</p>
1.7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	<p>Cuida-se de prestação de serviços de intérprete de Libras/Língua Brasileira de Sinais, visando tornar acessível às pessoas com deficiência auditiva as palestras proferidas em eventos institucionais. A solução atende às necessidades da administração, tendo se revelado a mais adequada à pretensão administrativa, na medida em que possibilita a efetiva participação de todos. O objeto compreende a execução dos serviços de intérpretes de LIBRAS, durante o período inicial de 14/06/2024 a 30/12/2024, contemplando, ainda, regras de transição contratual, etapas de adaptação.</p>
2. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR	
2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	<p>2.1.1 BASE LEGAL – ADEQUAR TEXTO À REALIDADE DA CONTRATAÇÃO:</p> <p>A seleção do fornecedor será por dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo menor preço praticado, a partir de pesquisa de preços realizada no mercado local.</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

		2.1.2 DIVULGAÇÃO DE AVISO PRÉVIO PARA COTAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:
	<input type="radio"/>	A) NÃO SE APLICA, CONFORME A SEGUINTE JUSTIFICATIVA: Não se recomenda a adoção do procedimento previsto no art. 75, §3º (divulgação de aviso pelo prazo mínimo de 3 dias úteis) em razão de
	<input checked="" type="radio"/>	B) REGRAS: ➤ E-mail para encaminhamento de propostas*: Caodh@mpba.mp.br e Alex@mpba.mp.br ➤ Telefone para contato*: 71-3103.0345 ➤ Prazo para envio das propostas por e-mail: 03 (três) dias úteis
2.2 HABILITAÇÃO	<input checked="" type="radio"/>	A) JURÍDICA – ESCOLHER UMA OPÇÃO: (x) A.1) DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DA PESSOA JURÍDICA (Cartão CNPJ e ato constitutivo); () A.2) DOCUMENTOS PESSOAIS DA PESSOA FÍSICA (Documento oficial de identificação pessoal e cartão CPF, caso esta numeração não conste no primeiro)
	<input checked="" type="radio"/>	B) FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, a englobar: B.1) Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Federal e INSS; B.2) Certidão de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Pública do Estado da Bahia; B.3) Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Pública do Estado sede da empresa ou do domicílio da pessoa física – caso não seja Bahia; B.4) Certidão de regularidade com a Fazenda Pública Municipal do município-sede do fornecedor selecionado; B.5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (se pessoa jurídica); B.6) Certidão de Regularidade do FGTS (se pessoa jurídica);
	<input checked="" type="radio"/>	C) TÉCNICA (FACULTATIVO): A contratada deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica que comprove o atendimento para os serviços. O referido documento poderá ter sido firmado por órgão público ou pessoa jurídica de direito privado, comprovando a prestação dos serviços de maneira satisfatória e compatíveis com suas características, quantidades e prazos com o objeto contratado. Os Atestados de Capacidade Técnica poderão ser cumulativos e complementares, além disso poderão ambas as exigências constarem num mesmo atestado.
	<input type="radio"/>	D) ECONÔMICO-FINANCEIRA (FACULTATIVO): () D.1) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA () D.2) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, COM INIDICAÇÃO DE ÍNDICES. ESPECIFICAR:

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

		<p>➤ Justificar opção “D.2” (Em caso positivo):</p> <p>➤ ÍNDICES CONTÁBEIS APLICÁVEIS – ESCOLHER QUANTOS CABÍVEIS:</p> <p style="margin-left: 20px;">() 1. Liquidez Corrente (ILC), que deverá ser:</p> <p style="margin-left: 40px;">() Maior que 01 (um) () Outro. Indicar:</p> <p style="margin-left: 20px;">() 2. Liquidez Geral (LG), que deverá ser:</p> <p style="margin-left: 40px;">() Maior que 01 (um) () Outro. Indicar:</p> <p style="margin-left: 20px;">() 3. Solvência Geral (SG), que deverá ser:</p> <p style="margin-left: 40px;">() Maior que 01 (um) () Outro. Indicar:</p> <p style="margin-left: 20px;">() 4. Outro. Indicar:</p> <p style="margin-left: 20px;">() D.3) DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU CAPITAL SOCIAL, igual ou superior a _____ % do valor da licitação (limite legal: 10%);</p> <p>➤ Justificar opção “D.3” (Em caso positivo):</p>
3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO		
3.1 REGIME DE EXECUÇÃO	(x)	A) EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
	()	B) EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
	()	C) OUTRO . Indicar:
3.2 RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO		<p>➤ PRAZO: 02 dias. Contagem – ESCOLHER UMA OPÇÃO: () Úteis (x) Corridos</p> <p>3.2.1. Prazo contado a partir da notificação pela Administração, que ocorrerá, preferencialmente, através de envio de e-mail para o endereço indicado na proposta de preços.</p> <p>3.2.2. As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).</p> <p>3.2.3. A Contratada poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração.</p>
3.3 FORMA DE EXECUÇÃO		<p>➤ LOCAL(IS) DE EXECUÇÃO: Presencialmente: na Sede do Ministério Público do Estado da Bahia – CAB: 5ª Avenida, nº 750, do CAB - Salvador, BA - Brasil - CEP: 41.745-004. Sede do Ministério Público do Estado da Bahia – Nazaré - Avenida Joana Angélica, nº 1.312, Nazaré -Salvador, BA- CEP: 40.050-001, ou em local diverso das Sedes do MPBA, desde que dentro da comarca de Salvador/Ba. Em ambiente virtual, onde a contratante tenha ou possua conexão de internet com qualidade de transmissão.</p> <p>➤ DIAS E HORÁRIOS PARA EXECUÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p style="margin-left: 20px;">() A) NÃO SE APLICA</p> <p style="margin-left: 20px;">(X) B) REGRAS: das 08 às 22h Conforme programação dos eventos</p> <p>➤ DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO : Execução deve ser agendada</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<ul style="list-style-type: none">- Na hipótese de algum dos serviços ultrapassar o período estabelecido de 08 (oito) horas, o valor será complementado proporcionalmente ao número de horas de serviço efetivamente prestado, excluindo-se os horários de refeição e deslocamento;- A contratada deverá chegar ao local do evento com no mínimo 30 minutos de antecedência de início do evento- Os serviços do profissional em tradução e interpretação de Libras serão disponibilizados, quando em período superior a uma hora, deverá ser realizado em regime de revezamento, com, no mínimo, 2 (dois) profissionais por evento, conforme exigência da Lei Federal de nº 10436 de 24 de abril de 2002;- Reunir-se de forma virtual, e sem custos à contratante, com a CONTRATADA em data anterior ao evento, a fim de prestar os detalhes necessários à adequada prestação do serviço;- Quando possível, entregar à CONTRATADA todo o material escrito sobre cada evento ou resumo da fala dos palestrantes, com antecedência mínima de até 72 (setenta e duas) horas;- Para eventos presenciais reservar espaço/local adequado para o posicionamento das/dos TILSP, visando garantir a qualidade do serviço.									
3.4 PRAZO(S) DE EXECUÇÃO	<div>(x)</div> <div>A) REGRAS (SUGESTÃO):</div> <div>> PRAZO(S) DE EXECUÇÃO – INDIVIDUALIZAR POR SERVIÇO:</div> <table><thead><tr><th>SERVIÇO</th><th>PRAZO EM DIAS</th><th>CONTAGEM</th></tr></thead><tbody><tr><td>Contratação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia, através do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos. Os eventos poderão ocorrer de forma presencial (ao vivo, executado no local do evento), ou remotamente (gravado e reproduzido simultaneamente), com cessão de uso de imagem e voz.</td><td>01</td><td>() Úteis (x) Corridos</td></tr><tr><td></td><td></td><td>() Úteis () Corridos</td></tr></tbody></table> <div>> PRAZO(S) CONTADO A PARTIR DE - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</div> <div>(x) A) RECEBIMENTO DO EMPENHO PELO FORNECEDOR (REGRA GERAL)</div> <div>() B) OUTRO – Informar:</div> <div>> PRAZO PARA FINALIZAÇÃO TOTAL DOS SERVIÇOS (SE HOUVER): Os serviços serão finalizados com o término dos eventos.</div> <div>> ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO(S) PRAZO(S) DE EXECUÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</div>	SERVIÇO	PRAZO EM DIAS	CONTAGEM	Contratação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia, através do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos. Os eventos poderão ocorrer de forma presencial (ao vivo, executado no local do evento), ou remotamente (gravado e reproduzido simultaneamente), com cessão de uso de imagem e voz.	01	() Úteis (x) Corridos			() Úteis () Corridos
SERVIÇO	PRAZO EM DIAS	CONTAGEM								
Contratação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia, através do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos. Os eventos poderão ocorrer de forma presencial (ao vivo, executado no local do evento), ou remotamente (gravado e reproduzido simultaneamente), com cessão de uso de imagem e voz.	01	() Úteis (x) Corridos								
		() Úteis () Corridos								

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

		<p>(x) A) NÃO</p> <p>() B) SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de execução consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato aceito pela Instituição.</p>
	()	B) REGRAS (DEFINIDAS PELA UNIDADE SOLICITANTE):
	()	C) DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO II - Especificações Técnicas Detalhadas (INCLUIR AO FINAL DO DOCUMENTO)
3.5 REGRAS DE GARANTIA	(x)	A) NÃO SE APLICA, POIS O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NÃO É APLICÁVEL AO OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO E NÃO HÁ EXIGÊNCIA DE GARANTIA ACESSÓRIA
	()	B) GARANTIA <u>LEGAL</u> PARA TODOS OS ITENS, CONFORME PRAZOS E CONDIÇÕES DEFINIDOS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
	()	C) GARANTIA CONTRATADA (SERVIÇO ACESSÓRIO) PARA TODOS OS ITENS ➤ JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIA:
	()	D) HÍBRIDO (PARTE DOS ITENS COM GARANTIA LEGAL E PARTE DOS ITENS COM GARANTIA CONTRATADA) ➤ JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIA: ➤ INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) – Indicar o número correspondente ao item na tabela do APENSO I: <ul style="list-style-type: none"> ○ GARANTIA LEGAL: ○ GARANTIA CONTRATADA:
	()	E) DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO II - Especificações Técnicas Detalhadas (INCLUIR AO FINAL DO DOCUMENTO)
	3.5.1 REGRAS DA GARANTIA CONTRATADA (<u>Somente</u> para opções C ou D): ➤ EXECUTOR DA GARANTIA - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> <div style="margin-left: 40px;"> <p>() A) CONTRATADO (REGRA GERAL)</p> <p>() B) FABRICANTE (EXCEÇÃO)</p> <p style="margin-left: 40px;">○ Justificar a exigência de garantia do <u>fabricante</u> (Em caso positivo):</p> </div> ➤ DURAÇÃO, contado da data do recebimento dos serviços - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> <div style="margin-left: 40px;"> <p>() A) _____ DIAS</p> <p>() B) _____ MESES</p> <p>() C) GARANTIA PEDURARÁ CONTINUAMENTE DURANTE TODA A VIGÊNCIA CONTRATUAL (SERVIÇOS CONTÍNUOS)</p> </div>	

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<ul style="list-style-type: none"> ○ Justificar prazo de duração definido: ➤ PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a partir da abertura pelo MPBA - ESCOLHER UMA OPÇÃO: <ul style="list-style-type: none"> () A) _____ HORAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis () Corridos () B) _____ DIAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis () Corridos () C) OUTRO(S). Indicar: ➤ FORMA DE EXECUÇÃO DO ATENDIMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO: <ul style="list-style-type: none"> () A) Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador () B) Assistência sediada no seguinte município: <i>Inserir texto</i> () C) Assistência sediada em local a critério da Contratada () D) <i>On site</i>, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (EXCEÇÃO). Regras: <ul style="list-style-type: none"> ○ Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de _____ () horas, contadas da notificação pelo MPBA; ○ O executor da garantia (conforme acima indicado) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de serviços/bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles tenham sido executados (serviços) ou estiverem (bens), bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário; ○ Justificativa para a garantia <i>on site</i>: () E) Outra. Especificar: ➤ DETALHAMENTO DAS DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DA GARANTIA (Se houver): 	
3.6 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO	(x)	A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO
	()	B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS <ul style="list-style-type: none"> ➤ Indicar parcela(s) subcontratável(eis): ➤ Indicar regras/condições para subcontratação:
3.7 MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL	3.7.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: <p>3.7.1.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o Contratante designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização do contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a Contratada sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.</p> <p>3.7.1.2 Incumbe à gestão e à fiscalização, na medida de suas competências institucionais, acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:</p>	

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>3.7.1.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento e no contrato, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;</p> <p>3.7.1.2.2 Transmitir à Contratada as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;</p> <p>3.7.1.2.3 Promover, com a presença da Contratada, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;</p> <p>3.7.1.2.4 Esclarecer as dúvidas da Contratada, solicitando ao setor competente do Contratante, se necessário, parecer de especialistas;</p> <p>3.7.1.2.5 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;</p> <p>3.7.1.2.6 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).</p> <p>3.7.1.3 A fiscalização, pelo Contratante, não desobriga a Contratada de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.</p> <p>3.7.1.3.1 A ausência de comunicação, por parte do Contratante, sobre irregularidades ou falhas, não exime a Contratada das responsabilidades determinadas neste contrato.</p> <p>3.7.1.4 O Contratante poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.</p> <p>3.7.1.4.1 Qualquer serviço ou bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela Contratada, às suas expensas;</p> <p>3.7.1.4.2 A não aceitação de algum serviço ou bem, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do Contratante.</p> <p>3.7.1.5 Para fins de fiscalização, o Contratante poderá solicitar à Contratada, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.</p> <p>3.7.1.6 A gestão e a fiscalização contratual observarão, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.</p>				
	<p>3.7.2 DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS AO OBJETO CONTRATADO: ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <table><tr><td>()</td><td>A) NÃO SE APLICA, SENDO APLICÁVEIS APENAS AS DISPOSIÇÕES GERAIS ELENCADAS NO ITEM 3.7.1</td></tr><tr><td>(X)</td><td>B) DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAMENTE RELACIONADAS AO OBJETO CONTRATUAL</td></tr></table> <p>3.7.2.1. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto do interesse da CONTRATANTE ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da contratação, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, conforme o caso;</p> <p>3.7.2.2. Repor imediatamente os profissionais a serviço dos eventos, no caso de ausência ou dispensa;</p>	()	A) NÃO SE APLICA, SENDO APLICÁVEIS APENAS AS DISPOSIÇÕES GERAIS ELENCADAS NO ITEM 3.7.1	(X)	B) DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAMENTE RELACIONADAS AO OBJETO CONTRATUAL
()	A) NÃO SE APLICA, SENDO APLICÁVEIS APENAS AS DISPOSIÇÕES GERAIS ELENCADAS NO ITEM 3.7.1				
(X)	B) DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAMENTE RELACIONADAS AO OBJETO CONTRATUAL				

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>3.7.2.3. Enviar para a contratante em até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da prestação dos serviços, documento contendo todas as informações necessárias dos profissionais disponibilizados;</p> <p>3.7.2.4. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;</p> <p>3.7.2.4. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na durante a contratação.</p> <p>3.7.2.5. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;</p> <p>3.7.2.6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;</p>
	<p>3.7.3 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</p> <p>3.7.3.1 A CONTRATADA sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/23, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.</p> <p>3.7.3.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:</p> <p>3.7.3.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;</p> <p>3.7.3.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;</p> <p>3.7.3.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;</p> <p>3.7.3.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;</p> <p>3.7.3.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;</p> <p>3.7.3.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;</p> <p>3.7.3.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p> <p>3.7.3.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;</p> <p>3.7.3.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;</p> <p>3.7.3.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;</p> <p>3.7.3.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:</p> <p>3.7.3.3.1 Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);</p> <p>3.7.3.3.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.7.3.2.2, a 3.7.3.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>(art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);</p> <p>3.7.3.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.7.3.2.5 a 3.7.3.2.10, acima, bem como nas alíneas 3.7.3.2.2 a 3.7.3.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);</p>
	<p>3.7.4 DAS MULTAS - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <div style="display: flex; align-items: flex-start;"> <div style="width: 5%; text-align: center; padding-right: 10px;"> <p>(X)</p> </div> <div style="width: 95%;"> <p>A) APLICAM-SE AS DISPOSIÇÕES ABAIXO ELENCADAS:</p> <p>3.7.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;</p> <p>3.7.4.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:</p> <div style="margin-left: 20px;"> <p>3.7.4.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p> <p>3.7.4.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;</p> <p>3.7.4.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;</p> </div> <p>3.7.4.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas:</p> <div style="margin-left: 20px;"> <p>3.7.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;</p> <p>3.7.4.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;</p> </div> <p>3.7.4.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;</p> <div style="margin-left: 20px;"> <p>3.7.4.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;</p> <p>3.7.4.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;</p> <p>3.7.4.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;</p> </div> </div> </div>
	<div style="display: flex; align-items: flex-start;"> <div style="width: 5%; text-align: center; padding-right: 10px;"> <p>()</p> </div> <div style="width: 95%;"> <p>B) DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS - PREENCHER, CONFORME O CASO: *</p> <p>3.7.4.1 Moratória de xxx% (xxxx por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;</p> <p>3.7.4.2 Compensatória de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:</p> <div style="margin-left: 20px;"> <p>3.7.4.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;</p> </div> </div> </div>

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>3.7.4.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p> <p>3.7.4.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;</p> <p>3.7.4.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;</p> <p>3.7.4.3 Compensatória de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas;</p> <p>3.7.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;</p> <p>3.7.4.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;</p> <p>3.7.4.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato;</p> <p>3.7.4.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;</p> <p>3.7.4.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;</p> <p>3.7.4.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;</p>
<p>3.8 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO (PARA FINS DE FATURAMENTO)</p>	<p>3.8.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO:</p> <p>➤ PRAZO: 01 dias corridos, contados: ESCOLHER UMA OPÇÃO</p> <p>(x) A) DA FINALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS</p> <p>() B) DA ENTREGA DA NOTA FISCAL/FATURA</p> <p>() C) OUTRO:</p> <hr/> <p>3.8.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO:</p> <p>➤ PRAZO: 03 dias corridos, contados do recebimento provisório</p> <hr/> <p>3.8.3 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() A) NÃO SE APLICA</p> <p>(x) B) PRAZO ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>(x) 1) 01 HORAS. Contagem – Escolher <u>uma</u> opção: () Úteis (x) Corridos</p> <p>() 2) 2 DIAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis () Corridos</p> <p>() 3) OUTRO(S). Indicar: Inserir texto</p> <hr/> <p>3.8.4 DEMAIS REGRAMENTOS:</p> <p>3.8.4.1 O Contratante rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;</p> <p>3.8.4.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos nos prazos definidos neste instrumento, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;</p> <p>3.8.4.3 Eventual instabilidade na prestação do serviço deverá ser suprida no prazo máximo do item 3.8.3 assegurado à Contratada a possibilidade de adoção de eventual solução alternativa, neste prazo, a fim de segurar a continuidade da prestação do serviço;</p> <p>3.8.4.4 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a Contratada obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;</p> <p>3.8.4.5 O recebimento definitivo do objeto deste instrumento será concretizado depois de adotados, pelo Contratante, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/23, devendo ocorrer nos prazos definidos neste instrumento;</p> <p>3.8.4.6 O aceite ou aprovação do objeto pelo Contratante não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste instrumento e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Contratante, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.</p>	
3.9 DOS PREÇOS	3.9.1 ABRANGÊNCIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:	
	(X)	<p>A) OS PREÇOS CONTRATADOS ENGLOBAM TODOS E QUAISQUER CUSTOS NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DA CONTRATAÇÃO</p> <p>➤ Englobam, exemplificativamente, todos os custos relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal designado pelo fornecedor para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos.</p> <p>➤ Demais regramentos (se houver):</p>
	()	B) ITENS OU CUSTOS NÃO INCLUSOS NOS PREÇOS PACTUADOS:
	3.9.2 CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DOS PREÇOS - ESCOLHER UMA OPÇÃO:	
	()	A) VALOR MENSAL FIXO
	()	B) VALOR UNITÁRIO POR SERVIÇOS
	(X)	C) VALOR GLOBAL CONTRATADO , relativo à completa execução dos serviços
	()	D) OUTRO:
3.10 REGRAS DE	3.10.1 PERIODICIDADE DE FATURAMENTO(S) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:	
	()	A) MENSAL

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

FATURAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/> (X)	B) MÚLTIPLOS FATURAMENTOS, SENDO CADA UM REALIZADO APÓS A EXECUÇÃO DE CADA PEDIDO/EMPENHO EMITIDO
	<input type="checkbox"/> ()	C) EM PARCELA ÚNICA - ESCOLHER UMA OPÇÃO: <input type="checkbox"/> () 1) AO FINAL DE <u>TODA</u> A EXECUÇÃO CONTRATUAL E RECEBIMENTO DO OBJETO (Regra geral) <input type="checkbox"/> () 2) OUTRO:
	<input type="checkbox"/> ()	D) PARCELADO: ➤ QUANTIDADE DE PARCELAS: ➤ DEFINIÇÃO DOS MONTANTES DAS PARCELAS -
	<input type="checkbox"/> ()	E) OUTRO(A). Indicar:
	3.10.2 CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA FATURAMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:	
	<input checked="" type="checkbox"/> (X)	A) NÃO SE APLICA , sendo necessária somente a apresentação de nota fiscal/fatura e certidões de regularidade fiscal e trabalhista, conforme item 3.11.1 (abaixo).
<input type="checkbox"/> ()	B) REGRAS E/OU DOCUMENTOS EXIGIDOS , para além dos indicados na opção A. Especificar:	
3.11 REGRAS PARA PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	<p>3.11.1 O faturamento referente ao objeto deste instrumento será efetuado na periodicidade indicada no item 3.10.1, mediante apresentação, pela CONTRATADA, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da CONTRATADA, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do TERMO DE RECEBIMENTO pelo CONTRATANTE;</p> <p>3.11.2 Os pagamentos serão processados no prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação indicada no item 3.11.1, desde que não haja pendência a ser regularizada;</p> <p>3.11.3 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;</p> <p>3.11.4 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto consignado na Cláusula Primeira;</p> <p>3.11.5 O CONTRATANTE realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;</p> <p>3.11.6 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela CONTRATADA, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;</p> <p>3.11.7 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto nos itens 3.11.2 e 3.11.3.</p> <p>3.11.7.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao CONTRATANTE, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE.</p>	

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

		<p>A) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. REGRAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER UMA OPÇÃO: <ul style="list-style-type: none"> () A) INPC/IBGE () B) OUTRO. Indicar: ➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pela Contratada, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado pela Administração. ➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação do orçamento estimado pela administração e termo final o mês que antecede a data de aniversário. ➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de execução de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados do orçamento estimado pela administração. ➤ Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
3.12 REAJUSTAMENTO	()	
	(x)	<p>B) NÃO É CABÍVEL A PREVISÃO DE REAJUSTAMENTO DURANTE A VIGÊNCIA ORIGINÁRIA DO CONTRATO, dadas as regras de pagamento e a natureza dos serviços. *</p> <p>Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência, os preços pactuados serão passíveis de reajustamento, conforme as seguintes regras e condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER UMA OPÇÃO: <ul style="list-style-type: none"> (x) A) INPC/IBGE () B) OUTRO. Indicar: ➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pela Contratada, após o transcurso do prazo total de execução dos serviços contratados. ➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de meses decorridos entre a apresentação da proposta de preços e o encerramento do prazo inicial de duração da execução contratual. ➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos ao novo período de vigência contratual.
		<p>3.13.1 VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>(x) A) NÃO SE APLICA (Não se trata de registro de preços)</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	()	B) VIGÊNCIA DA ARP: ➤ Prazo de vigência da ARP: _____ meses (Limitado a 1 ano) ➤ Possibilidade de prorrogação de prazo de vigência - ESCOLHER UMA OPÇÃO: () NÃO () SIM (Limitado ao <u>total</u> de vigência da ARP de 2 anos)
	3.13.2 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u>	
	()	A) CONTRATAÇÕES SEM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> () 1) _____ meses, contados do recebimento do empenho pela contratada () 2) _____ dias, contados do recebimento do empenho pela contratada () 3) _____ meses, contados a partir do dia ____ de ____ de ____ (previsão inicial)* () 4) _____ dias, contados a partir do dia ____ de ____ de ____ (previsão inicial)*
	(x)	B (x) CONTRATAÇÕES COM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> (X) Opção 1: 07 meses, contados a partir de(a) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> () A) Data certa (previsão inicial): (x) B) Da data da (última) assinatura () Opção 2: _____ dias, contados a partir de(a) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> () A) Data certa (previsão inicial): ____ de ____ de ____ () B) Da data da (última) assinatura
	3.13.3 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u>	
	()	A) NÃO SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA
	(x)	B) SIM, SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE ADITIVO PARA TAL FIM. ➤ Justificativa:
3.14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	3.14.1 OBRIGAÇÕES GERAIS 3.14.1.1 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no presente instrumento, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente do Contratante, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material; <div style="margin-left: 40px;">3.14.1.1.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;</div> 3.14.1.2 Prestar diretamente os serviços ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, observando-se as regras para subcontratação definidas neste instrumento;	


TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>3.14.1.3 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução dos serviços objeto deste instrumento;</p> <p>3.14.1.4 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente execução dos serviços objeto deste contrato;</p> <p>3.14.1.5 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação;</p> <p>3.14.1.6 Assegurar que os serviços objeto deste contrato não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;</p> <p>3.14.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;</p> <p>3.14.1.7.1 A eventual retenção de tributos pelo Contratante não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela Contratada;</p> <p>3.14.1.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, observando-se, ainda, o quanto disposto nos itens 3.10 e 3.11 deste instrumento;</p> <p>3.14.1.9 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;</p> <p>3.14.1.10 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;</p> <p>3.14.1.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo Contratante, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o Contratante;</p> <p>3.14.1.12 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;</p> <p>3.14.1.13 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;</p> <p>3.14.1.14 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.</p> <p>3.14.1.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;</p> <p>3.14.1.16 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, ou do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;</p> <p>3.14.1.17 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do</p>
--	--

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>contrato;</p> <p>3.14.1.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;</p> <p>3.14.1.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei 14.133/2021);</p> <p>3.14.1.20 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei 14.133/2021);</p> <p>3.14.1.21 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;</p>				
	<p>3.14.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%; text-align: center; vertical-align: middle;">(X)</td> <td>A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anterior.</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center; vertical-align: middle;">()</td> <td>B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:</td> </tr> </table>	(X)	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS , sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anterior.	()	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:
(X)	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS , sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anterior.				
()	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:				
<p>3.15 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE</p>	<p>3.15.1 OBRIGAÇÕES GERAIS</p> <p>3.15.1.1 Fornecer as informações necessárias para que a Contratada possa executar plenamente o objeto contratado;</p> <p>3.15.1.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nos itens 3.10 e 3.11 deste instrumento;</p> <p>3.15.1.3 Permitir o acesso da Contratada às instalações físicas do Contratante, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços;</p> <p>3.15.1.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;</p> <p>3.15.1.5 Fornecer à Contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste instrumento.</p> <p>3.15.1.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:</p> <div style="margin-left: 40px;"> <p>3.15.1.6.1 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento sobre o qual deverá se manifestar, admitida a prorrogação motivada, por igual período;</p> <p>3.15.1.6.2 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do requerimento, para responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;</p> </div>				

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	3.15.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:	
	(x)	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.
	()	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:
3.16 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL	(X)	A) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL
	()	B) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Regras: ➤ Percentual exigido - ESCOLHER UMA OPÇÃO: () A) 5% (cinco por cento) () B) OUTRO*. Indicar: _____ % (_____ por cento) ➤ Prazo para apresentação: _____ dias após assinatura do contrato. ➤ Justificativa para garantias com percentual superior a 5% (e limitadas a 10%) do valor inicial do contrato:
3.17 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	CONFORME FORMULÁRIOS DE INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ANEXOS AO EXPEDIENTE DE CONTRATAÇÃO.	
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO:		
MATRÍCULA: 351467	NOME DO SERVIDOR: Alex Santana Lima	INSERIR ASSINATURA DIGITAL: Documento assinado digitalmente  ALEX SANTANA LIMA Data: 03/06/2024 13:05:06-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
UNIDADE ADMINISTRATIVA: Centro de Apoio aos Direitos Humanos		

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS**

APENSO I

TABELA INDICATIVA DOS ITENS DE SERVIÇO A SEREM CONTRATADOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	Código do item de serviço, com descrição*
01	Contratação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia, através do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos. Os eventos poderão ocorrer de forma presencial (ao vivo, executado no local do evento), ou remotamente (gravado e reproduzido simultaneamente), com cessão de uso de imagem e voz.	Horas	112	12637

* Verificar em: <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES/EVENTOS

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	Eventos: Seminários, Congressos, Oficinas, Workshops e outros indicados pelo MP.	Data	Carga horária estimada por evento	Mês de realização
1	Seminário sobre o combate ao bullying e racismo nas escolas.	15/08	8h	Agosto
2	Workshop Letramento Racial (Raça/etnia - conceito; Mito da Democracia Racial; Racismo Estrutural; Lugar de Fala; Colorismo e Afroconveniência na Política de Cotas Raciais).	Data a definir	8h	Julho
3	Seminário Desafios do acesso aos direitos através da Heteroidentificação:	Data a definir	8h	
4	2ª Edição do MPBA no Novembro Negro	Data a definir	12	Novembro
5	Realização de cursos de formação com e para pcd, preferencialmente ministrados por pcd	Data a definir	08	Agosto - novembro
6	Seminário sobre LGBTFobia em parceria com conselhos e secretarias com Sociedade em geral sobre.	Data a definir	08	Julho
7	Realizar e participar de cursos/seminários sobre as questões de antirracismo institucional.	Data a definir	10	Julho/Agosto
8	Oficina sobre utilização do aplicativo de Comunicação Acessível	Data a definir	04	Setembro
9	Realizar Lives, Seminários, Audiências Públicas, Parcerias e Convênios com Instituições Públicas e Privadas, inclusive de ensino	Data a definir	08	Julho - dezembro
10	Realizar 2 Seminários com interlocução do MP, Academia e Sociedade Civil, sendo o 1º - Velhices/LGBT e 2º - Saúde LGBT	Data a definir	08	Julho - dezembro
11	Fórum Estadual De Combate À Violências Contra Pessoas Com Deficiência: realizar palestras com conferencistas com expertise na temática	Data a definir	08	Setembro
12	Atuação Em Conjunto Com A Frente Parlamentar De Defesa Da Pessoa Idosa: Realizar de cursos, seminários, reuniões e afins	Data a definir	08	Setembro
13	Defesa das comunidades e povos tradicionais: Realizar e participar de eventos, visitas e reuniões ligados a temática quando demandado por sociedade civil/instituições	Data a definir	08	Julho - dezembro
	Eventos a definir pelo MP	Data a definir	06	Julho - dezembro
		Total	112	



DESPACHO

Retorne-se o presente expediente ao **CAODH** informando que, após análise dos documentos inseridos no processo em epígrafe, identificamos o que segue:

No Documento de Formalização da Demanda (1088369):

1. No item 2 relativo à "Objeto da Contratação": Sugere-se a exclusão à menção ao Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos no objeto da contratação.

No Termo de Referência (1086378):

2. No item 1.1 relativo à "Indicação do Objeto": Sugere-se a exclusão à menção ao Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos no objeto da contratação.

3. No item 1.2 relativo à "Justificativa - Quantitativo definido": foi informada a justificativa do regime de revezamento, com no mínimo de 02 profissionais. Esclarecemos que justificativa refere-se a forma de como se chegou as quantidades de serviços definidas, ou seja, carga horário de 112 horas, conforme descrito no Apenso I;

4. Itens 3.1 e 3.9: Da análise da descrição dos serviços, e em especial do quantitativo de serviços definidos (em horas) constante da tabela do apenso I, observa-se que o regime de execução mais adequado seria o da empreitada por preço unitário (item 3.1 - B) e o critério de definição dos preços seria o valor unitário dos serviços, sendo este precificado em horas (item, 3.9. B- valor da hora do serviço). Ademais, considerando que o serviço será prestado "sob demanda", ou seja, conforme eventos a serem realizados com presença de tradutor de libras, não se vislumbra a hipótese de empreitada por preço global. Deste modo, recomenda-se o ajuste dos itens;

5. Item 3.3 relativo à "Demais regras de execução do contrato":

- a) preliminarmente recomenda-se que a unidade enumere as regras ali dispostas de modo a facilitar referências às mesmas, tanto pelas unidades que analisam o procedimento, quanto pelos fornecedores que venham a ofertar propostas por meio do aviso;
- b) Ademais, observa-se que uma das regras indicadas diz respeito a "na hipótese de algum dos serviços ultrapassar o período estabelecido de 08 (oito) horas, o valor será complementado proporcionalmente ao número de horas de serviço efetivamente prestado, excluindo-se os horários de refeição e deslocamento". Diante de tal regra, questionamos: há alguma diferença no valor dos serviços caso o evento seja de apenas 8h? Ou o serviço será cobrado por hora? Caso seja por hora de serviço, qual a a necessidade de distinção de regra de pagamento na hipótese de um serviço durar mais que 8 horas?
- c) foram informadas demais regras de execução do contrato, sendo uma delas mencionando que a execução deverá ser agendada. Solicitamos preencher as informações necessárias para o agendamento, tais como: setor, responsável pelo agendamento, telefone de contato e e-mail;
- d) Por fim, ainda no item 3.3 relativo a "Demais regras de execução do contrato": observa-se que a unidade indica as seguintes regras:

"- Reunir-se de forma virtual, e sem custos à contratante, com a CONTRATADA em data anterior ao evento, a fim de prestar os detalhes necessários à adequada prestação do serviço;

- Quando possível, entregar à CONTRATADA todo o material escrito sobre cada evento ou resumo da fala dos palestrantes, com antecedência mínima de até 72 (setenta e duas) horas;

- Para eventos presenciais reservar espaço/local adequado para o posicionamento das/dos TILSP, visando garantir a qualidade do serviço"

Tais regras são obrigações da Contratada ou do contratante? Faz necessário esclarecer.

6. No item 3.7.2 - B: As disposições ali elencadas refletem regras relativa à obrigações da contratada, devendo ser deslocadas para o item 3.14.2-B (devendo ser desassinalada a alternativa 3.14.2 - A). Ademais, solicita-se a exclusão dos itens 3.7.2.4 (os dois, uma vez que há duplicidade desta numeração) e do item 3.7.2.6, uma vez que já se encontram nas obrigações gerais elencadas no item 3.14.1;

7. Item 3.11.2: Em que pese se tratar de item à princípio não ajustável, solicitamos que a unidade retifique o prazo de pagamento de 08 (oito) dias úteis, para 20 (vinte) dias úteis, após solicitação da DICOFIN;

8. No item 3.13.3 relativo à "Possibilidade de prorrogação de prazo de vigência": foi assinalada a opção "B", no entanto, faltou informar a justificativa para admissão da prorrogação do contrato;

Regras constantes da contratação anterior, não encontradas no presente expediente, cujo cabimento deve ser analisado pela unidade demandante:

9. Cessão de uso de imagem e voz, do tradutor, na hipótese de realização de eventos de forma virtual (em regras de execução aplicáveis à contratada);

10. Não haverá empregados da CONTRATADA à disposição do CONTRATANTE, em tempo integral, nas suas instalações; (em regras de execução

aplicáveis à contratada);

11. A atuação dos profissionais deverá satisfazer requisitos profissionais em nível compatível com as atribuições que lhes forem delegadas, sob inteira responsabilidade da CONTRATADA; (em regras de execução aplicáveis à contratada);

Por fim, sinalizamos que em que pese a unidade tenha indicado que os serviços devem se iniciar a partir do dia 14/06/2024, e considerando que a presente contratação ainda se encontra em fase de saneamento, devendo ainda passar por cotação (aviso e complementação eventual) e parecer jurídico - já que possui contrato, vislumbra-se não haver tempo hábil para finalização do processo de contratação antes da data indicada.

Orientamos, ainda, que **os novos documentos deverão ser incluídos após o despacho desta Coordenação e que os documentos a serem retificados não sejam excluídos do expediente** de modo a preservar o histórico documental dos documentos anexados ao processo, pois os mesmos são objeto de análise e manifestação de outras unidades administrativas.

Após realização dos ajustes identificados, retorne a esta Unidade.

Milena Mª Cardoso do Nascimento
Assistente Técnico-Administrativo
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 353.176

Paula Souza de Paula Marques
Gerente
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 05/06/2024, às 10:13, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 05/06/2024, às 10:14, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1088670** e o código CRC **033C76DA**.

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDAS (DFD)

Documento de Formalização de Demanda (DFD) necessário à instauração de processo de contratação, conforme parâmetros básicos a seguir elencados, a serem complementados em Termo de Referência (TR).

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD)
<p>1. Identificação da Necessidade:</p> <p>Considerando a Lei Federal de nº 10436 de 24 de abril de 2002, que em seu 1º Artigo - reconhece a linguagem de sinais (LIBRAS) como um meio legal de comunicação e expressão. Considerando a Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), aborda de maneira explícita no Capítulo IV, Art. 27 que a <i>Educação constitui direito da pessoa com deficiência (...)</i>, ainda neste artigo, no seu Parágrafo único, define como dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade - <i>Assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação</i>. Com todo exposto evidencia-se a necessidade da contratação (por demanda) de profissional Tradutor e Interprete simultâneo em Libras que acompanhe as atividades do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos do Ministério Público da Bahia, possibilitando às pessoas cegas, com baixa visão, idosos, pessoas com deficiência intelectual e auditiva, tenham acesso as informações, visando promover a inclusão, inclusive em cumprimento a Constituição Federal em seu 5º Art., na afirmativa de que - <i>Todos são iguais perante a lei, (...)</i>.</p> <p>Considerando os objetivos do Plano Estratégico deste Ministério que estabelece sua missão em <i>Defender a Sociedade e o Regime Democrático para Garantia da Cidadania Plena</i>.</p> <p>Por todo acima exposto, e com foco na <i>igualdade de direitos</i>, entendendo que sem acesso as pessoas com deficiência não podem exercer plenamente a cidadania, é que reforçamos a necessidade desta contratação, feito que confirma o Ministério Público da Bahia como uma instituição de excelência, indutora do respeito aos direitos fundamentais e interesses sociais de toda a Sociedade.</p>
<p>2. Objeto da Contratação:</p> <p>Contratação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia. Os eventos poderão ocorrer de forma presencial (ao vivo, executado no local do evento), ou remotamente (gravado e reproduzido simultaneamente), com cessão de uso de imagem e voz.</p>
<p>3. Tipo de Objeto:</p> <ul style="list-style-type: none">() Fornecimento imediato.() Fornecimento parcelado.() Fornecimento continuado.(X) Serviço não continuado.() Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra.() Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra.
<p>4. Contratação Prevista no Plano de Contratações Anual (PCA):</p>



<input checked="" type="checkbox"/> (X) Sim <input type="checkbox"/> () Não*	
Se SIM , informar o Valor Previsto no Plano de Contratações Anual: R\$ 40.000,00	
I	
5. Origem do Recurso: <input checked="" type="checkbox"/> (X) Recursos Próprios - Orçamento do MPBA. <input type="checkbox"/> () Recursos Oriundos de Convênio Estadual. <input type="checkbox"/> () Recursos Oriundos de Convênio Federal.	CONCEDENTE E NÚMERO DO CONVÊNIO: (Se aplicável):
6. Formalização da Contratação: <input type="checkbox"/> () Por empenho e AFM (não aplicável para hipóteses de inexigibilidade). <input checked="" type="checkbox"/> (X) Por instrumento formal de contrato.	
7. Unidade Responsável pela Instrução do Processo: Centro de Apoio aos Direitos Humanos - Caodh	
8. Unidade Demandante: Coordenação do Centro de Apoio aos Direitos Humanos - Caodh	
9. Unidade Gestora dos Recursos (nome e código): Ex.: 40.101 / 0011 – Centro de Apoio aos Direitos Humanos - Caodh	
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO	
Matrícula: 351-467	Nome Completo: Alex Santana Lima
Unidade Administrativa: Centro de Apoio aos Direitos Humanos - Caodh	INSERIR ASSINATURA DIGITAL:
IDENTIFICAÇÃO DO SUPERIOR IMEDIATO	
Matrícula: 351320	Nome Completo: Rogério Luis Gomes de Queiroz
Órgão/ Unidade: Centro de Apoio aos Direitos Humanos - Caodh	INSERIR ASSINATURA DIGITAL: Rogério Luis Gomes de Queiroz Assinado de forma digital por Rogério Luis Gomes de Queiroz Dados: 2024.06.10 14:07:45 -03'00'

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO	INDICAÇÃO DO ITEM (SE ÚNICO) OU FAMÍLIA (SE MÚLTIPLOS): Contratação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia. Os eventos poderão ocorrer de forma presencial ou vivo, e executado no local do evento, ou remotamente gravado e reproduzido simultaneamente, com cessão de uso de imagem e voz.	
1.2 JUSTIFICATIVA: <u>QUANTITATIVO DEFINIDO</u>	(quantidade de horas de) não com o planejamento de realização no máximo de 1 evento com a máxima de carga horária para cada evento previsto pelo Ministério Público, com o tempo necessário.	
1.3 NATUREZA DO OBJETO	()	A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA, PONTUAL OU POR ESCOPO
	()	B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA
	()	C) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> <input type="checkbox"/> SEM X EXCESSIVO EGCLNS-TÁ XE MVO XE OBÍ- <input type="checkbox"/> SEM X EXCESSIVO EGCLNS-TÁ XE MVO XE OBÍ- E COM PÁ-AME4-IO POÍ-Í EÇ SNL-TÁXO H-T-E-S M-T-MOS XE SEÍ-T-ÚOF <input type="checkbox"/> COM X EXCESSIVO EGCLNS-TÁ XE MVO XE OBÍ- E COM PÁ-AME4-IO POÍ- POSÇ- TIOS XE SEÍ-T-ÚOS <input type="checkbox"/> COM X EXCESSIVO EGCLNS-TÁ XE MVO XE OBÍ- E COM PÁ-AME4-IO POÍ-Í EÇ SNL-TÁXO H-T-E-S M-T-MOS XE SEÍ-T-ÚOF
	(x)	D) OUTRO(S). Prestação de serviço por demanda
1.4 JUSTIFICATIVA: <u>SERVIÇOS CONTINUADOS</u>	(x)	A) NÃO SE APLICA Não se trata de contratação de serviços continuados
	()	B) JUSTIFICATIVA:
1.5 JUSTIFICATIVA: <u>ENQUADRAMENTO COMO SERVIÇO(S) DE ENGENHARIA</u>	(x)	A) NÃO SE APLICA Não se trata de contratação de serviços de engenharia
	()	B) SERVIÇO(S) ENQUADRADO(S) COMO “SERVIÇO(S) DE ENGENHARIA” ➤ FUNDAMENTAÇÃO: ➤ ITEMS APLICÁVEIS - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> <input type="checkbox"/> Á-IOXOS OS-TIE4S <input type="checkbox"/> B-PAÍ-TIEXOS-TIE4-Sà
1.6 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	A presente contratação visa atender a necessidade contínua do serviço de intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), na realização de eventos institucionais do Ministério Público do Estado da Bahia abertos ao grande público, e considerando a Lei	

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>Federal de nº 10436 de 24 de abril de 2002, que em seu 1º Artigo - reconhece a linguagem de sinais (LIBRAS) como um meio legal de comunicação e expressão. Considerando a Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), aborda de maneira explícita no Capítulo IV, Art. 27 que a <i>Educação constitui direito da pessoa com deficiência (...)</i>, ainda neste artigo, no seu Parágrafo único, define como dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade - <i>Assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação</i>. Com todo exposto evidencia-se a necessidade da contratação (por demanda) de profissional Tradutor e Interpretador simultâneo em Libras que acompanhe as atividades do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos do Ministério Público da Bahia, possibilitando às pessoas cegas, com baixa visão, idosos, pessoas com deficiência intelectual e auditiva, tenham acesso às informações, visando promover a inclusão, inclusive em cumprimento a Constituição Federal em seu 5º Art., na afirmativa de que - <i>Todos são iguais perante a lei, (...)</i>.</p> <p>Ainda a Resolução nº 230/2016, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que disciplina quanto à adoção de medidas voltadas à promoção de acessibilidade para pessoas com deficiência, dando ênfase ao seguinte inciso do artigo 10 da mencionada resolução: XIII – Utilização de intérprete de Língua Brasileira de Sinais, comunicação em linguagem acessível em todas as manifestações públicas, dentre elas propagandas, pronunciamentos oficiais, vídeos educativos, eventos e reuniões.</p> <p>Considerando os objetivos do Plano Estratégico deste Ministério que estabelece sua missão em <i>Defender a Sociedade e o Regime Democrático para Garantia da Cidadania Plena</i>.</p> <p>Por todo acima exposto, e com foco na igualdade de direitos, entendendo que sem acesso as pessoas com deficiência não podem exercer plenamente a cidadania, é que reforçamos a necessidade desta contratação, feito que confirma o Ministério Público da Bahia como uma instituição de excelência, indutora do respeito aos direitos fundamentais e interesses sociais de toda a Sociedade.</p>
<p>1.7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO</p>	<p>Cuidar de prestação de serviços de intérprete de Libras/Língua Brasileira de Sinais, visando tornar acessível às pessoas com deficiência audição as palestras proferidas em eventos institucionais. A solução atende às necessidades da administração, tendo-se revelado a mais adequada à pretensão administrativa, na medida em que possibilita a efetiva participação de todos. O objeto compreende a execução dos serviços de intérpretes de LIBRAS, durante o período inicial de 12/66/2024 a 12/66/2025, contemplando, ainda, regras de transição contratual, etapas de adaptação.</p>
<p>2. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR</p>	
<p>2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL</p>	<p>2.1.1 BASE LEGAL – ADEQUAR TEXTO À REALIDADE DA CONTRATAÇÃO:</p> <p>A seleção do fornecedor será por dispensa de licitação, com fundamento no artigo 5º, inciso III da Lei Federal nº 14133/2024, pelo menor preço praticado, a partir de pesquisa de preços realizada no mercado local.</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	2.1.2 DIVULGAÇÃO DE AVISO PRÉVIO PARA COTAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:	
	()	<p>A) NÃO SE APLICA, CONFORME A SEGUINTE JUSTIFICATIVA:</p> <p>4 ão se recomenda a adoção do procedimento previsto no art5F, §: á Hdivulgação de aviso pelo prazo mínimo de : dias úteisf em razão de</p>
	(x)	<p>B) REGRAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ E-mail para encaminhamento de propostas*: <u>Caodh@mpbaAmpAor</u> e <u>Ãle. @mpbaAmpAor</u> ➤ Telefone para contato*: 71-3103.0345 ➤ Prazo para envio das propostas por e-mail: 03 (três) dias úteis
2.2 HABILITAÇÃO	H. f	<p>A) JURÍDICA – ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>(x) A.1) DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DA PESSOA JURÍDICA HCartão C4 PJ e ato consx tux vof;</p> <p>() A.2) DOCUMENTOS PESSOAIS DA PESSOA FÍSICA HXocumento o- cial de idenx- cação pessoal e cartão CPº, caso esta numeração não conste no primeirof</p>
	H. f	<p>B) FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, a englobar:</p> <p>B.1) Cerx dão 4 egax va de Xébitos qunto ` Í eceita ºederal e ~4 SS;</p> <p>B.2) Cerx dão de Í egularidade ºiscal para com a ºazenda Pública do Estado da Bahia;</p> <p>B.3) Cerx dão de Í egularidade ºiscal com a ºazenda Pública do Estado sede da empresa ou do domicílio da pessoa física – caso não seª Bahia;</p> <p>B.4) Cerx dão de regularidade com a ºazenda Pública Municipal do municípioÇede do Drnecedor selecionado;</p> <p>B.5) Cerx dão 4 egax va de Xébitos tirabalhistas Hªe pessoa qurídica;</p> <p>B.6) Cerx dão de Í egularidade do º3 tiS Hªe pessoa qurídica;</p>
	H. f	<p>C) TÉCNICA (FACULTATIVO):</p> <p>Ã contratada deverl apresentar atestadoHf de capacidade técnica Oue comprove o atenÇ dimento para os serviçosAO reDrido documento poderl ter sido - rmado por órgãõ públÇ co ou pessoa qurídica de direito privado, comprovando a prestação dos serviços de maneÇ ra saxsDtória e compatíveis com suas caracterísx cas, Quanx dades e prazos com o obªto contratado. Os Ãtestados de Capacidade técnica poderão ser cumulax vos e complemenÇ tares, além disso poderão ambas as e. igj ncias constarem num mesmo atestadoA</p>
	H f	<p>D) ECONÔMICO-FINANCEIRA (FACULTATIVO):</p> <p>() D.1) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA</p> <p>() D.2) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, COM INIDICAÇÃO DE ÍNDICES. ESPECIFICAR:</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

		<p>➤ Jusx - car opção "XÁ" HEm caso posix vofà</p> <p>➤ t4 X̃CES CO4 tiÁBẼS ĄPL̃CÁTẼS – ESCOLQEÍ (NĀ4 tiOS CĀBtiẼS</p> <p>() 1. Liquidez Corrente (ILC), Oue deverl serà</p> <p style="padding-left: 40px;">() Maior Oue 6fi Humf () OutroĀndicarà</p> <p>() 2. Liquidez Geral (LG), Oue deverl serà</p> <p style="padding-left: 40px;">() Maior Oue 6fi Humf () OutroĀndicarà</p> <p>() 3. Solvência Geral (SG), Oue deverl serà</p> <p style="padding-left: 40px;">() Maior Oue 6fi Humf () OutroĀndicarà</p> <p>() 4. OutroĀndicarà</p> <p>() D.3) DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU CAPITAL SOCIAL, igual ou superior a _____ % do valor da licitação Hímite legalĀfi6%f;</p> <p>➤ Jusx - car opção "XA" HEm caso posix vofà</p>
3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO		
3.1 REGIME DE EXECUÇÃO	()	A) EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
	(X)	B) EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
	()	C) OUTRO. Āndicar:
3.2 RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO		<p>➤ PRAZO: 6´ diasĀContagem – ESCOLHER UMA OPÇÃOà () Úteis (x) Corridos</p> <p>: Á ĀiĀPrazo contado a parxr da nox- cação pela Ādministração, Oue ocorrerl , predĀrencialmente, através de envio de eĀmail para o endereço indicado na proposta de preĀosĀ</p> <p>: Á ĀĀĀs comprovações da convocação e da entrega/rexrada da nota de empenho poderāo ocorrer por OuaisOuer dos seguintes meiosà por meio eletrônico Ĥatravés de con- rmação de recebimento de eĀmailf, aposição de assinatura Ĥpara rexrada presencialf ou por Āviso de Ācebimento dos correios ĤQuando a entrega Ĥor via postalĀfĀ</p> <p>: Á ĀĀĀ Contratada poderl solicitar a prorrogação do prazo para rexrada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por moxvo Āusto e aceito pela ĀdministraçãoĀ</p>
3.3 FORMA DE EXECUÇÃO		<p>➤ LOCAL(IS) DE EXECUÇÃOàPresencialmenteĀna Sede do Ministério Público do Estado da Bahia – CĀBĀFĀ Āvenida, n° 5F6, do CĀB ĀSalvador, BĀ ĀBrasil ĀCEPĀ1fiĀ51FĀ661ĀSede do Ministério Público do Estado da Bahia – 4 azaré ĀĀvenida Joana Āngélica, ná fia fí´, 4 azaré ĀSalvador, BĀĀ CEPĀ16Ā6F6Ā66fi, ou em local diverso das Sedes do MPBĀ, desde Oue dentro da comarca de Salvador/BaĀEm ambiente virtual, onde a contratante tenha ou possua cone. Āo de internet com Qualidade de transmissãoĀ</p> <p>➤ DIAS E HORÁRIOS PARA EXECUÇÃO ESCOLHER UMA OPÇÃOà</p> <p>H f A) 4 VO SE ĄPL̃CĀ</p> <p>H f B) Í E3Í ĄSà das 68` s`´ h ConĤorme programação dos eventos</p> <p>➤ DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO à</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>fi Ç E.ecução deve ser agendada porà Centro de Apoio aos Xireitos Qumanosà H5fif : fi6: A6: 1F, Caodh@mpbaAmpAor e Àle. @mpbaAmpAor;</p> <p>Ç Ã contratada deverl chegar ao local do evento com no mínimo :6 minutos de antecedj ncia de início do evento;</p> <p>: ÇOs serviços do pro- ssional em tradução e interpretação de Libras serão disponibilizados, Ouando em período superior a uma hora, deverl ser realizado em regime de revezamento, com, no mínimo, ´ Hloisf pro- ssionais por evento, conDrme e. igj ncia da Lei ºederal de ná fi61: 6 de ´ 1 de abril de ´ 66´ ;</p> <p>1 – Ã contratante irl se reunir de Drma virtual, e sem custos com a CO4tií ÃtiÃXÃ em data anterior ao evento, a -m de prestar os detalhes necessl rios ` adeOuada prestação do serviço;</p> <p>F Ç(uando possível, a contratante entregarl ` CO4tií ÃtiÃXÃ todo o material escrito sobre cada evento ou resumo da Dala dos palestrantes, com antecedj ncia mínima de até 5´ Hsetenta e duasf horas;</p> <p>6 Ç Para eventos presenciais a contratante reservarl espaço/local adeOuado para o posicionamento das/dos tiLSP, visando garanxr a Qualidade do serviçoA</p> <p>5A4a hipótese de algum dos serviços ultrapassar o período estabelecido de horas planeado para o evento, o valor serl complementado proporcionalmente ao número de horas de serviço eDexvamente prestado, e. cluindoÇe os horl rios de reDeição e deslocamentoA</p>									
3.4 PRAZO(S) DE EXECUÇÃO	<div>(x)</div> <div>A) REGRAS (SUGESTÃO):</div> <div>> PRAZO(S) DE EXECUÇÃO – INDIVIDUALIZAR POR SERVIÇO:</div> <table><thead><tr><th>SERVIÇO</th><th>PRAZO EM DIAS</th><th>CONTAGEM</th></tr></thead><tbody><tr><td>Contratação de serviços de tradutor/intérprete simulÇ tâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo MiÇ nistério Público do Estado da Bahia, através do Centro de Apoio Operacional dos Xireitos QumanosA Os eventos poderão ocorrer de Drma presencial Hão vivo, e. ecuÇ tado no local do eventof, ou remotamente Hgravado e reproduzido simultaneaÇ mentef, com cessão de uso de imagem e voza</td><td>6fi</td><td>() Úteis (x) Corridos</td></tr><tr><td></td><td></td><td>() Úteis () Corridos</td></tr></tbody></table> <div>> PRAZO(S) CONTADO A PARTIR DE - ESCOLHER UMA OPÇÃOà</div> <div>H. f A) Í ECEB~ME4 tiO XO EMPE4 QO PELO ºOÍ 4 ECEXOÍ HREGRA GERALf</div> <div>H f B) ONtií O – ~nDrmarà</div> <div>> PRAZO PARA FINALIZAÇÃO TOTAL DOS SERVIÇOS H5E QONTEÍ fàOs serviços serão - nalizados com o término dos eventosA</div>	SERVIÇO	PRAZO EM DIAS	CONTAGEM	Contratação de serviços de tradutor/intérprete simulÇ tâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo MiÇ nistério Público do Estado da Bahia, através do Centro de Apoio Operacional dos Xireitos QumanosA Os eventos poderão ocorrer de Drma presencial Hão vivo, e. ecuÇ tado no local do eventof, ou remotamente Hgravado e reproduzido simultaneaÇ mentef, com cessão de uso de imagem e voza	6fi	() Úteis (x) Corridos			() Úteis () Corridos
SERVIÇO	PRAZO EM DIAS	CONTAGEM								
Contratação de serviços de tradutor/intérprete simulÇ tâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo MiÇ nistério Público do Estado da Bahia, através do Centro de Apoio Operacional dos Xireitos QumanosA Os eventos poderão ocorrer de Drma presencial Hão vivo, e. ecuÇ tado no local do eventof, ou remotamente Hgravado e reproduzido simultaneaÇ mentef, com cessão de uso de imagem e voza	6fi	() Úteis (x) Corridos								
		() Úteis () Corridos								

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

		<p>➤ ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO(S) PRAZO(S) DE EXECUÇÃO ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>H. f A) 4 VO</p> <p>H f B) SÕMA 4 este caso, somente serl admissível o pedido Dormalizado pelo Dornecedor antes do termo - nal do prazo de e. ecução consignado, mediante qisx - cax va Çe respecx va comprovação Çde Dato aceito pela ãnsxtuiçãoA</p>
	()	B) REGRAS (DEFINIDAS PELA UNIDADE SOLICITANTE):
	()	C) DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO II - Especificações Técnicas Detalhadas (INCLUIR AO FINAL DO DOCUMENTO)
3.5 REGRAS DE GARANTIA	(x)	A) NÃO SE APLICA, POIS O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NÃO É APLICÁVEL AO OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO E NÃO HÁ EXIGÊNCIA DE GARANTIA ACESSÓRIA
	()	B) GARANTIA <u>LEGAL</u> PARA TODOS OS ITENS, CONFORME PRAZOS E CONDIÇÕES DEFINIDOS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
	()	C) GARANTIA CONTRATADA (SERVIÇO ACESSÓRIO) PARA TODOS OS ITENS <p>➤ JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIAà</p>
	()	D) HÍBRIDO (PARTE DOS ITENS COM GARANTIA LEGAL E PARTE DOS ITENS COM GARANTIA CONTRATADA) <p>➤ JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIAà</p> <p>➤ INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) – Indicar o número correspondente ao item na tabela do APENSO I:</p> <ul style="list-style-type: none">○ GARANTIA LEGAL:○ GARANTIA CONTRATADA:
	()	E) DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO II - Especificações Técnicas Detalhadas (INCLUIR AO FINAL DO DOCUMENTO)
	<p>3.5.1 REGRAS DA GARANTIA CONTRATADA (Somente para opções C ou D):</p> <p>➤ EXECUTOR DA GARANTIA - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>() Ãf CO4 tií ÃtãXO <u>REGRA GERAL</u>f</p> <p>() Bf ẽÃBí ~CÃ4 tiE <u>EXCEÇÃO</u>f</p> <ul style="list-style-type: none">○ Jusx - car a e. igj ncia de garanxa do <u>Fabricante</u> Em caso posix vofà <p>➤ DURAÇÃO, contado da data do recebimento dos serviços - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>() Ãf _____ X ~ÃS</p> <p>() Bf _____ MESES</p>	

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>() Cf 3 ÁÍ Ã4 tiÃ PEXNÍ ÁÍ Á CO4 tiÃ4 NÃME4 tiE XNÍ Ã4 tiE tiOXÃ Á TÃ Ê4 CÃ CO4 tiÍ ÃtiNÃL HÊÍ TÃUOS CO4 tit4 NOSf</p> <p>o Jusx - car prazo de duração de- nidoà</p> <p>➤ PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a parxr da abertura pelo MPBÃ ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() Áf _____ QOÍ ÃSAContagem – Escolher uma opçãoà () Úteis () Corridos</p> <p>() Bf _____ XÃSAContagem – Escolher uma opçãoà () Úteis () Corridos</p> <p>() Cf ONtiÍ OHfAÃndicarà</p> <p>➤ FORMA DE EXECUÇÃO DO ATENDIMENTO ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() Áf Ãssistj ncia sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador</p> <p>() Bf Ãssistj ncia sediada no seguinte municípioò <i>Inserir texto</i></p> <p>() Cf Ãssistj ncia sediada em local a critério da Contratada</p> <p>() Xf <i>On site</i>, isto é assistj ncia prestada diretamente na sede do MPBÃ EXCEÇÃOofÁÍ egrasà</p> <p>o Os chamados para Ãssistj ncia técnica deverão ser atendidos no prazo ml . imo de _____ H _____ f horas, contadas da nox - cação pelo MPBÃ;</p> <p>o O e. ecutor da garanxa HtonDorme acima indicadof arcarl com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou subsxtuição de serviços/bens, a incluir o deslocaÇ mento de seus técnicos aos locais em Oue aOueles tenham sido e. ecutados HserviÇ çosf ou esxverem Hbensf, bem como pelo transporte para sua o- cina, se necessl Ç rio;</p> <p>o Jusx - caxva para a garanxa <i>on site</i>à</p> <p>() Ef OutraAEspeci- carà</p> <p>➤ DETALHAMENTO DAS DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DA GARANTIA (Se houver):</p>	
3.6 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO	(x)	A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO
	()	<p>B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS</p> <p>➤ ãndicar parcelaHf subcontratl vellHesfà</p> <p>➤ ãndicar regras/condições para subcontrataçãoà</p>
3.7 MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL	<p>3.7.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:</p> <p>: 5/ÁÍ 4a Dorma das disposições estabelecidas na Lei 9ederal ná fi1ÁÍ : /´ 6´ fi e na Lei Estadual/BÃ ná fi1ÁÍ: 1/´ 6´ : , o Contratante designarl servidorHesf, por meio de Portaria especí- ca para tal - m, para a gestão e - scalização do contrato, tendo poderes, entre outros, para nox - car a Contratada sobre as irregularidades ou Dalhas Oue porventura venham a ser encontradas na e. ecação deste instrumentoA</p> <p>: 5/ÁÍ Á ãncumbe ` gestão e ` - scalização, na medida de suas competj ncias insxtucionais,</p>	

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

<p>acompanhar e verificar a execução do contrato, em todas as suas fases, compreendendo, primordialmente:</p> <p>: Art. 15. Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento e no contrato, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou delitos, podendo ainda suspender a execução, sem prejuízo das sanções contratuais legais;</p> <p>: Art. 16. Transmimir a Contratada as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando do caso;</p> <p>: Art. 17. Promover, com a presença da Contratada, a verificação dos serviços que efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;</p> <p>: Art. 18. Esclarecer as dúvidas da Contratada, solicitando ao setor competente do Contratante, se necessário, parecer de especialistas;</p> <p>: Art. 19. O escal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos delitos observados;</p> <p>: Art. 20. O escal do contrato informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência. Lei Estadual de nº 11.616/1997, art. 1º, § 1º e Lei nº 11.616/1997, art. 1º, § 1º</p> <p>: Art. 21. A escalização, pelo Contratante, não desobriga a Contratada de sua responsabilidade quanto à execução do objeto contratual.</p> <p>: Art. 22. A ausência de comunicação, por parte do Contratante, sobre irregularidades ou falhas, não exime a Contratada das responsabilidades determinadas neste contrato.</p> <p>: Art. 23. O Contratante poderá recusar, sustar e/ou determinar o desdizimento/reajustamento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as normas técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.</p> <p>: Art. 24. Qualquer serviço ou bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser rejeitado pela Contratada, às suas expensas;</p> <p>: Art. 25. A não aceitação de algum serviço ou bem, no todo ou em parte, não implicar na dilatação do prazo de execução, salvo expressa concordância do Contratante.</p> <p>: Art. 26. Para fins de escalização, o Contratante poderá solicitar à Contratada, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.</p> <p>: Art. 27. A gestão e a escalização contratual observarão, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.</p>	
<p>3.7.2 DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS AO OBJETO CONTRATADO: ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p>	
<p>(x)</p>	<p>A) NÃO SE APLICA, SENDO APLICÁVEIS APENAS AS DISPOSIÇÕES GERAIS ELENCADAS NO ITEM 3.7.1</p>
<p>()</p>	<p>B) DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAMENTE RELACIONADAS AO OBJETO CONTRATUAL</p>
<p>3.7.3 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</p>	

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS**

As sanções administrativas previstas nas Leis Federal e Estadual não serão aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-se, sempre, o contraditório e a ampla defesa.

Comete inDação administraxva, nos termos da Lei ná fl1Afi : , de ´ 6 ´ fi, a CO4tí ÁtiAXÁ

: 5A Á Xi Xer causa ` ine. eução parcial do contrato;

Art. 37, § 5º, I, da CF: "A Administração ou o funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

: 5A ÁA Xer causa ` ine. eução total do contrato;

4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

: A A F Ensejar o retardamento da e. ecução ou da entrega do objeto da contratação sem
moxvo qusx- cado;

5.5.4.6 Apresentar documentação ~~D~~ ou prestar declaração ~~D~~ durante a execução do contrato;

5.1.5. O Licitante não poderá celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

: ~~5A Á B~~ Praxcar ato Daudulento na e. eucção do contrato;

: ~~5~~ ~~A~~ ~~Á~~ ~~A~~ Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Art. 16 Praxe car ato lesivo previsto no art. 16 da Lei n. 13.16, de 12 de agosto de 2016: ;

5A A Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

5. A Advertj ncia, Ouando a CO4 tiĩ ĀtiĀXĀ der causa ĩ ine.ecuāõ parcial do contrato, sempre Que não se qusx- car a imposiāõ de penalidade mais grave HartAfif6, § ĩ, da Lei Federal ná fi1fi: : / 6 ĩfif;

Art. 6º - O impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens acima, sempre que não se caracterizar a imposição de penalidade mais grave prevista no art. 17 da Lei Federal nº 8.666/93.

: 5A A A Xeclaração de inidoneidade para licitar e contratar, Quando praxcadadas as condutas
 descritas nos itens : 5A A A 6 a : 5A A A 6, acima, bem como nas alíneas : 5A A A a : 5A A A ,
 Que qusx- Quem a imposição de penalidade mais grave HartA fiF6, §Fá, da Lei eederal ná
 fi1fi: : / fif:

3.7.4 DAS MULTAS - ESCOLHER UMA OPÇÃO:

(x)

A) APLICAM-SE AS DISPOSIÇÕES ABAIXO ELENCADAS:

: 5% Moratória de 6,5% Meio por cento por dia de atraso incidido sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de : 6 Trinta e seis dias;

5. ~~5.14~~ Compensatória de 6% Hinte por centof sobre o valor total do contrato, para as indicações a seguir descritas:

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

		<p>: 5.1.1.1 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;</p> <p>: 5.1.1.2 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p> <p>: 5.1.1.3 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;</p> <p>: 5.1.1.4 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;</p> <p>: 5.1.1.5 Praticar ato lesivo previsto no art. 171 da Lei nº 14.132, de 12 de agosto de 2016;</p> <p>: 5.1.2 Compensatória de : 6% multa por cento sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas;</p> <p>: 5.1.2.1 Por causa inequívoca de execução total do contrato;</p> <p>: 5.1.2.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;</p> <p>: 5.1.3 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de 6% multa por cento sobre o valor total do contrato;</p> <p>: 5.1.3.1 Por causa inequívoca de execução parcial do contrato;</p> <p>: 5.1.3.2 Por causa inequívoca de execução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;</p> <p>: 5.1.3.3 Encerrar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;</p>
()	B) DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS - PREENCHER, CONFORME O CASO: *	<p>: 5.1.1.1 Moratória de ...% multa por cento por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de : 6 multa dias;</p> <p>: 5.1.1.2 Compensatória de ...% multa por cento sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas</p> <p>: 5.1.1.1 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;</p> <p>: 5.1.1.2 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p> <p>: 5.1.1.3 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;</p> <p>: 5.1.1.4 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;</p> <p>: 5.1.1.5 Praticar ato lesivo previsto no art. 171 da Lei nº 14.132, de 12 de agosto de 2016;</p> <p>: 5.1.2 Compensatória de ...% multa por cento sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas;</p> <p>: 5.1.2.1 Por causa inequívoca de execução total do contrato;</p> <p>: 5.1.2.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>devidamente qisx - cado;</p> <p>: 5411 Para as inDações abai. o dispostas, a multa serl de ...% H... por centof sobre o valor total do contrato;</p> <p>: 5411fi Xer causa ` ine. ecução parcial do contrato;</p> <p>: 5411Á Xer causa ` ine. ecução parcial do contrato Oue cause grave dano ` Administração ou ao Duncionamento dos serviços públicos ou ao interesse colexvo;</p> <p>: 5411A Enseçar o retardamento da e. ecução ou da entrega do obæto da contratação sem moxvo qisx - cado;</p>
3.8 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO (PARA FINS DE FATURAMENTO)	<p>3.8.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO</p> <p>➤ PRAZO à 6fi dias corridos, contados à ESCOLHER UMA OPÇÃO</p> <p>(x) Ãf XÃ 9~4 ÃL ZÃUVO XOS SEÍ T~UOS</p> <p>() Bf XÃ E4 tií E3 Ã XÃ 4 OtÃ 9~SCÃL/9ÃtiNÍ Ã</p> <p>() Cf ONtií Oà</p>
	<p>3.8.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO:</p> <p>➤ PRAZO: 03 dias corridos, contados do recebimento provisório</p>
	<p>3.8.3 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) Ç ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() Ãf 4 VO SE ÃPL~CÃ</p> <p>(X) Bf Pí ÃZO ESCOLHER UMA OPÇÃO à</p> <p>(X) 1) 01 QOÍ ÃSAContagem – Escolher <u>uma</u> opção à () Úteis (X) Corridos</p> <p>() 2) ´ X ÃSAContagem – Escolher uma opção à () Úteis () Corridos</p> <p>() 3) ONtií OHfA~ndicarà <i>Inserir texto</i></p>
	<p>3.8.4 DEMAIS REGRAMENTOS:</p> <p>: 5411fi O Contratante reæptarl , no todo ou em parte, o obæto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;</p> <p>: 5411Á Os serviços poderão ser reæptados, no todo ou em parte, Ouando em desacordo com as especi- cações constantes neste instrumento, devendo ser corrigidos/reDeitos/subsxtuídos nos prazos de- nidos neste instrumento, a contar da nox- cação da Contratada, `s suas custas, sem preqúzo da aplicação das penalidades;</p> <p>: 5411A Eventual instabilidade na prestação do serviço deverl ser suprida no prazo ml . imo do item</p> <p>: 5411A assegurado ` Contratada a possibilidade de adoção de eventual solução alternaxva, neste prazo, a - m de segurar a conxnuidade da prestação do serviço;</p> <p>: 5411A Em caso de recusa, no todo ou em parte, do obæto contratado, - ca a Contratada obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou subsxtuir, `s suas e. pensas, no todo ou em parte, o obæto em Oue se veri- carem vícios, deDeitos ou incorreções resultantes da e. ecução ou materiais empregados, cabendo ` - scalização não atestar o recebimento dos serviços até Oue seæm sanadas todas as eventuais pendj ncias Oue possam vir a ser apontadas no Í ecebimento Provisório;</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>3.9.1 ABRANGÊNCIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <div style="display: flex; align-items: flex-start;"> <div style="width: 50px; text-align: center; padding-right: 10px;"> <input checked="" type="checkbox"/> </div> <div> <p>A) OS PREÇOS CONTRATADOS ENLOBAM TODOS E QUAISQUER CUSTOS NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DA CONTRATAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Englobam, e. empli- caxvamente, todos os custos relaxvos a remunerações, encarÇ gos sociais, previdencil rios e trabalhistas de todo o pessoal designado pelo DorneceÇ dor para a e. ecução do obæto, transportes de Qualouer natureza, depreciação, aluÇ guéis, administração, tributos e emolumentosA ➤ X emais regramentos H e houverfà </div> </div>	
3.9 DOS PREÇOS	<input type="checkbox"/>	<p>B) ITENS OU CUSTOS NÃO INCLUSOS NOS PREÇOS PACTUADOS:</p>
	<p>3.9.2 CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DOS PREÇOS - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p>	
	<input type="checkbox"/>	<p>A) VALOR MENSAL FIXO</p>
	<input checked="" type="checkbox"/>	<p>B) VALOR UNITÁRIO POR SERVIÇOS (sendo este preci- cado em horas Ç4 a hipótese de algum dos serviços ultrapassar o período estabelecido de horas planeado para o evento, o valor serl complementado proporcionalmente ao número de horas de serviço eLexvamente prestado, e. cluindoÇe os horl rios de reDeição e deslocamentoA)</p>
	<input type="checkbox"/>	<p>C) VALOR GLOBAL CONTRATADO, relax vo ` completa e. ecução dos serviços</p>
	<input type="checkbox"/>	<p>D) OUTRO:</p>
3.10 REGRAS DE FATURAMENTO	<p>3.10.1 PERIODICIDADE DE FATURAMENTO(S) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p>	
	<input type="checkbox"/>	<p>A) MENSAL</p>
	<input checked="" type="checkbox"/>	<p>B) MÚLTIPLOS FATURAMENTOS, SENDO CADA UM REALIZADO APÓS A EXECUÇÃO DE CADA PEDIDO/EMPENHO EMITIDO</p>
	<input type="checkbox"/>	<p>C) EM PARCELA ÚNICA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <div style="margin-left: 20px;"> <p><input type="checkbox"/> 1) ÆO o~4 ÆL XE tiOX Æ ÆEGECNUVO CO4 tií ÆtiN ÆL E Í ECEB~ME4 tiO XO OBJEtio</p> <p>H égra geralf</p> <p><input type="checkbox"/> 2) ONtií Oà</p> </div>
	<input type="checkbox"/>	<p>D) PARCELADO:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ (N Æ4 tiX ÆX E XE P ÆÍ CEL ÆSà ➤ XEo~4 ~UVO XOS MO4 ti Æ4 tiES X ÆS P ÆÍ CEL ÆS Ç

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS**

	()	E) OUTRO(A). Indicarà
	3.10.2 CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA FATURAMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:	
	(X)	A) NÃO SE APLICA, sendo necessária somente a apresentação de nota fiscal relaxada prestação dos serviços e condições de regularidade cabíveis, bem como consulta situação de idoneidade da CONTRATADA, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do formulário ECEBME4 fornecido pelo CONTRATANTE;
	()	B) REGRAS E/OU DOCUMENTOS EXIGIDOS, para além dos indicados na opção A. Especificar:
3.11 REGRAS PARA PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	<p>: A) O faturamento referente ao objeto deste instrumento será efetuado na periodicidade indicada no item : 6, mediante apresentação, pela CONTRATADA, de nota fiscal relaxada prestação dos serviços e condições de regularidade cabíveis, bem como consulta situação de idoneidade da CONTRATADA, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do formulário ECEBME4 fornecido pelo CONTRATANTE;</p> <p>: A) Os pagamentos serão processados no prazo de 60 dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação indicada no item : 6, desde que não haja pendência a ser regularizada;</p> <p>: A) Tericando-se qualquer pendência impedidora do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação a qual foi realizada a respectiva regularização;</p> <p>: A) As notas fiscais deverão acompanhar da documentação probatória relaxada ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto consignado na Cláusula Primeira;</p> <p>: A) O CONTRATANTE realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;</p> <p>: A) Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela CONTRATADA, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;</p> <p>: A) A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu devido pagamento, de acordo com a variação do IPC do B3E pro rata tempore, observado, sempre, o disposto nos itens : A) e : A) A</p> <p>: A) Para efeito de caracterização de mora imputável ao CONTRATANTE, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de decurso do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de contas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE.</p>	
3.12 REAJUSTAMENTO	()	<p>A) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. É E</p> <p>➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() Índice IPC/B3E</p> <p>() Índice de</p> <p>➤ A eventual concessão de reajustamento - ca condicionada à apresentação de requerimento formal pela Contratada, após o transcurso do prazo de 12 meses, contados da data do orçamento estimado pela Administração</p> <p>➤ A hipótese de reajustamento, adotando-se como referencial o acumulado de</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

		<p>12 meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação do orçamento estimado pela administração e termo final o mês que antecede a data de aniversário</p> <ul style="list-style-type: none"> Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de execução de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 meses, contados do orçamento estimado pela administração 4 os reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
	(X)	<p>B) NÃO É CABÍVEL A PREVISÃO DE REAJUSTAMENTO DURANTE A VIGÊNCIA ORIGINÁRIA DO CONTRATO, dadas as regras de pagamento e a natureza dos serviços*</p> <p>4 a hipótese de prorrogação do prazo de vigência, os preços pactuados serão passíveis de reajustamento, conforme as seguintes regras e condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> Índice oficial para o cálculo da variação de preços ESCOLHER UMA OPÇÃO: <ul style="list-style-type: none"> (X) Índice IPC/B3 E () Índice oficial indicará À eventual concessão de reajustamento - caso condicionada à apresentação de requerimento formal pela Contratada, após o transcurso do prazo total de execução dos serviços contratados 4 a hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de meses decorridos entre a apresentação da proposta de preços e o encerramento do prazo inicial de duração da execução contratual Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos ao novo período de vigência contratual
		<p>3.13.1 VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>(X) A) NÃO SE APLICA (Não se trata de registro de preços)</p> <p>() B) VIGÊNCIA DA ARP:</p> <ul style="list-style-type: none"> Prazo de vigência da ARP de _____ meses limitado a 12 anos Possibilidade de prorrogação de prazo de vigência ESCOLHER UMA OPÇÃO: <ul style="list-style-type: none"> () NÃO () SIM limitado ao total de vigência da ARP de _____ anos <p>3.13.2 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() A) CONTRATAÇÕES SEM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> () 1) _____ meses, contados do recebimento do empenho pela contratada () 2) _____ dias, contados do recebimento do empenho pela contratada

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

		<p>() 3) _____ meses, contados a partir do dia ____ de ____ de ____ Previsão inicial*</p> <p>() 4) _____ dias, contados a partir do dia ____ de ____ de ____ Previsão inicial*</p>
	(x)	<p>B (x) CONTRATAÇÕES COM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>(X) Opção 1: 65 meses, contados a partir de ____ <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p style="padding-left: 40px;">() À data certa Previsão inicial*</p> <p style="padding-left: 40px;">(x) À data da última assinatura</p> <p>() Opção 2: _____ dias, contados a partir de ____ <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p style="padding-left: 40px;">() À data certa Previsão inicial* ____ de ____ de ____</p> <p style="padding-left: 40px;">() À data da última assinatura</p>
		<p>3.13.3 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO</u></p> <p>() A) NÃO SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA</p> <p>(x) B) SIM, SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE ADITIVO PARA TAL FIM</p> <p style="padding-left: 40px;">➤ Juxta-cavendo Podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 11.611, de 19/6/2008, a critério do contratante e mediante anuência da contratada, por meio de termo aditivo, desde que os valores despendidos durante toda sua vigência não ultrapassem o limite previsto no art. 5º, III, da Lei nº 11.611, de 19/6/2008 e o quanto registrado no PCAP do MPB para esta contratação, atendendo o cumprimento dos requisitos a seguir:</p> <p style="padding-left: 40px;">1. A ser apresentado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;</p> <p style="padding-left: 40px;">2. A ser apresentada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;</p> <p style="padding-left: 40px;">3. A ser comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;</p> <p style="padding-left: 40px;">4. A ser manifestação e pressão da contratada informando o interesse na prorrogação;</p> <p style="padding-left: 40px;">5. A ser comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação;</p> <p style="padding-left: 40px;">6. A ser istância de dotação orçamentária para aditamento do contrato;</p> <p style="padding-left: 40px;">7. A ser respeitado o limite de 60 horas</p>
3.14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA		<p>3.14.1 OBRIGAÇÕES GERAIS</p> <p>1. A Administração promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no presente instrumento, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente do Contratante, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer atrasos, faltas ou falta de pessoal e/ou material;</p> <p>2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;</p>


TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>: Art. 1º Prestar diretamente os serviços ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, observando-se as regras para subcontratação de- nidas neste instrumento;</p> <p>: Art. 2º Xispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessl rios ` e. ecação dos serviços obçto deste instrumento;</p> <p>: Art. 3º Manter sob sua e. clusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessl ria para a completa e e- ciente e. ecação dos serviços obçto deste contrato;</p> <p>: Art. 4º Manter durante toda a e. ecação do contrato, em compaxbilidade com as obrigações assumidas, todas as condições e. igidas para a contratação;</p> <p>: Art. 5º Assegurar Que os serviços obçto deste contrato não soDam solução de conxnuidade durante todo o prazo da sua vigj ncia;</p> <p>: Art. 6º É responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Xissídio Colexvo de tirabalho ou eOuivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdencil rias, tributl rias e as demais previstas em legislação especí- ca, cuç inadimplj ncia não transDere a responsabilidade ao Contratante;</p> <p>: Art. 7º A eventual retenção de tributos pelo Contratante não implicarl na responsabilização deste, em hipótese alguma, por OuaisOuer penalidades ou gravames Duturos, decorrentes de inadimplementoHf de tributos pela Contratada;</p> <p>: Art. 8º Emixr notas - scais/Daturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de Ouaxndades, preços unitl rios e valor total, observando-se, ainda, o Ouanto disposto nos itens : Art. 6º e : Art. 7º deste instrumento;</p> <p>: Art. 9º É responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da e. ecação do obçto, bem como por todo e QualOuer dano causado ` Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a - scalização ou o acompanhamento da e. ecação contratual pelo Contratante, Que - carl autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garanxa, caso e. igida no edital, o valor correspondente aos danos soDridos;</p> <p>: Art. 10º Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarl s qnto `s reparxções competentes Que, porventura, seçm necessl rios ` e. ecação do contrato;</p> <p>: Art. 11º Atender, nos prazos consignados neste instrumento, `s recusas ou determinações, pelo Contratante, de reDzimento de serviços Que não esteçm sendo ou não tenham sido e. ecutados de acordo com as 4 ormas técnicas e/ou em conDrmidade com as condições deste contrato ou do processo de dispensa de licitação Que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o Contratante;</p> <p>: Art. 12º Comunicar ao 9iscal do contrato, no prazo de ` 1 Hinte e Ouatrof horas, QualOuer ocorrij ncia anormal ou acidente Que se veri- Que no local dos serviços;</p> <p>: Art. 13º Prestar todo esclarecimento ou inDormação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garanxnDQhes o acesso, a QualOuer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relax vos ` e. ecação do serviço;</p> <p>: Art. 14º Paralisar, por determinação do Contratante, QualOuer axvidade Que não esteçm sendo e. ecutada de acordo com a boa técnica ou Que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceirosA</p> <p>: Art. 15º 4ão permixr a uxlição de QualOuer trabalho do menor de dezesseis anos, e. ceto na condição de aprendiz para os maiores de Ouatorze anos, nem permixr a uxlição do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;</p> <p>: Art. 16º 4ão contratar, durante a vigj ncia do contrato, cõnqge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por a- nidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, ou do - scal</p>
--	--

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 18, parágrafo único, da Lei nº 6.766/1979;</p> <p>Art. 3. Manter sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;</p> <p>Art. 8. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito Federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;</p> <p>Art. 9. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação Art. 6 da Lei nº 6.766/1979;</p> <p>Art. 16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo -ado pelo -scal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas Art. 6, parágrafo único, da Lei nº 6.766/1979;</p> <p>Art. 17. Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa -scalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso - documentação pertinente e - execução contratual, e atendendo -s observações e exigências apresentadas pela -scalização;</p> <p>3.14.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO) ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 5%; text-align: center; vertical-align: top;">()</td><td style="padding: 5px;"> A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anterior. </td></tr> <tr> <td style="width: 5%; text-align: center; vertical-align: top;">(x)</td><td style="padding: 5px;"> B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar: Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto do interesse da Comissão de Licitação ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da contratação, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, conforme o caso; Atender imediatamente os profissionais a serviço dos eventos, no caso de ausência ou dispensa; Enviar para a contratante em até 1 hora e quatro horas antes do início da prestação dos serviços, documento contendo todas as informações necessárias dos profissionais disponibilizados; Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na durante a contratação; Fazer relatar - Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços; Concessão de uso de imagem e voz, do tradutor na hipótese de realização de eventos de forma virtual; Conceder ao contratante o uso de imagem e voz, do tradutor, na hipótese de realização de eventos de forma virtual; Não haver empregados da Comissão de Licitação - disposição da Comissão de Licitação, em tempo integral, nas suas instalações; A atuação dos profissionais deverá satisfazer requisitos profissionais em nível compatível com as atribuições que lhes forem delegadas, sob inteira responsabilidade da Comissão de Licitação. </td></tr> </table>	()	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS , sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anterior.	(x)	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar: Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto do interesse da Comissão de Licitação ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da contratação, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, conforme o caso; Atender imediatamente os profissionais a serviço dos eventos, no caso de ausência ou dispensa; Enviar para a contratante em até 1 hora e quatro horas antes do início da prestação dos serviços, documento contendo todas as informações necessárias dos profissionais disponibilizados; Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na durante a contratação; Fazer relatar - Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços; Concessão de uso de imagem e voz, do tradutor na hipótese de realização de eventos de forma virtual; Conceder ao contratante o uso de imagem e voz, do tradutor, na hipótese de realização de eventos de forma virtual; Não haver empregados da Comissão de Licitação - disposição da Comissão de Licitação, em tempo integral, nas suas instalações; A atuação dos profissionais deverá satisfazer requisitos profissionais em nível compatível com as atribuições que lhes forem delegadas, sob inteira responsabilidade da Comissão de Licitação.
()	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS , sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anterior.				
(x)	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar: Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto do interesse da Comissão de Licitação ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da contratação, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, conforme o caso; Atender imediatamente os profissionais a serviço dos eventos, no caso de ausência ou dispensa; Enviar para a contratante em até 1 hora e quatro horas antes do início da prestação dos serviços, documento contendo todas as informações necessárias dos profissionais disponibilizados; Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na durante a contratação; Fazer relatar - Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços; Concessão de uso de imagem e voz, do tradutor na hipótese de realização de eventos de forma virtual; Conceder ao contratante o uso de imagem e voz, do tradutor, na hipótese de realização de eventos de forma virtual; Não haver empregados da Comissão de Licitação - disposição da Comissão de Licitação, em tempo integral, nas suas instalações; A atuação dos profissionais deverá satisfazer requisitos profissionais em nível compatível com as atribuições que lhes forem delegadas, sob inteira responsabilidade da Comissão de Licitação.				
3.15 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE	<p>3.15.1 OBRIGAÇÕES GERAIS</p> <p>Art. 1. Fornecer as informações necessárias para que a Contratada possa executar plenamente o objeto contratado;</p> <p>Art. 2. Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nos itens 6 e 7 deste instrumento;</p> <p>Art. 3. Permitir o acesso da Contratada -s instalações físicas do Contratante, nos locais e na</p>				

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>Deverá eventualmente necessitar de recursos para a execução dos serviços;</p> <p>Art. 14. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;</p> <p>Art. 15. Fornecer à Contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste instrumento.</p> <p>Art. 16. E, peticionalmente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente improcedentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:</p> <p>Art. 16.1. A administração terá o prazo de até 66 (sessenta e seis) dias, a contar da data do protocolo do requerimento sobre o qual deverá se manifestar, admitida a prorrogação movida, por igual período;</p> <p>Art. 16.2. A administração terá o prazo de até 66 (sessenta e seis) dias, a contar da data do requerimento, para responder a eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;</p>					
	<p>3.15.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO) <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <table><tr><td>(x)</td><td>A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.</td></tr><tr><td>()</td><td>B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:</td></tr></table>		(x)	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.	()	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:
(x)	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.					
()	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:					
3.16 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL	(x)	A) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL				
	()	<p>B) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Indicar:</p> <p>➤ Percentual exigido <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>() A) F% (cinco por cento) () B) O% (indicar) _____ % () H _____ por cento</p> <p>➤ Prazo para apresentação _____ dias após assinatura do contrato.</p> <p>➤ Juros/câmbio para garantias com percentual superior a F% (limitadas a 6% do valor inicial do contrato).</p>				
3.17 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	CONFORME FORMULÁRIOS DE INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ANEXOS AO EXPEDIENTE DE CONTRATAÇÃO.					
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO:						
MATRÍCULA: 351467	NOME DO SERVIDOR: Alex Santana Lima	INSERIR ASSINATURA DIGITAL:  Documento assinado digitalmente ALEX SANTANA LIMA Data: 10/06/2024 11:38:55-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br				
UNIDADE ADMINISTRATIVA: Centro de Apoio aos Direitos Humanos						

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS**

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS**

APENSO I

TABELA INDICATIVA DOS ITENS DE SERVIÇO A SEREM CONTRATADOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	Código do item de serviço, com descrição*
6fi	Contratação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia, através do Centro de Apoio Operacional dos Xireitos QumanosA Os eventos poderão ocorrer de Dorma presencial Ho vivo, e.ecutado no local do eventof, ou remotamente Hgravado e reproduzido simultaneamentef, com cessão de uso de imagem e vozA	Qoras	fifi´	fi´ 6: 5 Ç tradução / ãnterpretação Simultânea / Consecuxva

* Verificar em: <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES/EVENTOS				
	Eventos: Seminários, Congressos, Oficinas, Workshops e outros indicados pelo MP.	Data	Carga horária estimada por evento	Mês de realização
1	Seminário sobre o combate ao bullying e racismo nas escolas.	15/08	8h	Agosto
2	Workshop Letramento Racial (Raça/etnia - conceito; Mito da Democracia Racial; Racismo Estrutural; Lugar de Fala; Colorismo e Afroconveniência na Política de Cotas Raciais).	Data a definir	8h	Julho
3	Seminário Desafios do acesso aos direitos através da Heteroidentificação:	Data a definir	8h	
4	2ª Edição do MPBA no Novembro Negro	Data a definir	12	Novembro
5	Realização de cursos de formação com e para pcd, preferencialmente ministrados por pcd	Data a definir	08	Agosto - novembro
6	Seminário sobre LGBTFobia em parceria com conselhos e secretarias com Sociedade em geral sobre.	Data a definir	08	Julho
7	Realizar e participar de cursos/seminários sobre as questões de antirracismo institucional.	Data a definir	10	Julho/Agosto
8	Oficina sobre utilização do aplicativo de Comunicação Acessível	Data a definir	04	Setembro
9	Realizar Lives, Seminários, Audiências Públicas, Parcerias e Convênios com Instituições Públicas e Privadas, inclusive de ensino	Data a definir	08	Julho - dezembro
10	Realizar 2 Seminários com interlocução do MP, Academia e Sociedade Civil, sendo o 1º - Velhices/LGBT e 2º - Saúde LGBT	Data a definir	08	Julho - dezembro
11	Fórum Estadual De Combate À Violências Contra Pessoas Com Deficiência: realizar palestras com conferencistas com expertise na temática	Data a definir	08	Setembro
12	Atuação Em Conjunto Com A Frente Parlamentar De Defesa Da Pessoa Idosa: Realizar de cursos, seminários, reuniões e afins	Data a definir	08	Setembro
13	Defesa das comunidades e povos tradicionais: Realizar e participar de eventos, visitas e reuniões ligados a temática quando demandado por sociedade civil/instituições	Data a definir	08	Julho - dezembro
	Eventos a definir pelo MP	Data a definir	06	Julho - dezembro
		Total	112	



MANIFESTAÇÃO

No Documento de Formalização da Demanda.

1. No item 2 relativo à "Objeto da Contratação": Conforme orientação, foi excluído a menção ao Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos no objeto da contratação. Inserido novo Documento de Formalização da Demanda (1096793)

No Termo de Referência. (Novo Termo de Referência 1096067)

2. No item 1.1 relativo à "Indicação do Objeto": Conforme orientação, foi excluído a menção ao Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos no objeto da contratação.

3. No item 1.2 relativo à "Justificativa - Quantitativo definido":

Inserida nova redação: "Quantidade de horas definida conforme planejamento de realização no nº de 14 eventos com estimativa de carga horária para cada evento previsto pelo Ministério Público, conforme Apenso I."

4. Itens 3.1 – Assinalada a opção Empreitada por preço unitário (item 3.1 – B)

3.9 – Assinalada a opção Valor unitário dos serviços, sendo este precificado em horas.

5. Item 3.3 relativo à "Demais regras de execução do contrato":

a) Regras numeradas;

b) Regra alterada com a seguinte redação: "Na hipótese de algum dos serviços ultrapassar o período estabelecido de horas planejado para o evento, o valor será complementado proporcionalmente ao número de horas de serviço efetivamente prestado, excluindo-se os horários de refeição e deslocamento"

c) Inserida informações para contato de agendamento.

d) Feito os ajustes nas redações. "A Contratante..."

6. No item 3.7.2 – B: Disposições elencadas foram deslocadas para o item 3.14.2-B, e desassinalada a alternativa 3.14.2 – A. Excluídos os itens 3.7.2.4 e 3.7.2.6.

7. Prazo de pagamento de ajustado para 20 (vinte) dias úteis.

8. No item 3.13.3 relativo à Possibilidade de prorrogação de prazo de vigência:

Podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, a critério do contratante e mediante a anuência da contratada, por meio de termos aditivos, desde que os valores despendidos durante toda sua vigência não ultrapassem o limite previsto no art. 75, II, da Lei 14.133/2021 e o quanto registrado no PCA do MPBA para esta contratação, atendendo para o cumprimento dos requisitos:

1. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

3. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação;

7. Existência de dotação orçamentária para aditamento do contrato;

8. Respeitado o limite de 112 horas.

Regras constantes da contratação anterior, não encontradas no presente expediente, cujo cabimento deve ser analisado pela unidade demandante:

9. Foi adicionado ao TR, no item 3.14-B (Obrigações específicas) a seguinte redação: "Conceder ao contratante o uso de imagem e voz, do tradutor, na hipótese de realização de eventos de forma virtual."

10. Foi adicionado ao TR, no item no item 3.14-B (Obrigações específicas) a seguinte redação: "Não haverá empregados da CONTRATADA à disposição do CONTRATANTE, em tempo integral, nas suas instalações".

11. Foi adicionado ao TR, no item no item 3.14-B (Obrigações específicas) a seguinte redação: "A atuação dos profissionais deverá satisfazer requisitos profissionais em nível compatível com as atribuições que lhes forem delegadas, sob inteira responsabilidade da CONTRATADA "

Inserido novo Termo de Referência e novo Termo de Referência.

Salvador, 10 de junho de 2024.

Alex Lima

Coordenador Administrativo II
Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos
Matrícula 351.467



Documento assinado eletronicamente por **Alex Santana Lima** em 10/06/2024, às 15:18, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.





A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1096822** e o código CRC **518CDE37**.

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDAS (DFD)

Documento de Formalização de Demanda (DFD) necessário à instauração de processo de contratação, conforme parâmetros básicos a seguir elencados, a serem complementados em Termo de Referência (TR).

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD)
<p>1. Identificação da Necessidade:</p> <p>Considerando a Lei Federal de nº 10436 de 24 de abril de 2002, que em seu 1º Artigo - reconhece a linguagem de sinais (LIBRAS) como um meio legal de comunicação e expressão. Considerando a Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), aborda de maneira explícita no Capítulo IV, Art. 27 que a <i>Educação constitui direito da pessoa com deficiência (...)</i>, ainda neste artigo, no seu Parágrafo único, define como dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade - <i>Assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação</i>. Com todo exposto evidencia-se a necessidade da contratação (por demanda) de profissional Tradutor e Interprete simultâneo em Libras que acompanhe as atividades do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos do Ministério Público da Bahia, possibilitando às pessoas cegas, com baixa visão, idosos, pessoas com deficiência intelectual e auditiva, tenham acesso as informações, visando promover a inclusão, inclusive em cumprimento a Constituição Federal em seu 5º Art., na afirmativa de que - <i>Todos são iguais perante a lei, (...)</i>.</p> <p>Considerando os objetivos do Plano Estratégico deste Ministério que estabelece sua missão em <i>Defender a Sociedade e o Regime Democrático para Garantia da Cidadania Plena</i>.</p> <p>Por todo acima exposto, e com foco na <i>igualdade de direitos</i>, entendendo que sem acesso as pessoas com deficiência não podem exercer plenamente a cidadania, é que reforçamos a necessidade desta contratação, feito que confirma o Ministério Público da Bahia como uma instituição de excelência, indutora do respeito aos direitos fundamentais e interesses sociais de toda a Sociedade.</p>
<p>2. Objeto da Contratação:</p> <p>Contratação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia. Os eventos poderão ocorrer de forma presencial (ao vivo, executado no local do evento), ou remotamente (gravado e reproduzido simultaneamente), com cessão de uso de imagem e voz.</p>
<p>3. Tipo de Objeto:</p> <ul style="list-style-type: none">() Fornecimento imediato.() Fornecimento parcelado.() Fornecimento continuado.(X) Serviço não continuado.() Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra.() Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra.
<p>4. Contratação Prevista no Plano de Contratações Anual (PCA):</p>



<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não*	
Se SIM , informar o Valor Previsto no Plano de Contratações Anual: R\$ 40.000,00	
I	
5. Origem do Recurso: <input checked="" type="checkbox"/> Recursos Próprios - Orçamento do MPBA. <input type="checkbox"/> Recursos Oriundos de Convênio Estadual. <input type="checkbox"/> Recursos Oriundos de Convênio Federal.	CONCEDENTE E NÚMERO DO CONVÊNIO: (Se aplicável):
6. Formalização da Contratação: <input type="checkbox"/> Por empenho e AFM (não aplicável para hipóteses de inexigibilidade). <input checked="" type="checkbox"/> Por instrumento formal de contrato.	
7. Unidade Responsável pela Instrução do Processo: Centro de Apoio aos Direitos Humanos - Caodh	
8. Unidade Demandante: Coordenação do Centro de Apoio aos Direitos Humanos - Caodh	
9. Unidade Gestora dos Recursos (nome e código): Ex.: 40.101 / 0011 – Centro de Apoio aos Direitos Humanos - Caodh	
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO	
Matrícula: 351-467	Nome Completo: Alex Santana Lima
Unidade Administrativa: Centro de Apoio aos Direitos Humanos - Caodh	INSERIR ASSINATURA DIGITAL:  Documento assinado digitalmente ALEX SANTANA LIMA Data: 10/06/2024 16:46:15-0300 Verifique em https://validar.itl.gov.br
IDENTIFICAÇÃO DO SUPERIOR IMEDIATO	
Matrícula: 351320	Nome Completo: Rogério Luis Gomes de Queiroz
Órgão/ Unidade: Centro de Apoio aos Direitos Humanos - Caodh	INSERIR ASSINATURA DIGITAL: Rogério Luis Gomes de Queiroz  Assinado de forma digital por Rogério Luis Gomes de Queiroz Dados: 2024.06.10 14:07:45 -03'00'



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Retorne-se o presente expediente ao **CAODH** informando que, após nova análise dos documentos inseridos no processo em epígrafe, identificamos o que segue:

No Termo de Referência (1086378):

1. No item 1.7 x 3.13.2: foi informado no item 1.7 que o objeto da referida contratação compreenderá a execução dos serviços durante o período inicial de 14/06/2024 a 30/12/2024, no entanto, observamos que no item 3.13.2 a contagem para iniciar o contrato está divergente. Solicitamos alteração da data informada no item 1.7

1. Item 3.3 relativo à "Demais regras de execução do contrato": em uma das regras foi informada que a execução deverá ser agendada, no entanto, não foi informado com que antecedência seria o referido agendamento;

2. No item 3.1 não foi informada uma dada do orçamento estimada peça Unidade para fins de concessão de reajustamento.

Orientamos, ainda, que **os novos documentos deverão ser incluídos após o despacho desta Coordenação e que os documentos a serem retificados não sejam excluídos do expediente** de modo a preservar o histórico documental dos documentos anexados ao processo, pois os mesmos são objeto de análise e manifestação de outras unidades administrativas.

Após realização dos ajustes identificados, retorne a esta Unidade.

Milena Mª Cardoso do Nascimento

Assistente Técnico-Administrativo

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.176



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 10/06/2024, às 17:04, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1097223** e o código CRC **37B07C7D**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

No Termo de Referência. (Novo Termo de Referência - 1099378)

1. Nos itens 1.7 e 3.13.2: Ajustado o período inicial do contrato para a "07 meses, a partir da última assinatura do contrato, até a 30/12/2024..."

No Item 3.3 relativo à "Demais regras de execução do contrato", foi incluído que o agendamento deverá ser feito com antecedência de 08 (oito) dias corridos.

Salvador, 10 de junho de 2024.

Alex Lima

Coordenador Administrativo II
Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos
Matrícula 351.467



Documento assinado eletronicamente por **Alex Santana Lima** em 10/06/24, às 16:04, conforme Ato Normativo nº 45, de 1º de Dezembro de 2021 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=/ informando o código verificador **1099382** e o código CRC **A737D9E9**.

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO	INDICAÇÃO DO ITEM (SE ÚNICO) OU FAMÍLIA (SE MÚLTIPLOS): Contratação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia. Os eventos poderão ocorrer de forma presencial ou vivo, e executado no local do evento, ou remotamente gravado e reproduzido simultaneamente, com cessão de uso de imagem e voz.	
1.2 JUSTIFICATIVA: QUANTITATIVO DEFINIDO	(quantidade de horas de) não com planejamento de realização no máximo de 1 evento com esmáxima de carga horária para cada evento previsto pelo Ministério Público, conforme Anexo A.	
1.3 NATUREZA DO OBJETO	<input type="checkbox"/>	A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA, PONTUAL OU POR ESCOPO
	<input type="checkbox"/>	B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA
	<input type="checkbox"/>	C) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS ESCOLHER UMA OPÇÃO: <input type="checkbox"/> X SEM X EXCERVO EGCLNS TÁ XE MVO XE OBÍ A <input type="checkbox"/> X SEM X EXCERVO EGCLNS TÁ XE MVO XE OBÍ A E COM PÁ 3 ÁME 4 TIO POÍ Í EÇ SNLTÁ XO H T E S M T M OS XE SEÍ T UOf <input type="checkbox"/> X COM X EXCERVO EGCLNS TÁ XE MVO XE OBÍ A E COM PÁ 3 ÁME 4 TIO POÍ POSÇ TIOS XE SEÍ T UOS <input type="checkbox"/> X COM X EXCERVO EGCLNS TÁ XE MVO XE OBÍ A E COM PÁ 3 ÁME 4 TIO POÍ Í EÇ SNLTÁ XO H T E S M T M OS XE SEÍ T UOf
	<input checked="" type="checkbox"/>	D) OUTRO(S). Prestação de serviço por demanda
1.4 JUSTIFICATIVA: SERVIÇOS CONTINUADOS	<input checked="" type="checkbox"/>	A) NÃO SE APLICA Não se trata de contratação de serviços continuados
	<input type="checkbox"/>	B) JUSTIFICATIVA:
1.5 JUSTIFICATIVA: ENQUADRAMENTO COMO SERVIÇO(S) DE ENGENHARIA	<input checked="" type="checkbox"/>	A) NÃO SE APLICA Não se trata de contratação de serviços de engenharia
	<input type="checkbox"/>	B) SERVIÇO(S) ENQUADRADO(S) COMO “SERVIÇO(S) DE ENGENHARIA” ➤ FUNDAMENTAÇÃO: ➤ ITENS APLICÁVEIS - ESCOLHER UMA OPÇÃO: <input type="checkbox"/> A TIOXOS OS TIE 4 S <input type="checkbox"/> B PÁ TIE XOS TIE 4 Sà
1.6 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	A presente contratação visa atender a necessidade contínua do serviço de intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), na realização de eventos institucionais do Ministério Público do Estado da Bahia abertos ao grande público, e considerando a Lei	

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>Federal de nº 10436 de 24 de abril de 2002, que em seu 1º Artigo - reconhece a linguagem de sinais (LIBRAS) como um meio legal de comunicação e expressão. Considerando a Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), aborda de maneira explícita no Capítulo IV, Art. 27 que a <i>Educação constitui direito da pessoa com deficiência (...)</i>, ainda neste artigo, no seu Parágrafo único, define como dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade - <i>Assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação</i>. Com todo exposto evidencia-se a necessidade da contratação (por demanda) de profissional Tradutor e Interpretador simultâneo em Libras que acompanhe as atividades do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos do Ministério Público da Bahia, possibilitando às pessoas cegas, com baixa visão, idosos, pessoas com deficiência intelectual e auditiva, tenham acesso às informações, visando promover a inclusão, inclusive em cumprimento a Constituição Federal em seu 5º Art., na afirmativa de que - <i>Todos são iguais perante a lei, (...)</i>.</p> <p>Ainda a Resolução nº 230/2016, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que disciplina quanto à adoção de medidas voltadas à promoção de acessibilidade para pessoas com deficiência, dando ênfase ao seguinte inciso do artigo 10 da mencionada resolução: XIII – Utilização de intérprete de Linguagem Brasileira de Sinais, comunicação em linguagem acessível em todas as manifestações públicas, dentre elas propagandas, pronunciamentos oficiais, vídeos educativos, eventos e reuniões.</p> <p>Considerando os objetivos do Plano Estratégico deste Ministério que estabelece sua missão em <i>Defender a Sociedade e o Regime Democrático para Garantia da Cidadania Plena</i>.</p> <p>Por todo acima exposto, e com foco na igualdade de direitos, entendendo que sem acesso as pessoas com deficiência não podem exercer plenamente a cidadania, é que reforçamos a necessidade desta contratação, feito que confirma o Ministério Público da Bahia como uma instituição de excelência, indutora do respeito aos direitos fundamentais e interesses sociais de toda a Sociedade.</p>
1.7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	<p>Cuidar de prestação de serviços de intérprete de Libras/Língua Brasileira de Sinais, visando tornar acessível às pessoas com deficiência audição as palestras proferidas em eventos institucionais. A solução atende às necessidades da administração, tendo se revelado a mais adequada à pretensão administrativa, na medida em que possibilita a efetiva participação de todos. O objeto compreende a execução dos serviços de intérpretes de LIBRAS, durante o período de 66 meses, a partir da última assinatura do contrato, até a : 6/11/2021, contemplando, ainda, regras de transição contratual, etapas de adaptação.</p>
2. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR	
2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	<p>2.1.1 BASE LEGAL – ADEQUAR TEXTO À REALIDADE DA CONTRATAÇÃO:</p> <p>A seleção do Fornecedor será por dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 67, inciso III da Lei Federal nº 11.111/2005, pelo menor preço praticado, a partir de pesquisa de preços realizada no mercado local.</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>2.1.2 DIVULGAÇÃO DE AVISO PRÉVIO PARA COTAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <div> <div>()</div> <div> <p>A) NÃO SE APLICA, CONFORME A SEGUINTE JUSTIFICATIVA:</p> <p>4 ão se recomenda a adoção do procedimento previsto no artA67, F: á Hdivulgação de aviso pelo prazo mínimo de : dias úteisf em razão de</p> </div> </div> <div> <div>(x)</div> <div> <p>B) REGRAS:</p> <p>➤ E-mail para encaminhamento de propostas*: Caodhº mpbaAmpAor e ãle.º mpbaAmpAor</p> <p>➤ Telefone para contato*: 71-3103.0345</p> <p>➤ Prazo para envio das propostas por e-mail: 03 (três) dias úteis</p> </div> </div>
<p>2.2 HABILITAÇÃO</p>	<div> <div>H. f</div> <div> <p>A) JURÍDICA – ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>(x) A.1) DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DA PESSOA JURÍDICA HCartão C4 P\$ e ato consxtuxvof@</p> <p>() A.2) DOCUMENTOS PESSOAIS DA PESSOA FÍSICA HDocumento o- cial de idenx- cação pessoal e cartão CP5, caso esta numeração não conste no primeirof</p> </div> </div> <div> <div>H. f</div> <div> <p>B) FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, a englobar:</p> <p>B.1) Cerxdão 4 egaxva de Xébitos qunto ` Í eceita 5ederal e ~4 SS@</p> <p>B.2) Cerxdão de Í egularidade 5iscal para com a 5azenda Pública do Estado da Bahia@</p> <p>B.3) Cerxdão de Í egularidade 5iscal com a 5azenda Pública do Estado sede da empresa ou do domicílio da pessoa J sica – caso não seq Bahia@</p> <p>B.4) Cerxdão de regularidade com a 5azenda Pública Municipal do municípioÇede do Drnecedor selecionado@</p> <p>B.5) Cerxdão 4 egaxva de Xébitos tirabalhistas Hse pessoa qurídica@</p> <p>B.6) Cerxdão de Í egularidade do 53 tIS Hse pessoa qurídica@</p> </div> </div> <div> <div>H. f</div> <div> <p>C) TÉCNICA (FACULTATIVO):</p> <p>Ã contratada deverl apresentar atestadoHf de capacidade técnica Oue comprove o atenÇ dimento para os serviçosAO reDerido documento poderl ter sido - rmado por fírgão públiÇ co ou pessoa qurídica de direito privado, comprovando a prestação dos serviços de maneij ra saxsDatfíria e compafiveis com suas caracterísx cas, Ouanxidades e prazos com o obæto contratado. Os ãtestados de Capacidade técnica poderão ser cumulaxvos e complemenÇ tares, além disso poderão ambas as e. igj ncias constarem num mesmo atestadoA</p> </div> </div> <div> <div>H f</div> <div> <p>D) ECONÔMICO-FINANCEIRA (FACULTATIVO):</p> <p>() D.1) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA</p> <p>() D.2) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, COM INIDICAÇÃO DE ÍNDICES. ESPECIFICAR:</p> </div> </div>

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS**

➤ $\$$ ux - car opção óXÁ tíHm caso posixvofá

➤ t4 X̃CES CO4 tí“ BẼS ÄPL̃C“TẼS – ESCOL” EÍ (NÃ4 tiOS CÃBtTẼSã

() 1. **Liquidez Corrente (ILC)**, Oue deverl serà

() Maior Oue 6fi Humf () OutroAñdicarà

() 2. **Liquidez Geral (LG)**, Oue deverl serà

() Maior Oue 6fi Humf () OutroAñdicarà

() 3. **Solvência Geral (SG)**, Oue deverl serà

() Maior Oue 6fi Humf () OutroAñdicarà

() 4. **OutroAñdicarà**

() D.3) **DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU CAPITAL SOCIAL**, igual ou superior a ÁÁÁÁÁ Q do valor da licitação Hímite legalàfi6Qf@

➤ $\$$ ux - car opção óXA tíHm caso posixvofá

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 REGIME DE EXECUÇÃO	()	A) EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
	(X)	B) EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
	()	C) OUTRO. ~ndicar:

<p>3.2 RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO</p>	<p>➤ PRAZO: 6´ diasAContagem – ESCOLHER UMA OPÇÃO à () o teís (x) Corridos</p> <p>: Á ÁiA Prazo contado a parxr da nox- cação pela ãAdministração, Oue ocorrerl , preDe rencialmente, através de envio de eçmail para o endereço indicado na proposta de preçosA</p> <p>: Á Á Á ãs comprovaç/es da convocação e da entrega/rexrada da nota de empenho poderão ocorrer por OuaisOuer dos seguintes meiosà por meio eletrÚnico Hatravés de con- rmação de recebimento de eçmailf, aposição de assinatura Hpara rexrada presencialf ou por ãAviso de Í ecebimento dos correios HQuando a entrega Dr via postalA</p> <p>: Á Á A ã Contratada poderl solicitar a prorrogação do prazo para rexrada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por moxvo qusto e aceito pela ãAdministraçãoA</p>
---	---

3.3 FORMA DE EXECUÇÃO

- **LOCAL(IS) DE EXECUÇÃO** à Presencialmente à na Sede do Ministério Público do Estado da Bahia – CãBã7õ Avenida, nã676, do CãB ÇSalvador, Bã ÇBrasil ÇCEPã1fiã17Ç61A Sede do Ministério Público do Estado da Bahia – 4 azaré ÇAvenida Soana Angélica, ná fiA fi´, 4 azaré ÇSalvador, BãÇ CEPã16A76Ç6fi, ou em local diverso das Sedes do MPBã, desde Que dentro da comarca de Salvador/BaAEm ambiente virtual, onde a contratante tenha ou possua cone.ão de internet com Qualidade de transmissãoA
- **DIAS E HORÁRIOS PARA EXECUÇÃO Ç** **ESCOLHER UMA OPÇÃO** à
 - H f A) 4 VO SE ãPL ãCã
 - H f B) Í E3 í ãSã das 6ª `s´´ h ConDorme programação dos eventos
- **DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO** à

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>fi Ç E.ecução deve ser agendada porà Centro de Apoio aos Xireitos "umanosà H6fif : fi6: A6: 17, Caodhº mpbaAmpAr e Àle.º mpbaAmpAr@O agendamento deverl ser Deito com antecedj ncia de 6ª Hbitof dias corridosA</p> <p>Ç À contratada deverl chegar ao local do evento com no mínimo :6 minutos de antecedj ncia de início do evento@</p> <p>: ÇOs serviços do pro- ssional em tradução e interpretação de Libras serão disponibilizados, Ouando em período superior a uma hora, deverl ser realizado em regime de revezamento, com, no mínimo, ´ Hloisf pro- ssionais por evento, conDrme e. igj ncia da Lei 5ederal de ná fi61: 8 de ´ 1 de abril de ´ 66´ @</p> <p>1 – À contratante irl se reunir de Drma virtual, e sem custos com a CO4tií ÃtiÃXÃ em data anterior ao evento, a -m de prestar os detalhes necessl rios ` adeOuada prestação do serviço@</p> <p>7 Ç(uando possível, a contratante entregarl ` CO4tií ÃtiÃXÃ todo o material escrito sobre cada evento ou resumo da Dala dos palestrantes, com antecedj ncia mínima de até 6´ Hsetenta e duasf horas@</p> <p>8 Ç Para eventos presenciais a contratante reservarl espaço/local adeOuado para o posicionamento das/dos ti`LSP, visando garanxr a Oualidade do serviçoA</p> <p>6A4a hipfítese de algum dos serviços ultrapassar o período estabelecido de horas planeqdo para o evento, o valor serl complementado proporcionalmente ao número de horas de serviço eDexvamente prestado, e. cluindoÇe os horl rios de reDeição e deslocamentoA</p>
--	--

3.4 PRAZO(S) DE EXECUÇÃO	(x)	A) REGRAS (SUGESTÃO):							
		<p>➤ PRAZO(S) DE EXECUÇÃO – INDIVIDUALIZAR POR SERVIÇO:</p> <table><tr><th>SERVIÇO</th><th>PRAZO EM DIAS</th><th>CONTAGEM</th></tr><tr><td>Contratação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia, através do Centro de Apoio Operacional dos Xireitos "umanosA Os eventos poderão ocorrer de forma presencial ou vivo, e. executado no local do evento, ou remotamente gravado e reproduzido simultaneamente, com cessão de uso de imagem e vozA</td><td>6fi</td><td>() o teís (x) Corridos</td></tr><tr><td></td><td></td><td>() o teís () Corridos</td></tr></table>	SERVIÇO	PRAZO EM DIAS	CONTAGEM	Contratação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia, através do Centro de Apoio Operacional dos Xireitos "umanosA Os eventos poderão ocorrer de forma presencial ou vivo, e. executado no local do evento, ou remotamente gravado e reproduzido simultaneamente, com cessão de uso de imagem e vozA	6fi	() o teís (x) Corridos	
SERVIÇO	PRAZO EM DIAS	CONTAGEM							
Contratação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia, através do Centro de Apoio Operacional dos Xireitos "umanosA Os eventos poderão ocorrer de forma presencial ou vivo, e. executado no local do evento, ou remotamente gravado e reproduzido simultaneamente, com cessão de uso de imagem e vozA	6fi	() o teís (x) Corridos							
		() o teís () Corridos							
		<p>➤ PRAZO(S) CONTADO A PARTIR DE - ESCOLHER UMA OPÇÃOà</p> <p>H. f A) ÍECEB`ME4 tiO XO EMPE4" O PELO 5OÍ 4 ECEXOÍ HREGRA GERALf</p> <p>H f B) ONtií O – ãDrmarà</p> <p>➤ PRAZO PARA FINALIZAÇÃO TOTAL DOS SERVIÇOS HSE " ONTEÍ fàOs serviços serão - nalizados com o término dos eventosA</p>							

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

		<p>➤ ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO(S) PRAZO(S) DE EXECUÇÃO ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>H. f A) 4 VO</p> <p>H f B) SÕMA 4este caso, somente serl admissível o pedido Dormalizado pelo Dornecedor antes do termo - nal do prazo de e.ecução consignado, mediante qisx - cax va Çe respecx va comprovação Çde Dato aceito pela ãnsxtuiçãoA</p>
	()	B) REGRAS (DEFINIDAS PELA UNIDADE SOLICITANTE):
	()	C) DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO II - Especificações Técnicas Detalhadas (INCLUIR AO FINAL DO DOCUMENTO)
3.5 REGRAS DE GARANTIA	(x)	A) NÃO SE APLICA, POIS O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NÃO É APLICÁVEL AO OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO E NÃO HÁ EXIGÊNCIA DE GARANTIA ACESSÓRIA
	()	B) GARANTIA <u>LEGAL</u> PARA TODOS OS ITENS, CONFORME PRAZOS E CONDIÇÕES DEFINIDOS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
	()	C) GARANTIA CONTRATADA (SERVIÇO ACESSÓRIO) PARA TODOS OS ITENS <p>➤ JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIA</p>
	()	D) HÍBRIDO (PARTE DOS ITENS COM GARANTIA LEGAL E PARTE DOS ITENS COM GARANTIA CONTRATADA) <p>➤ JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIA</p> <p>➤ INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) – Indicar o número correspondente ao item na tabela do APENSO I:</p> <ul style="list-style-type: none">○ GARANTIA LEGAL:○ GARANTIA CONTRATADA:
	()	E) DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO II - Especificações Técnicas Detalhadas (INCLUIR AO FINAL DO DOCUMENTO)
	<p>3.5.1 REGRAS DA GARANTIA CONTRATADA (Somente para opções C ou D):</p> <p>➤ EXECUTOR DA GARANTIA - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>() Ãf CO4 tií ÃtãXO HREGRA GERALf</p> <p>() Bf 5ÃBÍ ~CÃ4 tiE HEXCEÇÃOf</p> <ul style="list-style-type: none">○ §usx - car a e. igj ncia de garanxa do <u>Dabricante</u> HEm caso posixvofà <p>➤ DURAÇÃO, contado da data do recebimento dos serviços - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>() Ãf ÁÁÁÁÁÁ X ~ÃS</p> <p>() Bf ÁÁÁÁÁÁ MESES</p>	

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS**

	<p>() Cf 3 ÁÍ Ã4 tiÃ PEXNÍ ÃÍ “ CO4 ti4 NÃME4 tiE XNÍ Ã4 tiE tiOXÃ Ã T 3 Ê4 CÃ CO4 tiÍ ÃtiNÃL HÊÍ T 7 UOS CO4 tit4 NOSf</p> <p>○ §ux- car prazo de duração de- nidoà</p> <p>➤ PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a parx r da abertura pelo MPBÃ ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() Ãf ÁÁÁÁÁÁ ” OÍ ÃSAContagem – Escolher uma opçãoà () o teis () Corridos</p> <p>() Bf ÁÁÁÁÁÁ X ÃSAContagem – Escolher uma opçãoà () o teis () Corridos</p> <p>() Cf ONtiÍ OÍsfAñdicarà</p> <p>➤ FORMA DE EXECUÇÃO DO ATENDIMENTO ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() Ãf Assistj ncia sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador</p> <p>() Bf Assistj ncia sediada no seguinte municípioà <i>Inserir texto</i></p> <p>() Cf Assistj ncia sediada em local a critério da Contratada</p> <p>() Xf <i>On site</i>, isto é assistj ncia prestada diretamente na sede do MPBÃ EXCEÇÃOfAl egrasà</p> <p>○ Os chamados para Assistj ncia técnica deverão ser atendidos no prazo ml . imo de ÁÁÁÁÁÁ HÁÁÁÁÁÁÁÁf horas, contadas da nox- cação pelo MPBÃ@</p> <p>○ O e. ecutor da garanxa HtonDorme acima indicadof arcarl com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou subsxtuição de serviços/bens, a incluir o deslocaÇ mento de seus técnicos aos locais em Oue aOueles tenham sido e. ecutados HerviÇ çosf ou esxverem Hbensf, bem como pelo transporte para sua o- cina, se necessl Ç rio@</p> <p>○ §ux- caxva para a garanxa <i>on site</i>à</p> <p>() Ef OutraAEspeci- carà</p> <p>➤ DETALHAMENTO DAS DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DA GARANTIA (Se houver):</p>	
<p>3.6 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO</p>	<p>(x)</p>	<p>A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO</p> <hr/> <p>B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS</p> <p>➤ ãndicar parcelaHf subcontratl velHesfà</p> <p>➤ ãndicar regras/condiç/ es para subcontratação</p>
<p>3.7 MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL</p>	<p>3.7.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:</p> <p>: 6Áfi 4 a Dorma das disposiç/ es estabelecidas na Lei Federal ná fi1Áfi: : / 6´ fi e na Lei Estadual/BÃ ná fi1B: 1/ 6´ : , o Contratante designarl servidorHesf, por meio de Portaria especí- ca para tal - m, para a gestão e - scalização do contrato, tendo poderes, entre outros, para nox- car a Contratada sobre as irregularidades ou Dalhas Oue porventura venham a ser encontradas na e. ecução deste instrumentoA</p> <p>: 6ÁfiÁ ãncumbe ` gestão e ` - scalização. na medida de suas competi ncias insxtucionais</p>	

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>acompanhar e verificar a execução do contrato, em todas as suas fases, compreendendo, primordialmente:</p> <p>Art. 11. Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento e no contrato, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou delitos, podendo ainda suspender a execução, sem prejuízo das sanções contratuais legais;</p> <p>Art. 12. Transmitir à Contratada as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando do caso;</p> <p>Art. 13. Promover, com a presença da Contratada, a verificação dos serviços que efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;</p> <p>Art. 14. Esclarecer as dúvidas da Contratada, solicitando ao setor competente do Contratante, se necessário, parecer de especialistas;</p> <p>Art. 15. O escal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos delitos observados;</p> <p>Art. 16. O escal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência. Lei Estadual de nº 11.811/2011: Art. 11, F. 1.ª e Lei nº 11.811/2011: F. 6.ª, art. 11.6, F. 1.ª</p> <p>Art. 17. A escalização, pelo Contratante, não desobriga a Contratada de sua responsabilidade quanto à execução do objeto contratual.</p> <p>Art. 18. A ausência de comunicação, por parte do Contratante, sobre irregularidades ou falhas, não exime a Contratada das responsabilidades determinadas neste contrato.</p> <p>Art. 19. O Contratante poderá recusar, sustar e/ou determinar o desdizimento/reajustamento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as normas técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.</p> <p>Art. 20. Qualquer serviço ou bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser rejeitado pela Contratada, às suas expensas;</p> <p>Art. 21. A não aceitação de algum serviço ou bem, no todo ou em parte, não implicará na dilatação do prazo de execução, salvo expressa concordância do Contratante.</p> <p>Art. 22. Para fins de escalização, o Contratante poderá solicitar à Contratada, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.</p> <p>Art. 23. A gestão e a escalização contratual observarão, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.</p>
<p>3.7.2 DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS AO OBJETO CONTRATADO: ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p>	
<p>(x)</p>	<p>A) NÃO SE APLICA, SENDO APLICÁVEIS APENAS AS DISPOSIÇÕES GERAIS ELENCADAS NO ITEM 3.7.1</p>
<p>()</p>	<p>B) DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAMENTE RELACIONADAS AO OBJETO CONTRATUAL</p>
<p>3.7.3 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</p>	

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>: A A A CO4 ti A t i A s u p i t a r s e q ` s s a n ç / e s a d m i n i s t r a x v a s p r e v i s t a s n a s L e i s F e d e r a l n á f i 1 A i : : / 6 ´ f i e E s t a d u a l n á f i 1 A B : 1 / ´ : , a s O u a i s p o d e r ã o v i r a s e r a p l i c a d a s a p ó s o p r é v i o e d e v i d o p r o c e s s o a d m i n i s t r a x v o , a s s e g u r a n d o q u e , s e m p r e , o c o n t r a d i t ó r i o e a a m p l a d e s a A</p> <p>: A A A C o m e t e i n D r a ç ã o a d m i n i s t r a x v a , n o s t e r m o s d a L e i n á f i 1 A i : : , d e ´ 6 ´ f i , a C O 4 t i A t i A s O u e à</p> <p>: A A A X e r c a u s a ` i n e . e c u ç ã o p a r c i a l d o c o n t r a t o @</p> <p>: A A A X e r c a u s a ` i n e . e c u ç ã o p a r c i a l d o c o n t r a t o O u e c a u s e g r a v e d a n o ` A d m i n i s t r a ç ã o o u a o D u n c i o n a m e n t o d o s s e r v i ç o s p ú b l i c o s o u a o i n t e r e s s e c o l e x v o @</p> <p>: A A A X e r c a u s a ` i n e . e c u ç ã o t o t a l d o c o n t r a t o @</p> <p>: A A A 4 ã o m a n t e r a p r o p o s t a , s a l v o e m d e c o r r j n c i a d e D a t o s u p e r v e n i e n t e d e v i d a m e n t e q u s x - c a d o @</p> <p>: A A A E n s e q u e r o r e t a r d a m e n t o d a e . e c u ç ã o o u d a e n t r e g a d o o b j e t o d a c o n t r a t a ç ã o s e m m o x v o q u s x - c a d o @</p> <p>: A A A A p r e s e n t a r d o c u m e n t a ç ã o D a l s a o u p r e s t a r d e c l a r a ç ã o D a l s a d u r a n t e a e . e c u ç ã o d o c o n t r a t o @</p> <p>: A A A 4 ã o c e l e b r a r o c o n t r a t o o u n ã o e n t r e g a r a d o c u m e n t a ç ã o e . i g i d a p a r a a c o n t r a t a ç ã o , O u a n d o c o n v o c a d o d e n t r o d o p r a z o d e v a l i d a d e d e s u a p r o p o s t a @</p> <p>: A A A P r a x c a r a t o D r a u d u l e n t o n a e . e c u ç ã o d o c o n t r a t o @</p> <p>: A A A C o m p o r t a r s e d e m o d o i n i d ú n e o o u c o m e t e r D r a u d e d e O u a l O u e r n a t u r e z a @</p> <p>: A A A 6 P r a x c a r a t o l e s i v o p r e v i s t o n o a r t 7 á d a L e i n á f i 1 A 1 8 , d e f i á d e a g o s t o d e ´ 6 f i : @</p> <p>: A A A S e r ã o a p l i c a d a s a o r e s p o n s a v e l p e l a s i n D r a ç / e s a d m i n i s t r a x v a s a c i m a d e s c r i t a s a s s e g u i n t e s s a n ç / e s à</p> <p>: A A A A d v e r t j n c i a , O u a n d o a C O 4 t i A t i A s d e r c a u s a ` i n e . e c u ç ã o p a r c i a l d o c o n t r a t o , s e m p r e O u e n ã o s e q u s x - c a r a i m p o s i ç ã o d e p e n a l i d a d e m a i s g r a v e H a r t A f i 7 8 , F ´ á , d a L e i F e d e r a l n á f i 1 A i : : / 6 ´ f i f @</p> <p>: A A A I m p e d i m e n t o d e l i c i t a r e c o n t r a t a r , O u a n d o p r a x c a d a s a s c o n d u t a s d e s c r i t a s n o s i t e m s : A A A A , a : A A A A a c i m a , s e m p r e O u e n ã o s e q u s x - c a r a i m p o s i ç ã o d e p e n a l i d a d e m a i s g r a v e H a r t A f i 7 8 , F 1 á , d a L e i F e d e r a l f i 1 A i : : / 6 ´ f i f @</p> <p>: A A A X e c l a r a ç ã o d e i n i d o n e i d a d e p a r a l i c i t a r e c o n t r a t a r , O u a n d o p r a x c a d a s a s c o n d u t a s d e s c r i t a s n o s i t e m s : A A A A a : A A A A 6 , a c i m a , b e m c o m o n a s a l í n e a s : A A A A a : A A A A , O u e q u s x - O u e m a i m p o s i ç ã o d e p e n a l i d a d e m a i s g r a v e H a r t A f i 7 8 , F 7 á , d a L e i F e d e r a l n á f i 1 A i : : / 6 ´ f i f @</p>		
	<p>3.7.4 DAS MULTAS - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <table><tr><td>(X)</td><td><p>A) APLICAM-SE AS DISPOSIÇÕES ABAIXO ELENCADAS:</p><p>: A A A M o r a t ó r i a d e 6,7% m e i o p o r c e n t o p o r d i a d e a t r a s o i n q u s x - c a d o s o b r e o v a l o r d a p a r c e l a i n a d i m p l i d a , a t é o l i m i t e d e : 6 m i n t a f d i a s @</p><p>: A A A C o m p e n s a t ó r i a d e ´ 6% m i n t e p o r c e n t o p o r d i a s o b r e o v a l o r t o t a l d o c o n t r a t o , p a r a a s i n D r a ç / e s a s e g u i r d e s c r i t a s à</p></td></tr></table>	(X)	<p>A) APLICAM-SE AS DISPOSIÇÕES ABAIXO ELENCADAS:</p> <p>: A A A M o r a t ó r i a d e 6,7% m e i o p o r c e n t o p o r d i a d e a t r a s o i n q u s x - c a d o s o b r e o v a l o r d a p a r c e l a i n a d i m p l i d a , a t é o l i m i t e d e : 6 m i n t a f d i a s @</p> <p>: A A A C o m p e n s a t ó r i a d e ´ 6% m i n t e p o r c e n t o p o r d i a s o b r e o v a l o r t o t a l d o c o n t r a t o , p a r a a s i n D r a ç / e s a s e g u i r d e s c r i t a s à</p>
(X)	<p>A) APLICAM-SE AS DISPOSIÇÕES ABAIXO ELENCADAS:</p> <p>: A A A M o r a t ó r i a d e 6,7% m e i o p o r c e n t o p o r d i a d e a t r a s o i n q u s x - c a d o s o b r e o v a l o r d a p a r c e l a i n a d i m p l i d a , a t é o l i m i t e d e : 6 m i n t a f d i a s @</p> <p>: A A A C o m p e n s a t ó r i a d e ´ 6% m i n t e p o r c e n t o p o r d i a s o b r e o v a l o r t o t a l d o c o n t r a t o , p a r a a s i n D r a ç / e s a s e g u i r d e s c r i t a s à</p>		

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>: 6.1.1.7 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato@</p> <p>: 6.1.1.8 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, Quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta@</p> <p>: 6.1.1.6 Praticar ato fraudulento na execução do contrato@</p> <p>: 6.1.1.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza@</p> <p>: 6.1.1.9 Praticar ato lesivo previsto no art. 17 da Lei nº 18, de 14 de agosto de 2014: @</p> <p>: 6.1.1.10 Compensatória de : 6.1.1.10 multa por cento sobre o valor total do contrato, para as indenizações abaixo descritas@</p> <p>: 6.1.1.11 Xer causa ine. execução total do contrato@</p> <p>: 6.1.1.12 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificada@</p> <p>: 6.1.1.13 Para as indenizações abaixo, a multa será de 6.1.1.13 por cento sobre o valor total do contrato@</p> <p>: 6.1.1.14 Xer causa ine. execução parcial do contrato@</p> <p>: 6.1.1.15 Xer causa ine. execução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo@</p> <p>: 6.1.1.16 Engebr o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem justificada@</p>
()	<p>B) DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS - PREENCHER, CONFORME O CASO: *</p> <p>: 6.1.1.1 Moratória de ... Q H... por cento por dia de atraso injustificada sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de : 6.1.1.1 dias@</p> <p>: 6.1.1.2 Compensatória de ... Q H... por cento sobre o valor total do contrato, para as indenizações a seguir descritas@</p> <p>: 6.1.1.7 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato@</p> <p>: 6.1.1.8 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, Quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta@</p> <p>: 6.1.1.6 Praticar ato fraudulento na execução do contrato@</p> <p>: 6.1.1.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza@</p> <p>: 6.1.1.9 Praticar ato lesivo previsto no art. 17 da Lei nº 18, de 14 de agosto de 2014: @</p> <p>: 6.1.1.10 Compensatória de ... Q H... por cento sobre o valor total do contrato, para as indenizações abaixo descritas@</p> <p>: 6.1.1.11 Xer causa ine. execução total do contrato@</p> <p>: 6.1.1.12 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>devidamente qisx - cado@</p> <p>: 6411 Para as inDaç/es abai. o dispostas, a multa serl de ... Q H... por centof sobre o valor total do contrato@</p> <p>: 64111i Xer causa ` ine. ecação parcial do contrato@</p> <p>: 6411Á Xer causa ` ine. ecação parcial do contrato Oue cause grave dano ` Administração ou ao Duncionamento dos serviços públicos ou ao interesse colexvo@</p> <p>: 6411A Enseqr o retardamento da e. ecação ou da entrega do obæto da contratação sem moxvo qisx - cado@</p>
3.8 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO (PARA FINS DE FATURAMENTO)	<p>3.8.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO</p> <p>➤ PRAZO à 6fi dias corridos, contados à ESCOLHER UMA OPÇÃO</p> <p>(x) Æf XÃ 5~4 ÃL ZÃUVO XOS SEÍ T~UOS</p> <p>() Bf XÃ E4 tií E3 Ã XÃ 4 OtÃ 5~SCÃL/5ÃtiNÍ Ã</p> <p>() Cf ONtií Oà</p>
	<p>3.8.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO:</p> <p>➤ PRAZO: 03 dias corridos, contados do recebimento provisfrio</p>
	<p>3.8.3 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) Ç ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() Æf 4 VO SE ÆPL~CÃ</p> <p>(X) Bf Pí ÃZO ESCOLHER UMA OPÇÃO à</p> <p>(X) 1) 01 " Oí ÃSAContagem – Escolher <u>uma</u> opçãoà () o teis (X) Corridos</p> <p>() 2) ´ X ÃSAContagem – Escolher uma opçãoà () o teis () Corridos</p> <p>() 3) ONtií OHfA~ndicarà <i>Inserir texto</i></p>
	<p>3.8.4 DEMAIS REGRAMENTOS:</p> <p>: 6411i O Contratante reæptarl , no todo ou em parte, o obæto contratual em desacordo com as condiç/es pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduç/es cabíveis@</p> <p>: 6411Á Os serviços poderão ser reæptados, no todo ou em parte, Ouando em desacordo com as especi- caç/es constantes neste instrumento, devendo ser corrigidos/reDeitos/subsxtuídos nos prazos de- nidos neste instrumento, a contar da nox- cação da Contratada, `s suas custas, sem preqúzo da aplicação das penalidades@</p> <p>: 6411A Eventual instabilidade na prestação do serviço deverl ser suprida no prazo ml . imo do item : 6411A assegurado ` Contratada a possibilidade de adoção de eventual solução alternaxva, neste prazo, a - m de segurar a conxnuidade da prestação do serviço@</p> <p>: 6411 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do obæto contratado, - ca a Contratada obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou subsxtuir, `s suas e. pensas, no todo ou em parte, o obæto em Oue se veri- carem vícios, deDeitos ou incorreç/es resultantes da e. ecação ou materiais empregados, cabendo ` - scalização não atestar o recebimento dos serviços até Oue seæm sanadas todas as eventuais pendj ncias Oue possam vir a ser apontadas no Í ecebimento Provisfrio@</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>: A A O recebimento de- nixvo do obæto deste instrumento serl concrexzado depois de adotados, pelo Contratante, todos os procedimentos cabíveis do artA fi16 da Lei 5ederal ná fi16: : / 6´ fi e, no Oue couber, da Lei Estadual de ná fi16: 1/´ : , devendo ocorrer nos prazos de- nidos neste instrumento@</p> <p>: A A O aceite ou aprovação do obæto pelo Contratante não e.clui a responsabilidade da Contratada por vícios, deDeitos ou disparidades com as especi- caç/es estabelecidas neste instrumento e no processo de Xispensa de Licitação Oue o originou, veri- cadas posteriormente, garanxndoÇe ao Contratante, inclusive, as Daculdades previstas na Lei 5ederal nA fi6A6ª/96 – Cfídigo de XeDeza do ConsumidorA</p>
3.9 DOS PREÇOS	<div>3.9.1 ABRANGÊNCIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</div> <div><div>(X)</div><div>A) OS PREÇOS CONTRATADOS ENGLOBAM TODOS E QUAISQUER CUSTOS NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DA CONTRATAÇÃO</div><div><div>➤ Englobam, e. empli- caxvamente, todos os custos relaxvos a remuneraç/es, encarÇ gos sociais, previdencil rios e trabalhistas de todo o pessoal designado pelo DorneceÇ dor para a e. ecução do obæto, transportes de QualOuer natureza, depreciação, aluÇ guéis, administração, tributos e emolumentosA</div><div>➤ Xemais regramentos He houverfà</div></div></div>
	<div>B) ITENS OU CUSTOS NÃO INCLUSOS NOS PREÇOS PACTUADOS:</div> <div>()</div>
	<div>3.9.2 CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DOS PREÇOS - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</div> <div>()</div> <div>A) VALOR MENSAL FIXO</div>
	<div>B) VALOR UNITÁRIO POR SERVIÇOS (sendo este preci- cado em horas Ç4a hipfftese de algum dos serviços ultrapassar o período estabelecido de horas planeoado para o evento, o valor serl complementado proporcionalmente ao número de horas de serviço eDexvamente prestado, e. cluindoÇe os horl rios de reDeição e deslocamentoA)</div> <div>(x)</div>
	<div>C) VALOR GLOBAL CONTRATADO, relax vo ` completa e. ecução dos serviços</div> <div>()</div>
	<div>D) OUTRO:</div> <div>()</div>
3.10 REGRAS DE FATURAMENTO	<div>3.10.1 PERIODICIDADE DE FATURAMENTO(S) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</div> <div>()</div> <div>A) MENSAL</div>
	<div>B) MÚLTIPLOS FATURAMENTOS, SENDO CADA UM REALIZADO APÓS A EXECUÇÃO DE CADA PEDIDO/EMPENHO EMITIDO</div> <div>(x)</div>
	<div>C) EM PARCELA ÚNICA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</div> <div>()</div> <div><div>() 1) ÅO 5~4 ÅL XE tiOXÅ ã EGEcNUVO CO4 tií ÅtiNÅL E Í ECEB~ME4 tiO XO OBÇetiO</div><div>H egra geralf</div><div>() 2) ONtií Oà</div></div>
	<div>D) PARCELADO:</div> <div>()</div> <div><div>➤ (NÅ4 tiXÅXE XE PÅÍ CELÅSà</div><div>➤ XE5~4 ~UVO XOS MO4 tiÅ4 tiES XÅS PÅÍ CELÅS Ç</div></div>

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS**

	()	E) OUTRO(A). Indicarà
	3.10.2 CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA FATURAMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:	
	(X)	A) NÃO SE APLICA, sendo necessária somente a apresentação de nota fiscal/Data e cerxd/es de regularidade - fiscal e trabalhista, conforme item : Anexo Habai. ofA
	()	B) REGRAS E/OU DOCUMENTOS EXIGIDOS, para além dos indicados na opção A. Especificar:
3.11 REGRAS PARA PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	<p>: Anexo O Datamento referente ao objeto deste instrumento será efetuado na periodicidade indicada no item : Anexo, mediante apresentação, pela CONTRATADA, de Data, 4ota Fiscal relaxva ` prestação dos serviços e cerxd/es de regularidade cabíveis, bem como consulta ` situação de idoneidade da CONTRATADA, documentação Que deverá estar devidamente acompanhada do formulário ECEBME4to pelo CONTRATANTE@</p> <p>: Anexo Os pagamentos serão processados no prazo de 60 dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação indicada no item : Anexo, desde Que não haja pendência a ser regularizada@</p> <p>: Anexo Tericando-se Qualquer pendência impedidora do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aQual Foi realizada a respectiva regularização@</p> <p>: Anexo As Datas Darção acompanhar da documentação probatória relaxva ao recolhimento dos tributos Que tenham como Dato gerador o objeto consignado na Cláusula Primeira@</p> <p>: Anexo O CONTRATANTE realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente@</p> <p>: Anexo Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela CONTRATADA, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia@</p> <p>: Anexo A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu devido pagamento, de acordo com a variação do IPC do B3 E pro rata tempore, observado, sempre, o disposto nos itens : Anexo e : Anexo A</p> <p>: Anexo Para efeito de caracterização de mora imputável ao CONTRATANTE, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de Dechamento do exercício - nanceiro do Estado da Bahia, compreendido entre o - nal do mês de dezembro e o mês de Janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias ` vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de contas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE.</p>	
3.12 REAJUSTAMENTO	()	<p>A) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. É E À</p> <p>➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() Índice IPC/B3 E</p> <p>() Índice ONTI OA Indicarà</p> <p>➤ A eventual concessão de reajustamento - ca condicionada ` apresentação de requerimento formal pela Contratada, após o transcurso do prazo de 12 meses, contados da data do orçamento estimado pela Administração</p> <p>➤ A hipótese de reajustamento, adotará como referencial o acumulado de</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

		<p>12 meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação do orçamento estimado pela administração e termo final o mês que antecede a data de aniversário</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de execução de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 meses, contados do orçamento estimado pela administração➤ Para os reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste
	(x)	<p>B) NÃO É CABÍVEL A PREVISÃO DE REAJUSTAMENTO DURANTE A VIGÊNCIA ORIGINÁRIA DO CONTRATO, dadas as regras de pagamento e a natureza dos serviços*</p> <p>Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência, os preços pactuados serão passíveis de reajustamento, conforme as seguintes regras e condições:</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços: ESCOLHER UMA OPÇÃO: (x) Índice IPC/B3 E () Índice OND indicará➤ A eventual concessão de reajustamento - caso condicionada - à apresentação de requerimento formal pela Contratada, após o transcurso do prazo total de execução dos serviços contratados➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de meses decorridos entre a apresentação da proposta de preços e o encerramento do prazo inicial de duração da execução contratual➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos ao novo período de vigência contratual
	3.13.1 VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) ESCOLHER UMA OPÇÃO:	
	(x)	A) NÃO SE APLICA (Não se trata de registro de preços)
	()	<p>B) VIGÊNCIA DA ARP:</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Prazo de vigência da ARP: 12 meses. Limitado a 1 ano➤ Possibilidade de prorrogação de prazo de vigência: ESCOLHER UMA OPÇÃO: Há 4 VOs. Há 5 VOs. Limitado ao total de vigência da ARP de 1 ano
	3.13.2 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO ESCOLHER UMA OPÇÃO:	
	()	<p>A) CONTRATAÇÕES SEM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() 1) 12 meses, contados do recebimento do empenho pela contratada</p> <p>() 2) 12 dias, contados do recebimento do empenho pela contratada</p>

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS**

	<p>() 3) ÁÁÁÁ meses, contados a parx r do dia ÁÁÁ de ÁÁÁÁ de ÁÁÁÁ Hprevisão inicialf*</p> <p>() 4) ÁÁÁÁ dias, contados a parx r do dia ÁÁÁ de ÁÁÁÁ de ÁÁÁÁ Hprevisão inicialf*</p>
(x)	<p>B (x) CONTRATAÇÕES COM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>(X) Opção 1: 66 meses, contados a parx r de hf Ç ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() ãf Xata certa Hprevisão inicialfà</p> <p>(x) Bf Xa data da Húlx maf assinatura</p> <p>() Opção 2 à ÁÁÁÁÁÁ dias, contados a parx r de hf Ç ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() ãf Xata certa Hprevisão inicialfà ÁÁÁÁ de ÁÁÁÁÁÁ de ÁÁÁÁÁÁ</p> <p>() Bf Xa data da Húlx maf assinatura</p>
<p>3.13.3 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA Ç ESCOLHER UMA OPÇÃO à</p>	
()	<p>A) NÃO SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA</p>
(x)	<p>B) SIM, SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE ADITIVO PARA TAL FIMA</p> <p>➤ §uxx - cax vaà Podendo ser prorrogado nos termos da Lei ná fi1fi: : /´ 6´ fi, a critério do contratante e mediante a anuj ncia da contratada, por meio de termo adixvo, desde Que os valores despendidos durante toda sua vigj ncia não ultrapassem o liç mite previsto no artA67, ~, da Lei fi1fi: : /´ 6´ fi e o Ouanto registrado no PCÃ do MPBÃ para esta contratação, atendendo o cumprimento dos reQuisitosà fiASeq qntado relatfírio Que discorra sobre a e. ecução do contrato, com inDrmaç/ es de Que os serviços tenham sido prestados regularmente@</p> <p>´ ASeq qntada qusx - cax va e moxvo, por escrito, de Que a Administração mantém interesse na realização do serviço@</p> <p>: ASeq comprovado Que o valor do contrato permanece economicamente vantaopso para a Administração@</p> <p>7A” aç maniDeação e. pressa da contratada inDrmando o interesse na prorrogação@</p> <p>8ASeq comprovado Que a contratada mantém as condiç/ es iniciais de habilitação@</p> <p>6AE. istj ncia de dotação orçamentl ria para aditamento do contrato@</p> <p>³ Al´ espeitado o limite de fifi´ horasA</p>
<p>3.14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA</p>	
<p>3.14.1 OBRIGAÇÕES GERAIS</p> <p>: fi1fiAfi Promover a e. ecução contratual de acordo com as especí- caç/ es técnicas e e. igj ncias constantes no presente instrumento, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horl rios de e. pediente do Contratante, não podendo e. imirÇe da obrigação, ainda Que parcialmente, atribuindo OuaisOuer Dalhas, deDeitos ou Dalta de pessoal e/ou material@</p> <p>: fi1fiAfi A Contratada deve cumprir todas as obrigaç/ es constantes deste Contrato e em seus ane. os, assumindo como e. clusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perDeita e. ecução do obçeto@</p> <p>: fi1fiAfi Prestar diretamente os serviços ora contratados, não os transDrindo a outrem, no todo ou em parte, observandoÇe as regras para subcontratação de- nidas neste instrumento@</p>	

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

Art. 1º A Xispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução dos serviços objeto deste instrumento.

Art. 1º A Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente execução dos serviços objeto deste contrato.

Art. 1º A Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições e exigidas para a contratação.

Art. 1º A Assegurar que os serviços objeto deste contrato não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência.

Art. 1º A É responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

Art. 1º A A eventual retenção de tributos pelo Contratante não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento de tributos pela Contratada.

Art. 1º A Emitir notas fiscais/datas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, observando-se, ainda, o quanto disposto nos itens Art. 6º e Art. 1º deste instrumento.

Art. 1º A É responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que não é autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

Art. 1º A Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás quanto aos reparos competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato.

Art. 1º A Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo Contratante, de readequação de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as normas técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o Contratante.

Art. 1º A Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 1 hora e quatro horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Art. 1º A Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

Art. 1º A Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Art. 1º A Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.




Art. 1º A Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, ou do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 1º, parágrafo único, da Lei nº 6.761.

Art. 1º A Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>contrato@</p> <p>: Art. 1º Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito Federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante@</p> <p>: Art. 9º Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação Art. 8º da Lei nº 6.020/2008</p> <p>: Art. 6º Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo - estabelecido pelo - prazo do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas Art. 8º, parágrafo único, da Lei nº 6.020/2008</p> <p>: Art. 1º Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa - utilização durante a vigência deste contrato, fornecendo instalações, propiciando o acesso - documentação pertinente e - execução contratual, e atendendo - observações e exigências apresentadas pela - utilização@</p> <p>3.14.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO) ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <table><tr><td>()</td><td>A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais de - nidos em lei e no subitem anteriorA</td></tr><tr><td>(x)</td><td>B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar Manter sigilo sobre todo e Qualquer assunto do interesse da CO4 nº 44/2018 ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da contratação, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, conforme o caso@ Até imediatamente os profissionais a serviço dos eventos, no caso de ausência ou dispensa@ Enviar para a contratante em até 1 hora e Quatro horas antes do início da prestação dos serviços, documento contendo todas as instalações e necessidades dos profissionais disponibilizados@ Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e Qualificação exigidas na durante a contratação@ Relatar - Contratante toda e Qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviçosA Cessão de uso de imagem e voz, do tradutor na hipótese de realização de eventos de forma virtual@ Conceder ao contratante o uso de imagem e voz, do tradutor, na hipótese de realização de eventos de forma virtual@ Garantir a contratação de empregados da CO4 nº 44/2018 - disposição da CO4 nº 44/2018, em tempo integral, nas suas instalaçõesA A - atuação dos profissionais deverá - fazer requisitos profissionais em nível compatível com as atribuições que lhes forem delegadas, sob inteira responsabilidade da CO4 nº 44/2018".</td></tr></table>	()	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS , sendo aplicáveis somente os regramentos gerais de - nidos em lei e no subitem anteriorA	(x)	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar Manter sigilo sobre todo e Qualquer assunto do interesse da CO4 nº 44/2018 ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da contratação, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, conforme o caso@ Até imediatamente os profissionais a serviço dos eventos, no caso de ausência ou dispensa@ Enviar para a contratante em até 1 hora e Quatro horas antes do início da prestação dos serviços, documento contendo todas as instalações e necessidades dos profissionais disponibilizados@ Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e Qualificação exigidas na durante a contratação@ Relatar - Contratante toda e Qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviçosA Cessão de uso de imagem e voz, do tradutor na hipótese de realização de eventos de forma virtual@ Conceder ao contratante o uso de imagem e voz, do tradutor, na hipótese de realização de eventos de forma virtual@ Garantir a contratação de empregados da CO4 nº 44/2018 - disposição da CO4 nº 44/2018, em tempo integral, nas suas instalaçõesA A - atuação dos profissionais deverá - fazer requisitos profissionais em nível compatível com as atribuições que lhes forem delegadas, sob inteira responsabilidade da CO4 nº 44/2018".
()	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS , sendo aplicáveis somente os regramentos gerais de - nidos em lei e no subitem anteriorA				
(x)	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar Manter sigilo sobre todo e Qualquer assunto do interesse da CO4 nº 44/2018 ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da contratação, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, conforme o caso@ Até imediatamente os profissionais a serviço dos eventos, no caso de ausência ou dispensa@ Enviar para a contratante em até 1 hora e Quatro horas antes do início da prestação dos serviços, documento contendo todas as instalações e necessidades dos profissionais disponibilizados@ Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e Qualificação exigidas na durante a contratação@ Relatar - Contratante toda e Qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviçosA Cessão de uso de imagem e voz, do tradutor na hipótese de realização de eventos de forma virtual@ Conceder ao contratante o uso de imagem e voz, do tradutor, na hipótese de realização de eventos de forma virtual@ Garantir a contratação de empregados da CO4 nº 44/2018 - disposição da CO4 nº 44/2018, em tempo integral, nas suas instalaçõesA A - atuação dos profissionais deverá - fazer requisitos profissionais em nível compatível com as atribuições que lhes forem delegadas, sob inteira responsabilidade da CO4 nº 44/2018".				
3.15 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE	<p>3.15.1 OBRIGAÇÕES GERAIS</p> <p>: Art. 5º Fornecer as instalações e necessidades para que a Contratada possa executar plenamente o objeto contratado@</p> <p>: Art. 6º Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nos itens : Art. 6º e : Art. 7º deste instrumento@</p> <p>: Art. 7º Permitir o acesso da Contratada - instalações físicas do Contratante, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços@</p> <p>: Art. 8º Acompanhar e - controlar o - cumprimento dos prazos e das condições de realização do</p>				

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>presente contrato, no x-cando a Contratada, por escrito, sobre imperDeiç/es, Dalhas ou irregularidades constatadas na e.ecução do obçto, para Que seça adotadas as medidas correxvas necessl rias@</p> <p>: Ai7Ai7 Fornecer ` Contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, Ouando o Dornecimento do obçto atender saxsDatoriamente os prazos de entrega, Oualidade e demais condiç/es previstas neste instrumentoA</p> <p>: Ai7Ai8 E. plicitamente emixr decisão sobre todas as solicitaç/es e reclamaç/es relacionadas ` e.ecução do presente Contrato, ressalvados os reOuerimentos maniDestamente imperxntes, meramente protelatfírios ou de nenhum interesse para a boa e.ecução do aqste, observando os seguintes prazosà</p> <p>: Ai7Ai8Ai Ã administração terl o prazo de até 86 Hessentaf dias, a contar da data do protocolo do reOuerimento sobre o Qual deverl se maniDestar, admixda a prorrogação moxvada, por igual período@</p> <p>: Ai7Ai8Á Ã administração terl o prazo de até 86 Hessentaf dias, a contar da data do reOuerimento, para responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do eOuilibrio econÚmicoÇ nanceiro do contrato@</p>				
	<p>3.15.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO) Ç <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <table><tr><td>(x)</td><td>A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicl veis somente os regramentos gerais de- nidos no subitem anteriorA</td></tr><tr><td>()</td><td>B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicarà</td></tr></table>	(x)	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicl veis somente os regramentos gerais de- nidos no subitem anteriorA	()	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicarà
(x)	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicl veis somente os regramentos gerais de- nidos no subitem anteriorA				
()	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicarà				
<p>3.16 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL</p>	<table><tr><td>(X)</td><td>A) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL</td></tr><tr><td>()</td><td><p>B) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Í egrasà</p><p>➤ Percentual e. igido Ç <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p><p>() A) 7Q Htinco por centof () B) ONtí O*A~ndicarà _____ Q HÁÁÁÁÁ por centof</p><p>➤ Prazo para apresentaçãoà ÁÁÁÁÁ dias apfís assinatura do contratoA</p><p>➤ Šusx - cax va para garanxas com percentual superior a 7Q H limitadas a fi6Qf do vaÇ lor inicial do contratoà</p></td></tr></table>	(X)	A) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL	()	<p>B) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Í egrasà</p> <p>➤ Percentual e. igido Ç <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>() A) 7Q Htinco por centof () B) ONtí O*A~ndicarà _____ Q HÁÁÁÁÁ por centof</p> <p>➤ Prazo para apresentaçãoà ÁÁÁÁÁ dias apfís assinatura do contratoA</p> <p>➤ Šusx - cax va para garanxas com percentual superior a 7Q H limitadas a fi6Qf do vaÇ lor inicial do contratoà</p>
(X)	A) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL				
()	<p>B) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Í egrasà</p> <p>➤ Percentual e. igido Ç <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>() A) 7Q Htinco por centof () B) ONtí O*A~ndicarà _____ Q HÁÁÁÁÁ por centof</p> <p>➤ Prazo para apresentaçãoà ÁÁÁÁÁ dias apfís assinatura do contratoA</p> <p>➤ Šusx - cax va para garanxas com percentual superior a 7Q H limitadas a fi6Qf do vaÇ lor inicial do contratoà</p>				
<p>3.17 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS</p>	<p>CONFORME FORMULÁRIOS DE INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ANEXOS AO EXPEDIENTE DE CONTRATAÇÃO.</p>				
<p>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO:</p>					
<p>MATRÍCULA: 351467</p>	<table><tr><td><p>NOME DO SERVIDOR: Alex Santana Lima</p></td><td rowspan="2"><p>INSERIR ASSINATURA DIGITAL:</p><p>Documento assinado digitalmente</p><p> ALEX SANTANA LIMA Data: 11/06/2024 16:45:04-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</p></td></tr><tr><td><p>UNIDADE ADMINISTRATIVA: Centro de Apoio aos Direitos Humanos</p></td></tr></table>	<p>NOME DO SERVIDOR: Alex Santana Lima</p>	<p>INSERIR ASSINATURA DIGITAL:</p> <p>Documento assinado digitalmente</p> <p> ALEX SANTANA LIMA Data: 11/06/2024 16:45:04-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</p>	<p>UNIDADE ADMINISTRATIVA: Centro de Apoio aos Direitos Humanos</p>	
<p>NOME DO SERVIDOR: Alex Santana Lima</p>	<p>INSERIR ASSINATURA DIGITAL:</p> <p>Documento assinado digitalmente</p> <p> ALEX SANTANA LIMA Data: 11/06/2024 16:45:04-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</p>				
<p>UNIDADE ADMINISTRATIVA: Centro de Apoio aos Direitos Humanos</p>					

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS**

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

APENSO I

TABELA INDICATIVA DOS ITENS DE SERVIÇO A SEREM CONTRATADOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	Código do item de serviço, com descrição*
6fi	Contratação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia, através do Centro de Apoio Operacional dos Xireitos ”umanosA Os eventos poderão ocorrer de Dorma presencial Ho vivo, e.ecutado no local do eventof, ou remotamente Hgravado e reproduzido simultaneamentef, com cessão de uso de imagem e vozA	” oras	fifi´	fí 8: 6 Ç tradução / ãnterpretação Simultânea / Consecuxva

* Verificar em: <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES/EVENTOS				
	Eventos: Seminários, Congressos, Oficinas, Workshops e outros indicados pelo MP.	Data	Carga horária estimada por evento	Mês de realização
1	Seminário sobre o combate ao bullying e racismo nas escolas.	15/08	8h	Agosto
2	Workshop Letramento Racial (Raça/etnia - conceito; Mito da Democracia Racial; Racismo Estrutural; Lugar de Fala; Colorismo e Afroconveniência na Política de Cotas Raciais).	Data a definir	8h	Julho
3	Seminário Desafios do acesso aos direitos através da Heteroidentificação:	Data a definir	8h	
4	2ª Edição do MPBA no Novembro Negro	Data a definir	12	Novembro
5	Realização de cursos de formação com e para pcd, preferencialmente ministrados por pcd	Data a definir	08	Agosto - novembro
6	Seminário sobre LGTBfobia em parceria com conselhos e secretarias com Sociedade em geral sobre.	Data a definir	08	Julho
7	Realizar e participar de cursos/seminários sobre as questões de antirracismo institucional.	Data a definir	10	Julho/Agosto
8	Oficina sobre utilização do aplicativo de Comunicação Acessível	Data a definir	04	Setembro
9	Realizar Lives, Seminários, Audiências Públicas, Parcerias e Convênios com Instituições Públicas e Privadas, inclusive de ensino	Data a definir	08	Julho - dezembro
10	Realizar 2 Seminários com interlocução do MP, Academia e Sociedade Civil, sendo o 1º - Velhices/LGBT e 2º - Saúde LGBT	Data a definir	08	Julho - dezembro
11	Fórum Estadual De Combate À Violências Contra Pessoas Com Deficiência: realizar palestras com conferencistas com expertise na temática	Data a definir	08	Setembro
12	Atuação Em Conjunto Com A Frente Parlamentar De Defesa Da Pessoa Idosa: Realizar de cursos, seminários, reuniões e afins	Data a definir	08	Setembro
13	Defesa das comunidades e povos tradicionais: Realizar e participar de eventos, visitas e reuniões ligados a temática quando demandado por sociedade civil/instituições	Data a definir	08	Julho - dezembro
	Eventos a definir pelo MP	Data a definir	06	Julho - dezembro
		Total	112	



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Retornamos o presente expediente ao **CAODH** informando que foi publicado em 12/06/2024 o Aviso da Dispensa de Licitação N° 112/2024 (doc 1100046) no Portal do MPBA, que poderá ser consultado através da opção "Serviços", "Contratações", no menu lateral "Avisos de Dispensas de Licitações" ([Avisos de Dispensas de Licitações | Ministério Público do Estado da Bahia. \(mpba.mp.br\)](#)).

Assim sendo, solicitamos que a Unidade prossiga com o acompanhamento do recebimento das propostas no e-mail e no prazo estipulado pela referida Unidade e posterior finalização da instrução do processo de dispensa de licitação conforme Base de Conhecimento do processo correlato.

Milena Mª Cardoso do Nascimento
Assistente Técnico-Administrativo
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 353.176



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 10/62/0604, às 16:11, conforme o Ato Ato 64°, de 15 de Dezembro de 0606 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6 informando o código Verificador **1100033** e o código CRC **4C4F82E2**.

Salvador, 12 de junho de 2024.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo SEI nº 19.09.02180.0014605/2024-16
Dispensa de Licitação nº 112/2024

O Ministério Público do Estado da Bahia, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento a realização de Dispensa de Licitação, em sua forma não eletrônica, que tem objeto a **“Contratação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia. Os eventos poderão ocorrer de forma presencial (ao vivo, executado no local do evento), ou remotamente (gravado e reproduzido simultaneamente), com cessão de uso de imagem e voz.”**

Visando atender o disposto no §3º do art. 75 da Lei nº. 14.333/2021, abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas.

As propostas de preços serão recebidas, exclusivamente, pelo e-mail caodh@mpba.mp.br até às 23h59min do **dia 17 de junho de 2024**.

Informações detalhadas sobre o objeto da contratação e sobre as regras para participação de fornecedores interessados encontram-se no Termo de Referência, bem como modelo de proposta, disponibilizados para download no Portal MPBA.

Dúvidas e esclarecimentos podem ser obtidos através do e-mail acima ou ainda pelo telefone 75 3103-0345.

A empresa detentora da proposta mais vantajosa para o Ministério Público do Estado da Bahia será contatada para envio da documentação que comprove reunir as condições necessárias para contratar com a Administração.

TABELA DE PREÇOS

Declaro, para todos os fins de direito, que realizei pesquisa de preços semelhantes para futura contratação do(s) item(ns) abaixo listado(s), respeitados os ditames legais.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA DO ITEM	QTDE	PREÇO 1 – PROPOSTA DO FORNECEDOR A SER CONTRATADO		PREÇOS DE CONTRATAÇÕES SEMELHANTES DE MESMA NATUREZA								
					PREÇO 2		PREÇO 3		PREÇO 4		PREÇO 5		
			RAZÃO SOCIAL OU NOME	CNPJ ou CPF	VALOR TOTAL R\$	CONTRA TANTE	VALOR TOTAL R\$	CONTRA TANTE	VALOR TOTAL R\$	CONTRA TANTE	VALOR TOTAL R\$	CONTRATA NTE	VALOR TOTAL R\$
1	Contratação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia. Os eventos poderão ocorrer de forma presencial (ao vivo, executado no local do evento), ou remotamente (gravado e reproduzido simultaneamente), com cessão de uso de imagem e voz.	112 horas	Farol Acessibilidade & Inclusão	<div></div>	39.200,00								

Nota: Incluir ou excluir colunas e linhas, conforme necessidade.

1 - OBSERVAÇÕES:
a) Trata-se de processo de contratação direta por meio de Inexigibilidade (art. 74 da Lei Federal de nº14.133/21), ante a inviabilidade de competição b) Juntar ao processo SEI o(s) arquivo(s) comprobatórios dos preços pagos em contratações semelhantes com o pretenso contratado.
2 – JUSTIFICATIVA SE NÃO APRESENTAR O MÍNIMO DE 03 (TRÊS) CONTRATAÇÕES SEMELHANTES PARA CADA ITEM:

Embora as empresas tenham sido consultadas mediante e-mail (anexo) e por meio de Aviso Prévio no site do MPBA para fornecerem orçamentos, apenas 01 empresa apresentou proposta.


RESPONSÁVEL PELA PESQUISA DE PREÇOS

Matrícula:	Nome do Servidor:
351467	Alex Santana Lima

Unidade Administrativa:

Coordenação do CAODH

INSERIR ASSINATURA DIGITAL:

 Documento assinado digitalmente
ALEX SANTANA LIMA
Data: 18/06/2024 11:53:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



PROPOSTA COMERCIAL

+55 (71) 98186-9000

Av. Luiz Viana Filho, 13223 Salvador, Bahia

farolaccessibilidade@gmail.com



SALVADOR, 12 DE JUNHO DE 2024.

AO
MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA

DADOS DO FORNECEDOR:		
RAZÃO SOCIAL (PJ) ou NOME (PF): FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO LTDA		
NOME FANTASIA (PJ): FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	CNPJ: 42.397.920/0001-35	
ENDEREÇO: AV. Luiz Viana Filho, 13223 Bloco 1 Sala 330 Hangar Business - São Cristovão.		
MUNICÍPIO: Salvador	UF: BA	CEP: 41.500-300
TELEFONE COMERCIAL: (71) 98186-9000	E-MAIL: farolaccessibilidade@gmail.com	
REPRESENTANTE LEGAL: Johnny Máximo Lourenço e Siqueira		CPF: XXXXXXXXXX



PROPOSTA COMERCIAL

+55 (71) 98186-9000

Av. Luiz Viana Filho, 13223 Salvador, Bahia

farolaccessibilidade@gmail.com

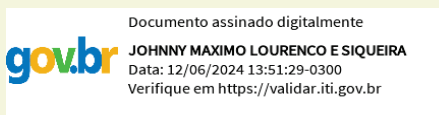


PROPOSTA DE PREÇO

Item	Descrição do Serviço	Unidade de Medida	Qtde	Preço Unitário R\$	Preço Total da Proposta
1	Serviço de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia na modalidade presencial (ao vivo, executado no local do evento), ou remotamente (gravado e reproduzido simultaneamente), com cessão de uso de imagem e voz.	Hora	112	R\$ 350,00	R\$ 39.200,00

DATA DA PROPOSTA: 12/06/2024

Proposta válida por 45 dias;



Atenciosamente


JOHNNY MÁXIMO LOURENÇO E SIQUEIRA
REPRESENTANTE LEGAL

ENC: Processo Administrativo (SEI): 1909021800014605202416

Caodh <caodh@mpba.mp.br>

Qua, 12/06/2024 15:04

Para: Alex Santana Lima <alex@mpba.mp.br>

 1 anexos (172 KB)

PROPOSTA_COMERCIAL_MP.docx_%281%29_assinado.pdf;

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos - CAODH

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0610 /3103-0345

De: Farol <farolacessibilidade@gmail.com>

Enviado: quarta-feira, 12 de junho de 2024 13:58

Para: Caodh <caodh@mpba.mp.br>

Assunto: Processo Administrativo (SEI): 1909021800014605202416

Prezado Sr. Alex, espero que este o encontre bem!

Em anexo segue nossa proposta. Estamos à disposição para dirimir quaisquer dúvidas.

Att.

Johnny Siqueira

Solicitação de orçamento - Contratação para prestação de serviços - Ministério Público do Estado da Bahia

Alex Santana Lima <alex@mpba.mp.br>

Qua, 12/06/2024 15:33

Para:urpia.adarte@gmail.com <urpia.adarte@gmail.com>;acessibiliza.libras@gmail.com <acessibiliza.libras@gmail.com>

Prezados Senhores,
Boa tarde!

O Ministério Público do Estado da Bahia está recebendo proposta para Contratação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia. Os eventos poderão ocorrer de forma presencial (ao vivo, executado no local do evento), ou remotamente (gravado e reproduzido simultaneamente), com cessão de uso de imagem e voz. Maiores informações podem ser acessadas no link <https://www.mpba.mp.br/licitacoes/2940>. - Processo Administrativo (SEI): 1909021800014605202416

As propostas podem ser endereçadas ao seguinte endereço eletrônico: caodh@mpba.mp.br

Atenciosamente,

Alex Lima

Coordenador Administrativo II

Centro de Apoio aos Direitos Humanos

Ministério Público do Estado da Bahia

Telefone: (71) 3103-0344 | alex@mpba.mp.br

Solicitação de orçamento - Contratação para prestação de serviços - Ministério Público do Estado da Bahia

Alex Santana Lima <alex@mpba.mp.br>

Qua, 12/06/2024 15:33

Para:urpia.adarte@gmail.com <urpia.adarte@gmail.com>;acessibiliza.libras@gmail.com <acessibiliza.libras@gmail.com>

Prezados Senhores,
Boa tarde!

O Ministério Público do Estado da Bahia está recebendo proposta para Contratação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia. Os eventos poderão ocorrer de forma presencial (ao vivo, executado no local do evento), ou remotamente (gravado e reproduzido simultaneamente), com cessão de uso de imagem e voz. Maiores informações podem ser acessadas no link <https://www.mpba.mp.br/licitacoes/2940>. - Processo Administrativo (SEI): 1909021800014605202416

As propostas podem ser endereçadas ao seguinte endereço eletrônico: caodh@mpba.mp.br

Atenciosamente,

Alex Lima

Coordenador Administrativo II

Centro de Apoio aos Direitos Humanos

Ministério Público do Estado da Bahia

Telefone: (71) 3103-0344 | alex@mpba.mp.br

**ALTERAÇÃO POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO EM SOCIEDADE LTDA
UNIPESSOAL
FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSAO LTDA**



JOHNNY MAXIMO LOURENCO E SIQUEIRA, [REDACTED]

[REDACTED] COND HANGAR BUSINESS PARK;BLOCO 1;SALA 330, São Cristóvão, Salvador, Bahia, CEP: 41.500-300, inscrito no CNPJ sob nº 42.397.920/0001-35, fazendo uso do que permite o § 3º do art. 968 da Lei nº 10.406/2002, com a redação alterada pelo art. 10 da Lei Complementar nº 128/08, ora transforma seu registro de EMPRESÁRIO em SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA, a qual se regerá, doravante, pelo presente CONTRATO SOCIAL trazido no bojo deste instrumento após o ato transformador ao qual se obriga o sócio:

CLÁUSULA 1ª – Fica transformado de Empresário em SOCIEDADE LIMITADA, sob o nome empresarial **FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSAO LTDA**, e nome fantasia **FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSAO** com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes, assumindo a responsabilidade de todo acervo do Empresário sucedido, inclusive do capital social informado na cláusula seguinte, garantindo todos os direitos a seus credores e mantendo os móveis, utensílios e acessórios, sem haver interrupção de continuidade de espécie alguma.

CLÁUSULA 2ª – O capital social, que era no valor de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), é aumentado para R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais) totalmente subscritos e integralizados neste ato em moeda corrente do país e divididos em 50.000 (Cinquenta Mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, que fica assim distribuída: sócio **JOHNNY MAXIMO LOURENCO E SIQUEIRA** com 50.000 (Cinquenta Mil) cotas no valor de R\$ 1,00 cada uma, totalizando R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais).

CLÁUSULA 3ª O objeto social passa a ser: ENSINO DE IDIOMAS, ATIVIDADES DE ENSINO, SERVIÇOS DE TRADUÇÃO, INTERPRETAÇÃO, ATIVIDADES DE PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA, DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO.
8599699 – OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
5911199 – ATIVIDADES DE PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA, DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
7490101 - SERVIÇOS DE TRADUÇÃO, INTERPRETAÇÃO E SIMILARES
8593700 - ENSINO DE IDIOMAS

PARÁGRAFO ÚNICO: A responsabilidade do sócio único é limitada à importância total do capital social subscrito, nos termos do artigo 1.052, da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, respondendo pela integralização do capital social da sociedade limitada.

Para tanto, passa a transcrever, na íntegra, o Contrato Social da referida SOCIEDADE LIMITADA, com o teor a seguir:

CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESARIO EM SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA UNIPESSOAL

JOHNNY MAXIMO LOURENCO E SIQUEIRA, [REDACTED]

Resolvem apresentar o contrato social da empresa com nome empresarial **FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSAO LTDA**, CNPJ sob o nº 42.397.920/0001-35, endereço: AV LUIS

Junta Comercial do Estado da Bahia

12/09/2023



Certifico o Registro sob o nº 29205839597 em 12/09/2023

Protocolo 232014043 de 01/09/2023

Nome da empresa FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSAO LTDA NIRE 29205839597

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 194465246665810

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/09/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

Anexo Contrato Social (1108466)

SEI 19.09.02180.0014605/2024-16 / pg. 85

http://assinador.pcs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=CS0hgufo714ypa2eUsGg&chave2=BT-06acCpMpeIH2nmofRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 03299486527-JOHNYY MAXIMO LOURENCO E SIQUEIRA

VIANA FILHO - LADO IMPAR, N° 13223, COND HANGAR BUSINESS PARK; BLOCO 1; SALA 330, São Cristóvão, Salvador, Bahia, CEP: 41.500-300.



CLÁUSULA 1ª A sociedade girará sob o nome empresarial **FAROL ACESSIBILIDADE INCLUSAO LTDA**, CNPJ sob o nº 42.397.920/0001-35, endereço: AV LUIS VIANA FILHO - LADO IMPAR, N° 13223, COND HANGAR BUSINESS PARK; BLOCO 1; SALA 330, São Cristóvão, Salvador, Bahia, CEP: 41.500-300.

CLÁUSULA 2ª O capital social é de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais) totalmente subscritos e integralizados em moeda corrente do país e divididos em 50.000 (Cinquenta Mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, que fica assim distribuída: sócio **JOHNNY MAXIMO LOURENCO E SIQUEIRA** com 50.000 (Cinquenta Mil) cotas no valor de R\$ 1,00 cada uma, totalizando R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais).

CLÁUSULA 3ª O objeto será: ENSINO DE IDIOMAS, ATIVIDADES DE ENSINO, SERVIÇOS DE TRADUÇÃO, INTERPRETAÇÃO, ATIVIDADES DE PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA, DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO.

8599699 – OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

5911199 – ATIVIDADES DE PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA, DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

7490101 - SERVIÇOS DE TRADUÇÃO, INTERPRETAÇÃO E SIMILARES

8593700 - ENSINO DE IDIOMAS

CLÁUSULA 4ª A sociedade tem prazo de duração indeterminado.

CLÁUSULA 5ª A administração da sociedade caberá a **JOHNNY MAXIMO LOURENCO E SIQUEIRA**, com os poderes e atribuições de ADMINISTRADOR autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações em favor de terceiros.

CLÁUSULA 6ª Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao sócio as perdas ou os lucros apurados.

CLÁUSULA 7ª A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada pelo sócio.

CLÁUSULA 8ª O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

CLÁUSULA 9ª Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA 10ª Fica eleito o foro de Salvador Bahia para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

Salvador Bahia 11 de Setembro de 2023.

JOHNNY MAXIMO LOURENCO E SIQUEIRA

Junta Comercial do Estado da Bahia

12/09/2023

Certifico o Registro sob o nº 29205839597 em 12/09/2023

Protocolo 232014043 de 01/09/2023

Nome da empresa FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSAO LTDA NIRE 29205839597

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 194465246665810

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/09/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

Anexo Contrato Social (1108466)

SEI 19.09.02180.0014605/2024-16 / pg. 86



**TERMO DE AUTENTICAÇÃO**

NOME DA EMPRESA	FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSAO LTDA
PROTOCOLO	232014043 - 01/09/2023
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	046 - TRANSFORMACAO

MATRIZ

NIRE 29205839597
CNPJ 42.397.920/0001-35
CERTIFICO O REGISTRO EM 12/09/2023
PROTOCOLO ARQUIVAMENTO 29205839597 DE 12/09/2023 DATA AUTENTICAÇÃO 12/09/2023

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: [REDACTED] - JOHNNY MAXIMO LOURENCO E SIQUEIRA - Assinado em 11/09/2023 às 15:15:11



Tiana Regila M. G. de Araújo

TIANA REGILA M G DE ARAÚJO

Secretária-Geral



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 42.397.920/0001-35 Matriz	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 20/06/2021
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSAO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSAO	PORTE ME
--	--------------------

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL JOHNNY MAXIMO LOURENCO E SIQUEIRA	CPF 032.###.###-27	QUALIFICAÇÃO Sócio-Administrador
---	------------------------------	--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 8599-6/99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 5911-1/99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente 7490-1/01 - Serviços de tradução, interpretação e similares 8593-7/00 - Ensino de idiomas
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO LUIS VIANA FILHO - LADO IMPAR	NÚMERO 13223	COMPLEMENTO COND HANGAR BUSINESS PARK;BLOCO 1;SALA 330
--	------------------------	--

CEP 41500300	BAIRRO/DISTRITO SAO CRISTOVAO	MUNICÍPIO SALVADOR	UF BA
------------------------	---	------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO ATENDIMENTO.LSLIBRAS@GMAIL.COM	TELEFONE (79) 99063293
--	----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL Ativa	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/06/2021
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES

NOME/NOME EMPRESARIAL JOHNNY MAXIMO LOURENCO E SIQUEIRA	CPF/CNPJ 032.###.###-27	QUALIFICAÇÃO Sócio-Administrador
---	-----------------------------------	--

Código de autenticidade: **3991137b0274c737**

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119 de 06 de dezembro de 2022. Informações vigentes na data da emissão.


Emitido no dia **03/11/2023** às **11:45:18** (data e hora de Brasília) por **JOHNNY MAXIMO LOURENCO E SIQUEIRA** - CPF **032.994.865-27**

O código pode ser consultado no endereço <https://consultacnpj.redesim.gov.br/autenticidade-comprovante-inscricao>
(<https://consultacnpj.redesim.gov.br/autenticidade-comprovante-inscricao>).

**DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE
APRENDIZ**

FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO LTDA sediada à Avenida Luiz Viana Filho, 13223 Hangar Business Sala 330 Bloco 1 CEP: 41500-300 Salvador – Bahia, inscrita no CNPJ sob o número 42.397.920/0001-35, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) Johnny Maximo Lourenço e Siqueira, portador(a) da Carteira de Identidade nº [REDACTED] Órgão expedidor SSP e do C.P.F nº [REDACTED], DECLARA, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos, salvo o maior de 14 (quatorze) anos, na condição de menor aprendiz.

Salvador, 18 de junho de 2024.


 Documento assinado digitalmente
JOHNNY MAXIMO LOURENCO E SIQUEIRA
Data: 18/06/2024 13:22:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOHNNY MAXIMO LOURENÇO E SIQUEIRA
CPF: [REDACTED] | RG: [REDACTED]
REPRESENTANTE LEGAL

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009

FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO LTDA sediada à Avenida Luiz Viana Filho, 13223 Hangar Business Sala 330 Bloco 1 CEP: 41500-300 Salvador – Bahia, inscrita no CNPJ sob o número 42.397.920/0001-35, declara, nos termos da Resolução nº. 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, para fins de Contratação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia. Os eventos poderão ocorrer de forma presencial (ao vivo, executado no local do evento), ou remotamente (gravado e reproduzido simultaneamente), com cessão de uso de imagem e voz, decorrente de Dispensa de Licitação, que não há em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público do Estado da Bahia, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da dispensa de licitação. Declara também estar ciente de que a referida vedação compreende o interregno entre a deflagração do procedimento de contratação e o período até 6 (seis) meses após a desincompatibilização do exercício dos respectivos cargos e funções, consoante Resolução nº. 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP.

Salvador, 18 de junho de 2024

Documento assinado digitalmente
 **JOHNNY MAXIMO LOURENCO E SIQUEIRA**
Data: 18/06/2024 13:23:09-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

JOHNNY MAXIMO LOURENÇO E SIQUEIRA
CPF: [REDACTED] RG: [REDACTED]
REPRESENTANTE LEGAL



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSAO LTDA
CNPJ: 42.397.920/0001-35

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:41:45 do dia 05/06/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 02/12/2024.

Código de controle da certidão: **50CE.B302.363D.6EDB**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20242356204**

RAZÃO SOCIAL	
FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSAO LTDA	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
181.321.004	42.397.920/0001-35

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 03/06/2024, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 42.397.920/0001-35
Razão Social: 42397920 JOHNNY MAXIMO LOURENCO E SIQUEI
Endereço: AV LUIS VIANA FILHO LADO IMPAR / SAO CRISTOVAO / SALVADOR / BA / 41500-300

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/02/2024 a 16/03/2024

Certificação Número: 2024021602591815343014

Informação obtida em 21/02/2024 16:49:47

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 42.397.920/0001-35

Certidão n°: 39617530/2024

Expedição: 06/06/2024, às 11:14:38

Validade: 03/12/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **42.397.920/0001-35**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Prefeitura Municipal do Salvador - PMS

Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ

Procuradoria Geral do Município de Salvador - PGMS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS NA SEFAZ E TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DE SALVADOR

Razão Social: FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSAO LTDA
CNPJ: 42.397.920/0001-35
Endereço: AVENIDA LUIS VIANA FILHO - LADO IMPAR Nº 13223 - SAO CRISTOVAO, SALVADOR/BA - CEP: 41500300 - COND HANGAR BUSINESS PARK;BLOCO 1;SALA 330

Número da Certidão: 1135835

É certificado que não constam pendências em nome do sujeito passivo acima identificado, incluindo matriz e filiais localizadas no Município.

Esta certidão se refere à situação fiscal, compreendendo créditos tributários administrados pela SEFAZ e a inscrições em Dívida Ativa junto à PGMS e abrange, inclusive, a situação cadastral do estabelecimento matriz e suas filiais ou imóvel(is) em que esteja(m) na condição de contribuinte.

Fica ressalvado o direito de o Município cobrar e inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas do sujeito passivo que vierem a ser apuradas.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <https://sefaz.salvador.ba.go.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Lei nº 7.186/2006 - CTRMS.

Certidão emitida às 14:52:01 horas do dia 03/06/2024.

Válida até dia 01/09/2024.

Código de controle da certidão: **3235.BC6E.93BA.20E3.23DF.541D.C7C8.DFF7**

Esta certidão foi emitida pela página da Secretaria Municipal da Fazenda, no endereço <http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br>, e sua autenticidade pode ser confirmada utilizando o código de controle acima.



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
SAUS Quadra 05, Lote 03, Bloco J, Edifício CFC, - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-920

Telefone: - www.cfc.org.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O **CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC**, inscrito no **CNPJ nº 33.618.570/0001-07**, com sede em SAUS Quadra 5, Bloco J, Ed. CFC, Brasília/DF, CEP 70070-920, **ATESTA** para os devidos fins, que a empresa **JOHNNY MÁXIMO LOURENÇO E SIQUEIRA**, inscrita no **CNPJ sob o nº 42.397.920/0001-35**, com sede na Av. Luiz Viana Filho, 13223 - Cond. Hangar Business Park - Salvador/BA - CEP: 41.500-300, detém qualificação técnica para Prestação de Serviços de Intérprete de Libras, nos termos da publicação PNCP nº 00030/2023 - Processo nº 90796110000012.000025/2023-60 e contrato nº 43/2023, conforme abaixo:

Objetivo do Serviço: prestação de serviços de intérprete de Libras, para atender o Encontro Nacional da Mulher Contabilista (ENMC), realizado no Centro de Convenções do Amazonas Vasco Vasques, na cidade de Manaus/AM, no período de 20 a 22 de setembro de 2023, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Vigência do Contrato: 23/08/2023 à 29/09/2023.

Valor contrato: R\$ 16.434,00 (dezesseis mil quatrocentos e trinta e quatro reais).

Objeto da Contratação:

Item	Descrição do Objeto	Und.	Qtde. diária	Qtde Total de Diária	Valor unit. diária	Valor total diária
01	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço profissional de intérpretes de Libras (em dupla, em regime de revezamento), para o XIII Encontro Nacional da Mulher Contabilista, no período de 20 a 22 de setembro de 2023, no Centro de Convenções do Amazonas - Vasco Vasques, em Manaus/AM.	Diária	18	18	R\$ 913,00	R\$ 16.434,00

Atestamos, ainda, que os serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, nada que desabone sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Brasília-DF, 18 de outubro de 2023.

Elys Tevania Alves de Souza Carvalho
Diretora Executiva
Assinado eletronicamente via SEI



Documento assinado eletronicamente por **Elys Tevania Carvalho, Diretora Executiva**, em 18/10/2023, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0150681** e o código CRC **1A94268A**.

Referência: Processo nº 90796110000012.000038/2023-39

SEI nº 0150681



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 42.397.920/0001-35
Razão Social: FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSAO LTDA
Nome Fantasia: FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSAO
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 03/03/2025
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	02/12/2024	Automática
FGTS	Validade:	19/06/2024	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	17/09/2024	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	03/08/2024
Receita Municipal	Validade:	01/09/2024

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Validade: 29/02/2024 (*)

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 05/06/2024 09:53

CPF: 032.XXX.XXX-27 Nome: JOHNNY MAXIMO LOURENCO E SIQUEIRA

Ass: _____ Certidão Negativa de Débito do Credor SICAF (1108512) SEI 19.09.02180.0014605/2024-16 / pg. 99



Governo do Estado da Bahia
Secretaria da Administração do Estado da Bahia – SAEB
Habilitação no Cadastro de Fornecedores do Estado da Bahia

FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO
LTDA

Pessoa Jurídica
CNPJ: 42.397.920/0001-35
Tipo de Cadastro: CRC - 00312576
Validade: 05/06/2025
Categoria: ME - Microempresa

EXTRATO

A Situação no CAF é: Ativo

DADOS DO FORNECEDOR

Nome Fantasia: FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO
São Cristóvão, Salvador - BA / BRASIL, Cep: 41500300
 Nacionalidade: Brasileira

Habilitação Jurídica

DOCUMENTOS

Nome	Data	Anexo
CONTRATO SOCIAL	12/09/2023	
TERMO DE CONCORDANCIA E VERACIDADE		

SÓCIOS

Nome	Documento de Identificação	Brasileiro?	Percentual
JOHNNY MAXIMO LOURENÇO E SIQUEIRA	032.994.865-27	Sim	100

FAMÍLIA

Nome do Produto ou Serviço	Ramo de Atividade	Tipo do Item	Tipo de Qualificação
01.62 - PRODUCAO DE RADIO, TELEVISAO, CINEMA, VIDEO E DISCOS	SERVICOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS	Serviço	
02.33 - TRADUCAO/INTERPRETACAO SIMULTANEA/CONSECUTIVA E TRADUCAO DE TEXTOS	SERVICOS TECNICOS E ESPECIALIZADOS	Serviço	

Nome do Produto ou Serviço	Ramo de Atividade	Tipo do Item	Tipo de Qualificação
02.34 - CAPACITACAO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	SERVICOS TECNICOS E ESPECIALIZADOS	Serviço	
02.76 - PROGRAMA DE APOIO PROFISSIONAL A ALUNOS DA REDE PUBLICA.	SERVICOS TECNICOS E ESPECIALIZADOS	Serviço	

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Nome	Nº Documento	Data de Validade
------	--------------	------------------

Nenhum item encontrado.

Regularidade Fiscal e Trabalhista

	Nº Documento	Situação	Dt. Emissão	Dt. Validade	Cód. Controle
CARTÃO DO CNPJ	42.397.920/0001-35		12/09/2023		
CADASTRO DE CONTRIBUINTE ESTADUAL	181321004		18/12/2023		
CADASTRO DE CONTRIBUINTE MUNICIPAL	s/n		21/02/2024	31/12/2024	0AC7C4FE7CB5C
REGULARIDADE FAZENDA FEDERAL E A DIVIDA ATIVA E INSS	s/n	Positiva com efeito de Negativa	05/06/2024	02/12/2024	50CF.B302.363D
REGULARIDADE COM A FAZENDA ESTADUAL	20242387279	Negativa	14/12/2023	04/08/2024	
REGULARIDADE COM A FAZENDA MUNICIPAL	1135835	Negativa	03/06/2024	01/09/2024	3235.BC6E.93BA
REGULARIDADE COM O FGTS - CEF	2024060901406023830497		21/02/2024	08/07/2024	
CERTIDAO DE DEBITOS TRABALHISTAS	11916030/2024	Negativa	21/02/2024	19/08/2024	
DATA DE ABERTURA DA EMPRESA	20/06/2021				

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

CONCORDATA E FALÊNCIA

Nº Documento	Data de Emissão	Data de Validade	Situação	Cód. Controle
00481646E	05/06/2024	05/07/2024	Negativa	Não Cadastrado

BALANÇO			
Nº Livro Diário		Data do Balanço	Data de Validade
02		31/12/2022	30/06/2024
Ativo		Passivo	
Ativo Circulante		Passivo Circulante	R\$ 5.140,48
Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante	R\$ 0,00
Realizável a Longo Prazo		Exigível a Longo Prazo	R\$ 0,00
Investimento		Resultado de Exercícios Futuros	R\$ 0,00
Imobilizado		Patrimônio Líquido	R\$ 14.897,39
Intangível			
Ativo Total		Passivo Total	R\$ 20.037,87
Receita			
Capital Social		Receita Operacional Líquida	Receita Operacional Bruta
R\$ 10.000,00		R\$ 48.249,80	R\$ 49.037,00
Outros Índices			
Média Financeira		Liquidez Corrente	Solvência Geral
R\$ 10,00		R\$ 3,90	R\$ 3,90
Produtividade		Endividamento	Capitalização
R\$ 2,41		R\$ 0,26	74,35%

BALANÇO 02			
Nº Livro Diário		Data do Balanço	Data de Validade
01		31/12/2021	
Ativo		Passivo	
Ativo Circulante		Passivo Circulante	R\$ 1.296,32
Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante	R\$ 0,00
Realizável a Longo Prazo		Exigível a Longo Prazo	R\$ 0,00
Investimento		Resultado de Exercícios Futuros	R\$ 0,00

Imobilizado	R\$ 0,00	Patrimônio Líquido	R\$ 12.000,00
Intangível	R\$ 0,00		
Ativo Total	R\$ 13.296,32	Passivo Total	R\$ 13.296,32

Receita		
Capital Social	Receita Operacional Líquida	Receita Operacional Bruta
R\$ 10.000,00	R\$ 392,00	R\$ 15.903,20

Outros Índices

Média Financeira R\$ 8,00	Liquidez Corrente R\$ 10,26	Liquidez Geral R\$ 10,26	Solvência Geral R\$ 10,26
Produtividade R\$ 0,03	Endividamento R\$ 0,10	Imobilização Capita...	Capitalização 90,25%

FORMULÁRIOS E **DECLARAÇÕES**

Termo de Concordância e Veracidade (SEI)www	Comprovante de Residência	Procuração
Não Cadastrado	Não Cadastrado	Não Cadastrado
Declaração do Empregador	Declaração de Superveniência	Declaração de Enquadramento/Desenquadramento
Não Cadastrado	Não Cadastrado	Não Cadastrado

SAEB - Secretaria da Administração do Estado da Bahia
Fale Conosco: (71) 3115-3131
Endereço: 2ª Avenida, 200, CAB - CEP: 41.745-003
Horário: Segunda à Sexta
08h30 às 12h00 e de 13h30 as 18h00h



DECLARAÇÃO - EXECUTOR(A) ORÇAMENTÁRIO(A)

Declaro, para os devidos fins, que existem recursos orçamentários e financeiros disponíveis para dar suporte à despesa com a contratação em curso, bem como informo a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício financeiro e subsequentes, conforme dados abaixo discriminados:

I. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA DESPESA (DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA):

DOTAÇÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/GESTORA	AÇÃO (P/A/OE)	REGIÃO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ELEMENTO DA DESPESA
1	40101/0011	4083	99	100	3.3.90.39.000
2*					

Obs: *Se houver mais de uma dotação a ser indicada.

II. IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO:

1) VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 39.200,00
(Trinta e nove mil e duzentos reais)

2) IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO NO EXERCÍCIO VIGENTE:

DOTAÇÃO	ELEMENTO DA DESPESA	SALDO DE DOTAÇÃO (R\$)	PREVISÃO DE GASTO COM A CONTRATAÇÃO NO ANO (R\$)
1	3.3.90.39.000	R\$ 129.000,00	R\$ 39.200,00
2*		R\$	R\$

Obs: *Se houver mais de uma dotação a ser indicada.

3) IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO NOS EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES:

(x) A despesa será realizada integralmente neste exercício, não havendo impacto orçamentário financeiro em qualquer dos exercícios orçamentários-financeiros seguintes.

() O impacto orçamentário-financeiro estimado para os 02 (exercícios) próximos será de:

EXERCÍCIO (ANO)	IMPACTO(R\$)
	R\$
	R\$

4) ORIGEM DO RECURSO:

(x) A) Recursos Próprios – Orçamento próprio do MPBA.

() B) Recursos Oriundos de Convênio Estadual.

() C) Recursos Oriundos de Convênio Federal.

* É possível assinalar mais de uma opção.

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:

Matrícula: Alex Santana Lima	Nome Completo: Alex Santana Lima	Cargo/Função: Coordenador Administrativo III
Unidade Administrativa: Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos		

ATENÇÃO: Este documento deverá ser, obrigatoriamente, assinado digitalmente pelo executor orçamentário



Documento assinado eletronicamente por **Alex Santana Lima** em 10/62/464, às 1: 8:2àconforme Ato Normativo nº 6, 7àde 1: de Dezembro de 4646 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https8/sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6 informando o código verificador **1108625** e o código CRC **5DE62AFA**.

19.09.02180.0014605/2024-16

1108625v1

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - www.mpba.mp.br

MANIFESTAÇÃO - GESTOR ORÇAMENTÁRIO

Autorizo a realização da despesa, mediante contratação por Dispensa de Licitação.

Declaro, para os devidos fins, nos termos dos artigos 15 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa com a contratação em curso, no(s) valor(es) abaixo descrito(s), tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Informo, ademais, que o valor dispendido se encontra dentro do limite por ramo de atividade no exercício financeiro, em respeito aos ditames do art.75 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme quadro a seguir.

Descrição do item	Código PDM	Valor já contratado no ramo de atividade	Valor disponível para uso	Valor previsto nesta dispensa
Contratação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia. Os eventos poderão ocorrer de forma presencial (ao vivo, executado no local do evento), ou remotamente (gravado e reproduzido simultaneamente), com cessão de uso de imagem e voz.	12637	R\$ 0,00	R\$ 59.909,02	R\$ 32.900,00

*Obras e serviços de engenharia: R\$ 119.812,02 (2024)
Outros serviços e compras: R\$ 59.906,02 (2024)

Indico os seguintes servidores para exercerem, respectivamente, as atribuições de gestão e fiscalização da contratação:

	NOME COMPLETO	MATRÍCULA
GESTOR DE CONTRATO	Rogério Luis Gomes de Queiroz	351320
FISCAL ADMINISTRATIVO	Alex Santana Lima	351467
SUPLENTE	Lucas Feitas Lima	352838
FISCAL TÉCNICO	Inez Izabele Santos dos Santos	352222
SUPLENTE	Cynthia Ramos do Amaral Saad	352775

Havendo designação de fiscais setoriais e/ou auxiliares de fiscalização, indicar por meio de anexo ao presente formulário

Ante o exposto, encaminhe-se o presente procedimento aos servidores supra relacionados, para manifestação formal sobre a indicação, no prazo de 01 (um) dia útil.

DADOS DO GESTOR ORÇAMENTÁRIO

Nome Completo: Rogério Luis Gomes de Queiroz	Matrícula: 351320
Unidade Administrativa: Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos	Cargo/Função: Coordenador do CAODH



Documento assinado eletronicamente por **Alex Santana Lima** em 10/62/464, às 12:16, com endereço eletrônico do AormatInb nv 6, ° de 17 de Dezembro de 4646 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Luis Gomes de Queiroz** em 10/62/464, às 5 1°; 1àcon8rme f to AormatiB nv6, ° àde 17 de Dezembro de 4646 - Ministério Público do Estado da Bahia.



f. autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6 informando o código N°1108758 e o código CRC 58D91D1A.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Confirmando minha participação como fiscal técnico administrativo suplente no contrato de prestação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia.

Salvador, 18 de junho de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Freitas Lima** em 18/06/2024, às 16:15, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1108808** e o código CRC **EC13B11F**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Confirmo minha participação como fiscal técnico ~~adms~~ ntr no contvuto pr ~~mv~~ atul eo pr ar vçil oa de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia.

Salvador, 18 de junho de 2024.



ã ocdDr nto uaaínupo r s ttonicuDr ntr ~~mov~~ **Cynthia Ramos do Amaral Saad** r D 18/06/2024, àa 16:40, con5vDr f to AovDutiço nN04°, pr 17 pr
ã r zr Dbvo pr 2020 - Miniatiévio Púbéco po Eatupo pu Buihu.



f udtr nticipupr po pocdDr nto nopr ar vcon5 vípu no aitr [https://ar.i.aiatr.Dua.Dmbv/ar.i/contvosupov_r_xtr_vno.rhm?
ucuo=pocdDr nto_con5_viv&ip_ovguo_ucr_aao_r_xtr_vno=0](https://ar.i.aiatr.Dua.Dmbv/ar.i/contvosupov_r_xtr_vno.rhm?ucuo=pocdDr%20nto_con5_viv&ip_ovguo_ucr_aao_r_xtr_vno=0) in5vD unpo o cópigo çr ví5cupov **1108913** r o cópigo CRC **9E8E980D**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que as certidões de regularidade fiscal federal, estadual, municipal, do FGTS e trabalhista da empresa pretensa contratada, **FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSAO LTDA**, CNPJ 42.397.920/0001-35, **encontram-se válidas**, bem assim que inexistem registros de aplicação de sanções administrativas de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública da referida empresa, ou de seu sócio, conforme documento anexo (1111136)

Ressaltamos, ademais, que, no que diz respeito a sanções eventualmente aplicadas por este Ministério Público Estadual, após consulta à publicação relativa a fornecedores sancionados através do link <https://www.mpba.mp.br/area/licitacao/biblioteca/1732>, igualmente não foram encontradas restrições à referida empresa.

Milena Mª Cardoso do Nascimento
Assistente Técnico-Administrativo
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
353.176



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 20/06/2024, às 08:33, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1111122** e o código CRC **1354455E**.



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: **42.397.920/0001-35**

Razão Social: **FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSAO LTDA**

Atividade Econômica Principal:

**8599-6/99 - OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO NÃO ESPECIFICADAS
ANTERIORMENTE**

Endereço:

**AVENIDA LUIS VIANA FILHO - LADO IMPAR, 13223 - COND HANGAR BUSINESS
PARK;BLOCO 1;SALA 330 - SAO CRISTOVAO - 41.500-300 - Salvador / Bahia**

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço <https://comprasnet.gov.br>.
Este certificado não substitui os documentos exigidos em lei.

Emitido em: 20/06/2024 08:22

1 de 1



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 42.397.920/0001-35
Razão Social: FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSAO LTDA
Nome Fantasia: FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSAO
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 03/03/2025
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	02/12/2024	Automática
FGTS	Validade:	08/07/2024	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	17/09/2024	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	03/08/2024
Receita Municipal	Validade:	01/09/2024

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Validade: 29/02/2024 (*)

Emitido em: 20/06/2024 08:22

CPF: 974.XXX.XXX-20 Nome: MILENA MARIA CARDOSO DO NASCIMENTO

Ass: _____

1 de 1



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Fornecedor

CNPJ: 42.397.920/0001-35
Razão Social: FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSAO LTDA
Nome Fantasia: FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSAO
Situação do Fornecedor: Credenciado

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: [REDACTED] Participação Societária: 100,00%
Nome: JOHNNY MAXIMO LOURENCO E SIQUEIRA

[REDACTED]



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 20/06/2024 08:25:13

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSAO LTDA**
CNPJ: **42.397.920/0001-35**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **JOHNNY MAXIMO LOURENCO E SIQUEIRA**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 08:25:40 do dia 20/06/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: 6ULU200624082540

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (20/06/2024 às 08:25) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6674.11C4.D9C3.4756 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado:

LIMPAR

Data da consulta: 20/06/2024 08:25:03

Data da última atualização: 06/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 06/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 06/2024 (Diário Oficial da União - CEAP) , 06/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 06/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Tipo de Suspensao: Todas

Razão Social	CNPJ/CPF	Portaria	Prazo	Expiração
--------------	----------	----------	-------	-----------

Voltar



Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Jurídica
CPF/CNPJ: 42397920000135
Tipo de Suspensao: Todas

Razão Social	CNPJ/CPF	Portaria	Prazo	Expiração
--------------	----------	----------	-------	-----------

Voltar





MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Retorne-se o presente expediente ao **CAODH** informando que, após análise da instrução do processo em epígrafe, identificamos o que segue:

Na instrução do procedimento em geral:

1. O documento 1108063 relativo a "Tabela de Preços" anexado ao processo teve uma atualização. Assim sendo, solicitamos que seja utilizado os documentos contidos como Anexos na Base de Conhecimento do processo correlato (item 6) no momento da instrução processual;
2. Ausência de manifestação formal sobre a indicação de fiscal técnico pela servidora Inez Izabele Santos dos Santos;
3. No formulário "Manifestação - Gestor Orçamentário" (doc 1108758), o valor indicado na coluna "valor previsto nesta Dispensa" (R\$ 32.900,00) não corresponde ao valor indicado na proposta da empresa vencedora (R\$39.200,00), nem do formulário "declaração - executor orçamentário" (doc 1108625) - R\$39.200,00;
4. Ausência da informação sobre a data do orçamento estimado pela Administração, a qual pode ser informada em despacho de devolução do expediente a esta Coordenação;

No termo de referência:

5. Item 1.7: Foi indicado que o contrato vigorará até, no máximo, 30/12/2024. Entretanto, no item 3.13.2-B não houve qualquer menção à referida data. Considerando que o prazo total de 07 (sete) meses já ultrapassaria a previsão de limitação até 30/12/2024 (contados da presente data), sugerimos que a unidade ajuste a previsão do item 1.7, de modo a especificar que a execução dos serviços não poderá ultrapassar aquele limite temporal (e não a vigência do contrato).

Observamos, ainda, as seguintes melhorias a serem adotadas para as próximas solicitações:

- Nos e-mails solicitando cotação com os fornecedores, não consta indicação de prazo de resposta. Deste modo, sugere-se que nas próximas solicitações, façam constar prazo para resposta do fornecedor. Sugerimos, inclusive, que os e-mails de solicitação de cotação aos fornecedores sejam encaminhados com modelo de orçamento e o Termo de Referência;
- Embora conste a assinatura do fiscal administrativo no documento "Manifestação - Gestor Orçamentário" (doc 1108758), solicitamos que a ciência sobre a indicação de fiscais e suplentes seja feita pelos próprios servidores indicados no referido documento seja apartada, como documento no SEI (manifestação formal);
- Anexar comprovante de Cadastro no SICAF do contratado, conforme estabelece o item 5.8 da Base de Conhecimento do processo correlato;

Por fim, orientamos, ainda, que **os novos documentos deverão ser incluídos após o despacho desta Coordenação e que os documentos a serem retificados não sejam excluídos do expediente** de modo a preservar o histórico documental dos documentos anexados ao processo, pois os mesmos são objeto de análise e manifestação de outras unidades administrativas.

Após realização dos ajustes identificados, retorne a esta Unidade.

Milena Mª Cardoso do Nascimento

Assistente Técnico-Administrativo

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.176

Paula Souza de Paula Marques

Gerente

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 20/06/2024, às 16:02, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 21/06/2024, às 10:19, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1111137** e o código CRC **C81A4308**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Na instrução do procedimento em geral:

1. Inserido nova "Tabela de Preços" atualizada. Documento (1115908)
2. Manifestação formal sobre a indicação de fiscal técnico pela servidora Inez Izabele Santos dos Santos feita no processo. Documento (1115235);
3. Inserido nava "Manifestação - Gestor Orçamentário" com valor corrigido. Documento (1115249).
4. A data é de 12 de junho de 2024.

No termo de referência:

1. Inserido novo Termo de Referência com ajuste no item 1.7, com nova especificação do prazo de execução dos serviços, "a partir da última assinatura do contrato, até 30/12/2024, contemplando, ainda, regras de transição contratual, etapas de adaptação". Documento 1115858

Observações sobre melhorias a serem adotadas para as próximas solicitações:

Adicionado ciência do Fiscal Técnico do Contrato (Doc. 1115780).

Salvador, 25 de junho de 2024.

Alex Lima
Coordenador Administrativo II
Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos
Matrícula 351.467



Documento assinado eletronicamente por **Alex Santana Lima** em 05/02/0604, às 1:36, com Arme Nto v ormati"o n764: , de 15 de Dezembro de 0606 - Ministério Público do Estado da Bahia.




Na autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6 inserindo o código de verificação 1116432 e o código CRC E92D69AC.

TABELA DE PREÇOS ORÇADOS

Declaro, para todos os fins de direito, que realizei pesquisa de preços para futura contratação do(s) item(ns) abaixo listado(s), respeitados os ditames legais. Assim, afirmo que me responsabilizo pelo levantamento dos preços de acordo com a descrição de cada item.

		DEMAIS ORÇAMENTOS												
ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA DO ITEM	QTDE	ORÇAMENTO 1 - FORNECEDOR VENCEDOR (MENOR PREÇO)				PREÇO 2		PREÇO 3		PREÇO 4		PREÇO 5	
			FORNECEDOR	CNPJ ou CPF	VALOR TOTAL R\$	FORNECEDOR	FORNECEDOR	VALOR TOTAL R\$	FORNECEDOR	FORNECEDOR	VALOR TOTAL R\$	FORNECEDOR	FORNECEDOR	VALOR TOTAL R\$
							NEC	ED		OR				
1	Contratação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia. Os eventos poderão ocorrer de forma presencial (ao vivo, executado no local do evento), ou remotamente (gravado e reproduzido simultaneamente), com cessão de uso de imagem e voz	112 horas	Farol Acessibilidade & Inclusão	032.994.865 -27	39.200,00									

Notas: Organizar por ordem crescente de valor. Mínimo de 03 (três) preços por item.
Incluir ou excluir colunas e linhas, conforme necessidade.

1 - OBSERVAÇÕES SOBRE A DEFINIÇÃO DOS FORNECEDORES VENCEDORES:	
a) Metodologia Escolhida: menor preço em virtude de se tratar de contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do inciso I ou II do art. 75 da lei 14.133/2021. b) Juntar ao processo SEI o(s) arquivo(s) dos orçamentos obtidos e cópia(s) das solicitações de orçamento rejeitadas / não respondidas.	
2 - JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DOS FORNECEDORES PESQUISADOS (POR ITEM) – ART. 23, §1º, IV, DA LEI 14.133/2021:	
Justificamos que a escolha se deu após pesquisa direta de preços com fornecedores na Cidade de Salvador, mediante solicitação formal de cotação (e-mail anexos), e divulgação de aviso prévio no site do MPBA, tendo sido respondido apenas pelo fornecedor Farol Acessibilidade & Inclusão CNPJ 032.994.865 -27, que apresentou melhor proposta.	
3 - JUSTIFICATIVA SE NÃO APRESENTAR O DE MÍNIMO 03 (TRÊS) ORÇAMENTOS PARA CADA ITEM:	
Embora as empresas tenham sido consultadas mediante e-mail (anexo) e por meio de Aviso Prévio no site do MPBA para fornecerem orçamentos, apenas 01 empresa apresentou proposta	
4- DIVULGAÇÃO DE AVISO PRÉVIO DA CONTRATAÇÃO DIRETA (ART. 75, §3º, DA LEI 14.133/2021) - MARCAR A OPÇÃO CABÍVEL:	
<p>() A) NÃO SE APLICA (Não houve divulgação de aviso prévio, conforme justificativa constante do Termo de Referência);</p> <p>(X) B) Declaro, para os devidos fins, que as propostas de preços nºs 01 foram coletadas após divulgação de prévio aviso, tendo sido respeitado o prazo de 03 dias úteis;</p> <p>() C) Declaro que, respeitado o prazo de xxxx dias úteis do aviso prévio da contratação, não foram apresentadas propostas válidas.</p>	
RESPONSÁVEL PELA PESQUISA DE PREÇOS	
Matrícula:	Nome do Servidor:
351467	Alex Santana Lima
Unidade Administrativa:	
Coordenação do CAODH	
INSERIR ASSINATURA DIGITAL:	
<div><p>Documento assinado digitalmente ALEX SANTANA LIMA Data: 25/06/2024 14:57:04-0300 Verifique em https://validar.itu.gov.br</p></div>	



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Confirmo minha participação como fiscal técnico no contrato de prestação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia.

Salvador, 18 de junho de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Inez Isabele Santos dos Santos** em 25/06/2024, às 11:15, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1115235** e o código CRC **CC2BA802**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO - GESTOR ORÇAMENTÁRIO

Autorizo a realização da despesa, mediante contratação por Dispensa de Licitação.

Declaro, para os devidos fins, nos termos dos artigos 15 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa com a contratação em curso, no(s) valor(es) abaixo descrito(s), tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Informo, ademais, que o valor dispendido se encontra dentro do limite por ramo de atividade no exercício financeiro, em respeito aos ditames do art.75 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme quadro a seguir.

Descrição do item	Código PDM	Valor já contratado no ramo de atividade	Valor disponível para uso	Valor previsto nesta dispensa
Contratação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia. Os eventos poderão ocorrer de forma presencial (ao vivo, executado no local do evento), ou remotamente (gravado e reproduzido simultaneamente), com cessão de uso de imagem e voz.	12637	R\$ 0,00	R\$ 59.909,02	R\$ 39.200,00

*Obras e serviços de engenharia: R\$ 119.812,02 (2024)
Outros serviços e compras: R\$ 59.906,02 (2024)

Indico os seguintes servidores para exercerem, respectivamente, as atribuições de gestão e fiscalização da contratação:

	NOME COMPLETO	MATRÍCULA
GESTOR DE CONTRATO	Rogério Luis Gomes de Queiroz	351320
FISCAL ADMINISTRATIVO	Alex Santana Lima	351467
SUPLENTE	Lucas Feitas Lima	352838
FISCAL TÉCNICO	Inez Isabele Santos dos Santos	352222
SUPLENTE	Cynthia Ramos do Amaral Saad	352775

Havendo designação de fiscais setoriais e/ou auxiliares de fiscalização, indicar por meio de anexo ao presente formulário

Ante o exposto, encaminhe-se o presente procedimento aos servidores supra relacionados, para manifestação formal sobre a indicação, no prazo de 01 (um) dia útil.

DADOS DO GESTOR ORÇAMENTÁRIO	
Nome Completo: Rogério Luis Gomes de Queiroz	Matrícula: 351320
Unidade Administrativa: Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos	Cargo/Função: Coordenador do CAODH



Documento assinado eletronicamente por **Alex Santana Lima** em 05/62/0604, às 11:03, conforme Ato Normativo nº 647, de 15 de Dezembro de 0606 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Luis Gomes de Queiroz** em 05/62/0604, às 17:03, conforme Ato Normativo nº 647, de 15 de Dezembro de 0606 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6 informando o código verificador **1115249** e o código CRC **AB1BC2F0**.

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO	INDICAÇÃO DO ITEM (SE ÚNICO) OU FAMÍLIA (SE MÚLTIPLOS): Contratação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia. Os eventos poderão ocorrer de forma presencial ou vivo, e executado no local do evento, ou remotamente gravado e reproduzido simultaneamente, com cessão de uso de imagem e voz.	
1.2 JUSTIFICATIVA: <u>QUANTITATIVO DEFINIDO</u>	(quantidade de horas de - nada com o planejamento de realização no máximo de 1 evento com esmáxima de carga horária para cada evento previsto pelo Ministério Público, com o tempo necessário)	
1.3 NATUREZA DO OBJETO	<input type="checkbox"/>	A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA, PONTUAL OU POR ESCOPO
	<input type="checkbox"/>	B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA
	<input type="checkbox"/>	C) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> <input type="checkbox"/> X A <u>SEM</u> X EXCÃOVO EGCLNS-ÃO XE MVO XE OBÍ-ÃO <input type="checkbox"/> X A <u>SEM</u> X EXCÃOVO EGCLNS-ÃO XE MVO XE OBÍ-ÃO E COM PÃO-ÃOME-ÃO POÍ-Í EÇ SNL-ÃOXO H-ÃO E-ÃO M-ÃO MOS XE SEÍ-ÃO T-ÃO <input type="checkbox"/> X A <u>COM</u> X EXCÃOVO EGCLNS-ÃO XE MVO XE OBÍ-ÃO E COM PÃO-ÃOME-ÃO POÍ-POSÇ-ÃO XE SEÍ-ÃO T-ÃO <input type="checkbox"/> X A <u>COM</u> X EXCÃOVO EGCLNS-ÃO XE MVO XE OBÍ-ÃO E COM PÃO-ÃOME-ÃO POÍ-Í EÇ SNL-ÃOXO H-ÃO E-ÃO M-ÃO MOS XE SEÍ-ÃO T-ÃO
	<input checked="" type="checkbox"/>	D) OUTRO(S). Prestação de serviço por demanda
1.4 JUSTIFICATIVA: <u>SERVIÇOS CONTINUADOS</u>	<input checked="" type="checkbox"/>	A) NÃO SE APLICA <u>Não</u> se trata de contratação de serviços continuados
	<input type="checkbox"/>	B) JUSTIFICATIVA:
1.5 JUSTIFICATIVA: <u>ENQUADRAMENTO COMO SERVIÇO(S) DE ENGENHARIA</u>	<input checked="" type="checkbox"/>	A) NÃO SE APLICA <u>Não</u> se trata de contratação de serviços de engenharia
	<input type="checkbox"/>	B) SERVIÇO(S) ENQUADRADO(S) COMO “SERVIÇO(S) DE ENGENHARIA” ➤ FUNDAMENTAÇÃO: ➤ ITENS APLICÁVEIS - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> <input type="checkbox"/> A-ÃOXO OS-ÃO-ÃO <input type="checkbox"/> B-ÃO P-ÃO-ÃO XO OS-ÃO-ÃO
1.6 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	A presente contratação visa atender a necessidade contínua do serviço de intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), na realização de eventos institucionais do Ministério Público do Estado da Bahia abertos ao grande público, e considerando a Lei	

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>Federal de nº 10436 de 24 de abril de 2002, que em seu 1º Artigo - reconhece a linguagem de sinais (LIBRAS) como um meio legal de comunicação e expressão. Considerando a Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), aborda de maneira explícita no Capítulo IV, Art. 27 que a <i>Educação constitui direito da pessoa com deficiência (...)</i>, ainda neste artigo, no seu Parágrafo único, define como dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade - <i>Assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação</i>. Com todo exposto evidencia-se a necessidade da contratação (por demanda) de profissional Tradutor e Interpretador simultâneo em Libras que acompanhe as atividades do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos do Ministério Público da Bahia, possibilitando às pessoas cegas, com baixa visão, idosos, pessoas com deficiência intelectual e auditiva, tenham acesso às informações, visando promover a inclusão, inclusive em cumprimento a Constituição Federal em seu 5º Art., na afirmativa de que - <i>Todos são iguais perante a lei, (...)</i>.</p> <p>Ainda a Resolução nº 230/2016, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que disciplina quanto à adoção de medidas voltadas à promoção de acessibilidade para pessoas com deficiência, dando ênfase ao seguinte inciso do artigo 10 da mencionada resolução: XIII – Utilização de intérprete de Linguagem Brasileira de Sinais, comunicação em linguagem acessível em todas as manifestações públicas, dentre elas propagandas, pronunciamentos oficiais, vídeos educativos, eventos e reuniões.</p> <p>Considerando os objetivos do Plano Estratégico deste Ministério que estabelece sua missão em <i>Defender a Sociedade e o Regime Democrático para Garantia da Cidadania Plena</i>.</p> <p>Por todo acima exposto, e com foco na igualdade de direitos, entendendo que sem acesso as pessoas com deficiência não podem exercer plenamente a cidadania, é que reforçamos a necessidade desta contratação, feito que confirma o Ministério Público da Bahia como uma instituição de excelência, indutora do respeito aos direitos fundamentais e interesses sociais de toda a Sociedade.</p>
1.7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	<p>Cuidar de prestação de serviços de intérprete de Libras/Língua Brasileira de Sinais, visando tornar acessível às pessoas com deficiência audição as palestras proferidas em eventos institucionais. A solução atende às necessidades da administração, tendo se revelado a mais adequada à pretensão administrativa, na medida em que possibilita a efetiva participação de todos. O objeto compreende a execução dos serviços de intérpretes de LIBRAS, a partir da última assinatura do contrato, até a : 6/11/2024, contemplando, ainda, regras de transição contratual, etapas de adaptação.</p>
2. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR	
2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	<p>2.1.1 BASE LEGAL – ADEQUAR TEXTO À REALIDADE DA CONTRATAÇÃO:</p> <p>À seleção do Fornecedor será por dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 67, inciso III da Lei Federal nº 11.111/2023, pelo menor preço praticado, a partir de pesquisa de preços realizada no mercado local.</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>2.1.2 DIVULGAÇÃO DE AVISO PRÉVIO PARA COTAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() A) NÃO SE APLICA, CONFORME A SEGUINTE JUSTIFICATIVA:</p> <p>4 ão se recomenda a adoção do procedimento previsto no artA67, F: á Hdivulgação de aviso pelo prazo mínimo de : dias úteisf em razão de</p> <p>(x) B) REGRAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ E-mail para encaminhamento de propostas*: Caodhº mpbaAmpAor e ãle.º mpbaAmpAor ➤ Telefone para contato*: 71-3103.0345 ➤ Prazo para envio das propostas por e-mail: 03 (três) dias úteis
<p>2.2 HABILITAÇÃO</p>	<p>A) JURÍDICA – ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>H. f (x) A.1) DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DA PESSOA JURÍDICA HCartão C4 P\$ e ato consxtuxvof@</p> <p>() A.2) DOCUMENTOS PESSOAIS DA PESSOA FÍSICA HDocumento o- cial de idenx- cação pessoal e cartão CP5, caso esta numeração não conste no primeirof</p> <p>H. f B) FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, a englobar:</p> <p>B.1) Cerxdão 4 egaxva de Xébitos qunto ` Í eceita 5ederal e ãSS@</p> <p>B.2) Cerxdão de Í egularidade 5iscal para com a 5azenda Pública do Estado da Bahia@</p> <p>B.3) Cerxdão de Í egularidade 5iscal com a 5azenda Pública do Estado sede da empresa ou do domicílio da pessoa J sica – caso não seq Bahia@</p> <p>B.4) Cerxdão de regularidade com a 5azenda Pública Municipal do municípioÇede do Drnecedor selecionado@</p> <p>B.5) Cerxdão 4 egaxva de Xébitos tirabalhistas Hse pessoa qurídica@</p> <p>B.6) Cerxdão de Í egularidade do 53 tñS Hse pessoa qurídica@</p> <p>H. f C) TÉCNICA (FACULTATIVO):</p> <p>Ã contratada deverl apresentar atestadoHf de capacidade técnica Oue comprove o atenÇ dimento para os serviçosAO reDerido documento poderl ter sido - rmado por fírgão públiÇ co ou pessoa qurídica de direito privado, comprovando a prestação dos serviços de maneÇ ra saxsDtfíria e compafiveis com suas caracterísx cas, Ouanxidades e prazos com o obæto contratado. Os ãtestados de Capacidade técnica poderão ser cumulaxvos e complemenÇ tares, além disso poderão ambas as e. igj ncias constarem num mesmo atestadoA</p> <p>H f D) ECONÔMICO-FINANCEIRA (FACULTATIVO):</p> <p>() D.1) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA</p> <p>() D.2) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, COM INIDICAÇÃO DE ÍNDICES. ESPECIFICAR:</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

		<p>➤ §usx - car opção óXÁ tíHEm caso posix vofà</p> <p>➤ t4 X ˜CES CO4 tí" BE ˜S ˜PL ˜C" TE ˜S – ESCOL" EÍ (NÃ4 tíOS CÃB tíE ˜Sã</p> <p>() 1. Liquidez Corrente (ILC), Oue deverl serà</p> <p>() Maior Oue 6fi Humf () OutroAñdicarà</p> <p>() 2. Liquidez Geral (LG), Oue deverl serà</p> <p>() Maior Oue 6fi Humf () OutroAñdicarà</p> <p>() 3. Solvência Geral (SG), Oue deverl serà</p> <p>() Maior Oue 6fi Humf () OutroAñdicarà</p> <p>() 4. OutroAñdicarà</p> <p>() D.3) DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU CAPITAL SOCIAL, igual ou superior a ÁÁÁÁÁ Q do valor da licitação Hímite legalãfi6Qf@</p> <p>➤ §usx - car opção óXA tíHEm caso posix vofà</p>
3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO		
3.1 REGIME DE EXECUÇÃO	()	A) EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
	(X)	B) EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
	()	C) OUTRO. ãndicar:
3.2 RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO	<p>➤ PRAZO: 6´ diasAContagem – ESCOLHER UMA OPÇÃOà () o teis (x) Corridos</p> <p>: Á ÁiAPrazo contado a parxr da nox- cação pela ãdministração, Oue ocorrerl , preDerençialmente, através de envio de eQmail para o endereço indicado na proposta de preçosA</p> <p>: Á Á Á Ás comprovaç/es da convocação e da entrega/rexrada da nota de empenho poderão ocorrer por OuaisOuer dos seguintes meiosà por meio eletrÚnico Hatravés de con- rmação de recebimento de eQmailf, aposição de assinatura Hpara rexrada presencialf ou por ãviso de Í ecebimento dos correios HQuando a entrega Dr via postalA</p> <p>: Á A Aã Contratada poderl solicitar a prorrogação do prazo para rexrada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por moxvo qusto e aceito pela ãdministraçãoA</p>	
3.3 FORMA DE EXECUÇÃO	<p>➤ LOCAL(IS) DE EXECUÇÃOàPresencialmenteàna Sede do Ministério Público do Estado da Bahia – CÃBà7õ ãvenida, nõ676, do CÃB ÇSalvador, BÃ ÇBrasil ÇCEPà1fi/617Ç61ASede do Ministério Público do Estado da Bahia – 4 azaré Çãvenida ãoana ãngélica, ná fia fí´, 4 azaré ÇSalvador, BÃÇ CEPà16/676Ç6fi, ou em local diverso das Sedes do MPBÃ, desde Oue dentro da comarca de Salvador/BaAEm ambiente virtual, onde a contratante tenha ou possua cone. ão de internet com Qualidade de transmissãoA</p> <p>➤ DIAS E HORÁRIOS PARA EXECUÇÃO ÇESCOLHER UMA OPÇÃOà</p> <p>H f A) 4 VO SE ˜PL ˜Cã</p> <p>H f B) Í E3 Í ˜Sà das 6ª `s ´´ h ConDrme programação dos eventos</p> <p>➤ DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO à</p>	

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>fi Ç E.ecução deve ser agendada porà Centro de Apoio aos Xireitos "umanosà H6fif : fi6: A6: 17, Caodhº mpbaAmpAr e Àle.º mpbaAmpAr@O agendamento deverl ser Deito com antecedj ncia de 6ª Hbitof dias corridosA</p> <p>Ç À contratada deverl chegar ao local do evento com no mínimo :6 minutos de antecedj ncia de início do evento@</p> <p>: ÇOs serviços do pro- ssional em tradução e interpretação de Libras serão disponibilizados, Ouando em período superior a uma hora, deverl ser realizado em regime de revezamento, com, no mínimo, ´ Hloisf pro- ssionais por evento, conDrme e. igj ncia da Lei 5ederal de ná fi61: 8 de ´ 1 de abril de ´ 66´ @</p> <p>1 – À contratante irl se reunir de Drma virtual, e sem custos com a CO4tií ÃtiÃXÃ em data anterior ao evento, a -m de prestar os detalhes necessl rios ` adeOuada prestação do serviço@</p> <p>7 Ç(uando possível, a contratante entregarl ` CO4tií ÃtiÃXÃ todo o material escrito sobre cada evento ou resumo da Dala dos palestrantes, com antecedj ncia mínima de até 6´ Hsetenta e duasf horas@</p> <p>8 Ç Para eventos presenciais a contratante reservarl espaço/local adeOuado para o posicionamento das/dos tiLSP, visando garanxr a Qualidade do serviçoA</p> <p>6A4a hipfítese de algum dos serviços ultrapassar o período estabelecido de horas planeqdo para o evento, o valor serl complementado proporcionalmente ao número de horas de serviço eDexvamente prestado, e. cluindoÇe os horl rios de reDeição e deslocamentoA</p>
--	---

3.4 PRAZO(S) DE EXECUÇÃO	(x)	A) REGRAS (SUGESTÃO):							
		➤ PRAZO(S) DE EXECUÇÃO – INDIVIDUALIZAR POR SERVIÇO:							
		<table><tr><th>SERVIÇO</th><th>PRAZO EM DIAS</th><th>CONTAGEM</th></tr><tr><td>Contratação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia, através do Centro de Apoio Operacional dos Xireitos "umanosA Os eventos poderão ocorrer de forma presencial ou vivo, e. executado no local do evento, ou remotamente gravado e reproduzido simultaneamente, com cessão de uso de imagem e vozA</td><td>6</td><td>() o teís (x) Corridos</td></tr><tr><td></td><td></td><td>() o teís () Corridos</td></tr></table>	SERVIÇO	PRAZO EM DIAS	CONTAGEM	Contratação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia, através do Centro de Apoio Operacional dos Xireitos "umanosA Os eventos poderão ocorrer de forma presencial ou vivo, e. executado no local do evento, ou remotamente gravado e reproduzido simultaneamente, com cessão de uso de imagem e vozA	6	() o teís (x) Corridos	
SERVIÇO	PRAZO EM DIAS	CONTAGEM							
Contratação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia, através do Centro de Apoio Operacional dos Xireitos "umanosA Os eventos poderão ocorrer de forma presencial ou vivo, e. executado no local do evento, ou remotamente gravado e reproduzido simultaneamente, com cessão de uso de imagem e vozA	6	() o teís (x) Corridos							
		() o teís () Corridos							
		➤ PRAZO(S) CONTADO A PARTIR DE - ESCOLHER UMA OPÇÃO							
		H. f A) É CEB~ME4 tiO XO EMPE4" O PELO 5OÍ 4 ECEXOÍ HREGRA GERALf							
		H f B) ONtií O – ~Drmarà							
		➤ PRAZO PARA FINALIZAÇÃO TOTAL DOS SERVIÇOS HSE " ONTEÍ fàOs serviços serão - nalizados com o término dos eventosA							

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

		<p>➤ ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO(S) PRAZO(S) DE EXECUÇÃO ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>H. f A) 4 VO</p> <p>H f B) SÕMA 4 este caso, somente serl admissível o pedido Dormalizado pelo Dornecedor antes do termo - nal do prazo de e. ecação consignado, mediante qusx - cax va Çe respecx va comprovação Çde Dato aceito pela ãnsxtuiçãoA</p>
	()	B) REGRAS (DEFINIDAS PELA UNIDADE SOLICITANTE):
	()	C) DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO II - Especificações Técnicas Detalhadas (INCLUIR AO FINAL DO DOCUMENTO)
3.5 REGRAS DE GARANTIA	(x)	A) NÃO SE APLICA, POIS O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NÃO É APLICÁVEL AO OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO E NÃO HÁ EXIGÊNCIA DE GARANTIA ACESSÓRIA
	()	B) GARANTIA <u>LEGAL</u> PARA TODOS OS ITENS, CONFORME PRAZOS E CONDIÇÕES DEFINIDOS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
	()	C) GARANTIA CONTRATADA (SERVIÇO ACESSÓRIO) PARA TODOS OS ITENS <p>➤ JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIA</p>
	()	D) HÍBRIDO (PARTE DOS ITENS COM GARANTIA LEGAL E PARTE DOS ITENS COM GARANTIA CONTRATADA) <p>➤ JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIA</p> <p>➤ INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) – Indicar o número correspondente ao item na tabela do APENSO I:</p> <ul style="list-style-type: none">○ GARANTIA LEGAL:○ GARANTIA CONTRATADA:
	()	E) DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO II - Especificações Técnicas Detalhadas (INCLUIR AO FINAL DO DOCUMENTO)
	<p>3.5.1 REGRAS DA GARANTIA CONTRATADA (Somente para opções C ou D):</p> <p>➤ EXECUTOR DA GARANTIA - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>() Ãf CO4 tií ÃtãXO HREGRA GERALf</p> <p>() Bf 5ÃBÍ ~CÃ4 tiE HEXCEÇÃOf</p> <ul style="list-style-type: none">○ šusx - car a e. igj ncia de garanxa do Dabricante HEm caso posixvofà <p>➤ DURAÇÃO, contado da data do recebimento dos serviços - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>() Ãf ÁÁÁÁÁÁ X ~ÁS</p> <p>() Bf ÁÁÁÁÁÁ MESES</p>	

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS**

<p>() Cf 3 ÁÍ Ã4 tiÃ PEXNÍ ÃÍ “ CO4 ti4 NÃME4 tiE XNÍ Ã4 tiE tiOXÃ Ã T 3 Ê4 CÃ CO4 tiÍ ÃtiNÃL HÊÍ T 7 UOS CO4 tit4 NOSf</p> <p>o §usx - car prazo de duração de- nidoà</p> <p>➤ PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a parx r da abertura pelo MPBÃ ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() Ãf ÁÁÁÁÁÁ ” OÍ ÃSAContagem – Escolher uma opçãoà () o teis () Corridos</p> <p>() Bf ÁÁÁÁÁÁ X ÃSAContagem – Escolher uma opçãoà () o teis () Corridos</p> <p>() Cf ONtiÍ OÍsfAñdicarà</p> <p>➤ FORMA DE EXECUÇÃO DO ATENDIMENTO ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() Ãf Assistj ncia sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador</p> <p>() Bf Assistj ncia sediada no seguinte municípioà <i>Inserir texto</i></p> <p>() Cf Assistj ncia sediada em local a critério da Contratada</p> <p>() Xf <i>On site</i>, isto é assistj ncia prestada diretamente na sede do MPBÃ EXCEÇÃOfAl egrasà</p> <p>o Os chamados para Assistj ncia técnica deverão ser atendidos no prazo ml . imo de ÁÁÁÁÁÁ HÁÁÁÁÁÁÁÁf horas, contadas da nox- cação pelo MPBÃ@</p> <p>o O e. ecutor da garanxa HtonDorme acima indicadof arcarl com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou subsxtuição de serviços/bens, a incluir o deslocaÇ mento de seus técnicos aos locais em Oue aOueles tenham sido e. ecutados HerviÇ çosf ou esxverem Hbensf, bem como pelo transporte para sua o- cina, se necessl Ç rio@</p> <p>o §usx - caxva para a garanxa <i>on site</i>à</p> <p>() Ef OutraAEspeci- carà</p> <p>➤ DETALHAMENTO DAS DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DA GARANTIA (Se houver):</p>			
3.6 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO	(x)	A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO	
	()	<p>B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS</p> <p>➤ ãndicar parcelaHsf subcontratl velHesfà</p> <p>➤ ãndicar regras/condiç/ es para subcontratação</p>	
3.7 MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL	<p>3.7.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:</p> <p>: 6Áfi 4 a Dorma das disposiç/ es estabelecidas na Lei Federal ná fi1Áfi: : / 6´ fi e na Lei Estadual/BÃ ná fi1B: 1/ 6´ : , o Contratante designarl servidorHesf, por meio de Portaria especí- ca para tal - m, para a gestão e - scalização do contrato, tendo poderes, entre outros, para nox- car a Contratada sobre as irregularidades ou Dalhas Oue porventura venham a ser encontradas na e. ecução deste instrumentoA</p> <p>: 6ÁfiÁ ãncumbe ` gestão e ` - scalização. na medida de suas competi ncias insxtucionais</p>		

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

<p>acompanhar e verificar a execução do contrato, em todas as suas fases, compreendendo, primordialmente:</p> <p>: Art. 1º Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento e no contrato, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou delitos, podendo ainda suspender a execução, sem prejuízo das sanções contratuais legais;</p> <p>: Art. 2º Transmitir à Contratada as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando do caso;</p> <p>: Art. 3º Promover, com a presença da Contratada, a verificação dos serviços que efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;</p> <p>: Art. 4º Esclarecer as dúvidas da Contratada, solicitando ao setor competente do Contratante, se necessário, parecer de especialistas;</p> <p>: Art. 5º O escal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos delitos observados;</p> <p>: Art. 6º O escal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência. Lei Estadual de nº 11.818: 1º: Art. 1º, F. 1ª e Lei nº 11.818: 1º: 6º, art. 6º, F. 1ª</p> <p>: Art. 7º A escalização, pelo Contratante, não desobriga a Contratada de sua responsabilidade quanto à execução do objeto contratual.</p> <p>: Art. 8º A ausência de comunicação, por parte do Contratante, sobre irregularidades ou falhas, não é imputada à Contratada das responsabilidades determinadas neste contrato.</p> <p>: Art. 9º O Contratante poderá recusar, sustar e/ou determinar o deslize/reajuste de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as normas técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.</p> <p>: Art. 10º (Qualquer serviço ou bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser rejeitado pela Contratada, às suas expensas).</p> <p>: Art. 11º A não aceitação de algum serviço ou bem, no todo ou em parte, não implicará na dilatação do prazo de execução, salvo a expressa concordância do Contratante.</p> <p>: Art. 12º Para fins de escalização, o Contratante poderá solicitar à Contratada, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.</p> <p>: Art. 13º A gestão e a escalização contratual observarão, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.</p>	
<p>3.7.2 DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS AO OBJETO CONTRATADO: ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p>	
(x)	A) NÃO SE APLICA, SENDO APLICÁVEIS APENAS AS DISPOSIÇÕES GERAIS ELENCADAS NO ITEM 3.7.1
()	B) DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAMENTE RELACIONADAS AO OBJETO CONTRATUAL
<p>3.7.3 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</p>	

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

Art. 4º da Lei nº 8.666/93, as sanções administrativas previstas nas Leis Federais nº 1.024/69 e Estadual nº 1.818/17, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.

Art. 1º Comete indeferimento administrativo, nos termos da Lei nº 1.024/69, a COFAP, a COFOP ou a OEA

Art. 2º A causa ine. execução parcial do contrato

Art. 3º A causa ine. execução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo

Art. 4º A causa ine. execução total do contrato

Art. 5º Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado

Art. 6º Engejar o retardamento da e. execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo comprovado

Art. 7º Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a e. execução do contrato

Art. 8º Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta

Art. 9º Praticar ato fraudulento na e. execução do contrato

Art. 10º Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza

Art. 11º Praticar ato lesivo previsto no art. 17 da Lei nº 11.181, de 14 de agosto de 2005

Art. 12º Serão aplicadas ao responsável pelas indeferências administrativas acima descritas as seguintes sanções

Art. 13º Advertência, quando a COFAP der causa ine. execução parcial do contrato, sempre que não se comprovou a imposição de penalidade mais grave do art. 17, F. 1, da Lei Federal nº 1.024/69

Art. 14º Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, sempre que não se comprovou a imposição de penalidade mais grave do art. 17, F. 1, da Lei Federal nº 1.024/69

Art. 15º Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, bem como nas alíneas 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, que comprovou a imposição de penalidade mais grave do art. 17, F. 1, da Lei Federal nº 1.024/69

3.7.4 DAS MULTAS - **ESCOLHER UMA OPÇÃO:**

(X) A) APLICAM-SE AS DISPOSIÇÕES ABAIXO ELENCADAS:

Art. 1º Moratória de 6,7% sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 6 meses

Art. 2º Compensatória de 6% sobre o valor total do contrato, para as indeferências a seguir descritas

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>: 6.1.1.7 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato@</p> <p>: 6.1.1.8 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, Quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta@</p> <p>: 6.1.1.6 Praticar ato fraudulento na execução do contrato@</p> <p>: 6.1.1.5 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza@</p> <p>: 6.1.1.9 Praticar ato lesivo previsto no art. 17 da Lei nº 18, de 11 de agosto de 2016: @</p> <p>: 6.1.1.10 Compensatória de : 6% multa por cento sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas@</p> <p>: 6.1.1.11 Xer causa inexecução total do contrato@</p> <p>: 6.1.1.12 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificada@</p> <p>: 6.1.1.1 Para as infrações abaixo, a multa será de 6% multa por cento sobre o valor total do contrato@</p> <p>: 6.1.1.13 Xer causa inexecução parcial do contrato@</p> <p>: 6.1.1.14 Xer causa inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo@</p> <p>: 6.1.1.15 Engebar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem justificada@</p>
()	<p>B) DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS - PREENCHER, CONFORME O CASO: *</p> <p>: 6.1.1.1 Moratória de ... Q H... por cento por dia de atraso injustificada sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de : 6% multa dias@</p> <p>: 6.1.1.2 Compensatória de ... Q H... por cento sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas@</p> <p>: 6.1.1.7 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato@</p> <p>: 6.1.1.8 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, Quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta@</p> <p>: 6.1.1.6 Praticar ato fraudulento na execução do contrato@</p> <p>: 6.1.1.5 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza@</p> <p>: 6.1.1.9 Praticar ato lesivo previsto no art. 17 da Lei nº 18, de 11 de agosto de 2016: @</p> <p>: 6.1.1.10 Compensatória de ... Q H... por cento sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas@</p> <p>: 6.1.1.11 Xer causa inexecução total do contrato@</p> <p>: 6.1.1.12 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>devidamente qisx - cado@</p> <p>: 6611 Para as inDaç/es abai. o dispostas, a multa serl de ... Q H... por centof sobre o valor total do contrato@</p> <p>: 661111 Xer causa ` ine. ecação parcial do contrato@</p> <p>: 661111 Xer causa ` ine. ecação parcial do contrato Oue cause grave dano ` Administração ou ao Duncionamento dos serviços públicos ou ao interesse colexvo@</p> <p>: 661111 Enseqr o retardamento da e. ecação ou da entrega do obæto da contratação sem moxvo qisx - cado@</p>
3.8 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO (PARA FINS DE FATURAMENTO)	<p>3.8.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO</p> <p>➤ PRAZO à 6fi dias corridos, contados à ESCOLHER UMA OPÇÃO</p> <p>(x) Æf XÃ 5~4 ÃL~ZÃUVO XOS SEÍ T~UOS</p> <p>() Bf XÃ E4 tií E3 Ã XÃ 4 OtÃ 5~SCÃL/5ÃtiNÍ Ã</p> <p>() Cf ONtií Oà</p>
	<p>3.8.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO:</p> <p>➤ PRAZO: 03 dias corridos, contados do recebimento provisfrio</p>
	<p>3.8.3 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) Ç ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() Æf 4 VO SE ÆPL~CÃ</p> <p>(X) Bf Pí ÃZO ESCOLHER UMA OPÇÃO à</p> <p>(X) 1) 01 " Oí ÃSAContagem – Escolher <u>uma</u> opçãoà () o teis (X) Corridos</p> <p>() 2) ´ X ÃSAContagem – Escolher uma opçãoà () o teis () Corridos</p> <p>() 3) ONtií OHfA~ndicarà <i>Inserir texto</i></p>
	<p>3.8.4 DEMAIS REGRAMENTOS:</p> <p>: 66111 O Contratante reæptarl , no todo ou em parte, o obæto contratual em desacordo com as condiç/es pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduç/es cabíveis@</p> <p>: 66111 Os serviços poderão ser reæptados, no todo ou em parte, Ouando em desacordo com as especi- caç/es constantes neste instrumento, devendo ser corrigidos/reDeitos/subsxtuídos nos prazos de- nidos neste instrumento, a contar da nox- cação da Contratada, `s suas custas, sem preqúzo da aplicação das penalidades@</p> <p>: 66111 Eventual instabilidade na prestação do serviço deverl ser suprida no prazo ml . imo do item : 66111 assegurado ` Contratada a possibilidade de adoção de eventual solução alternaxva, neste prazo, a - m de segurar a conxnuidade da prestação do serviço@</p> <p>: 66111 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do obæto contratado, - ca a Contratada obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou subsxtuir, `s suas e. pensas, no todo ou em parte, o obæto em Oue se veri- carem vícios, deDeitos ou incorreç/es resultantes da e. ecação ou materiais empregados, cabendo ` - scalização não atestar o recebimento dos serviços até Oue seæm sanadas todas as eventuais pendj ncias Oue possam vir a ser apontadas no Í ecebimento Provisfrio@</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>: A A O recebimento de- nixvo do obæto deste instrumento serl concrexzado depois de adotados, pelo Contratante, todos os procedimentos cabíveis do artA fi16 da Lei 5ederal ná fi16: : / 6´ fi e, no Oue couber, da Lei Estadual de ná fi16: 1/´ : , devendo ocorrer nos prazos de- nidos neste instrumento@</p> <p>: A A O aceite ou aprovação do obæto pelo Contratante não e.clui a responsabilidade da Contratada por vícios, deDeitos ou disparidades com as especi- caç/es estabelecidas neste instrumento e no processo de Xispensa de Licitação Oue o originou, veri- cadas posteriormente, garanxndoÇe ao Contratante, inclusive, as Daculdades previstas na Lei 5ederal nA fi6A6ª/96 – Cfídigo de XeDeza do ConsumidorA</p>
3.9 DOS PREÇOS	<div>3.9.1 ABRANGÊNCIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</div> <div><div>(X)</div><div>A) OS PREÇOS CONTRATADOS ENGLOBAM TODOS E QUAISQUER CUSTOS NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DA CONTRATAÇÃO</div><div><div>➤ Englobam, e. empli- caxvamente, todos os custos relaxvos a remuneraç/es, encarÇ gos sociais, previdencil rios e trabalhistas de todo o pessoal designado pelo DorneceÇ dor para a e. ecução do obæto, transportes de QualOuer natureza, depreciação, aluÇ guéis, administração, tributos e emolumentosA</div><div>➤ Xemais regramentos H e houverfà</div></div></div>
	<div>B) ITENS OU CUSTOS NÃO INCLUSOS NOS PREÇOS PACTUADOS:</div> <div>()</div>
	<div>3.9.2 CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DOS PREÇOS - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</div> <div>()</div> <div>A) VALOR MENSAL FIXO</div>
	<div>(x)</div> <div>B) VALOR UNITÁRIO POR SERVIÇOS (sendo este preci- cado em horas Ç4 a hipfftese de algum dos serviços ultrapassar o período estabelecido de horas planeædo para o evento, o valor serl complementado proporcionalmente ao número de horas de serviço eDexvamente prestado, e. cluindoÇe os horl rios de reDeição e deslocamentoA)</div>
	<div>()</div> <div>C) VALOR GLOBAL CONTRATADO, relax vo ` completa e. ecução dos serviços</div>
	<div>()</div> <div>D) OUTRO:</div>
3.10 REGRAS DE FATURAMENTO	<div>3.10.1 PERIODICIDADE DE FATURAMENTO(S) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</div> <div>()</div> <div>A) MENSAL</div>
	<div>(X)</div> <div>B) MÚLTIPLOS FATURAMENTOS, SENDO CADA UM REALIZADO APÓS A EXECUÇÃO DE CADA PEDIDO/EMPENHO EMITIDO</div>
	<div>()</div> <div>C) EM PARCELA ÚNICA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</div> <div><div>() 1) ÅO 5~4 ÅL XE tiOXÅ ã EGEcNUVO CO4 tií ÅtiNÅL E Í ECEB~ME4 tiO XO OBÇetiO</div><div>H egra geralf</div><div>() 2) ONtií Oà</div></div>
	<div>()</div> <div>D) PARCELADO:</div> <div><div>➤ (NÅ4 tiXÅXE XE PÅÍ CELÅSà</div><div>➤ XE5~4 ~UVO XOS MO4 tiÅ4 tiES XÅS PÅÍ CELÅS Ç</div></div>

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<input type="checkbox"/>	E) OUTRO(A). Indicar:
	3.10.2 CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA FATURAMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:	
	<input checked="" type="checkbox"/>	A) NÃO SE APLICA, sendo necessária somente a apresentação de nota fiscal e certidão de regularidade fiscal e trabalhista, conforme item : 6.1.1 da Lei nº 14.133/2021.
	<input type="checkbox"/>	B) REGRAS E/OU DOCUMENTOS EXIGIDOS, para além dos indicados na opção A. Especificar:
3.11 REGRAS PARA PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	<p>6.1.2 O faturamento referente ao objeto deste instrumento será efetuado na periodicidade indicada no item : 6.1.1, mediante apresentação, pela CONTRATADA, de nota fiscal relaxada, prestação dos serviços e certidão de regularidade cabíveis, bem como consulta de situação de idoneidade da CONTRATADA, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do formulário ECEB-ME4 fornecido pelo CONTRATANTE.</p> <p>6.1.3 Os pagamentos serão processados no prazo de 6 (seis) dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação indicada no item : 6.1.1, desde que não haja pendência a ser regularizada.</p> <p>6.1.4 Quando ocorrer pendência impedidora do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização.</p> <p>6.1.5 As notas fiscais deverão acompanhar da documentação probatória relaxada ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto consignado na Cláusula Primeira.</p> <p>6.1.6 O CONTRATANTE realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente.</p> <p>6.1.7 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela CONTRATADA, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia.</p> <p>6.1.8 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu devido pagamento, de acordo com a variação do IPC do IBRE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto nos itens : 6.1.1 e : 6.1.2.</p> <p>6.1.9 Para efeito de caracterização de mora imputável ao CONTRATANTE, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de pagamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de recursos no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE.</p>	
3.12 REAJUSTAMENTO	<input type="checkbox"/>	<p>A) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. É E/ou</p> <p>➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p><input type="checkbox"/> IPC/IBRE</p> <p><input type="checkbox"/> Bônus indicados</p> <p>➤ A eventual concessão de reajustamento - caso condicionada - apresentação de requerimento formal pela Contratada, após o transcurso do prazo de 15 (quinze) meses, contados da data do orçamento estimado pela Administração.</p> <p>➤ A hipótese de reajustamento, adotada como referencial o acumulado de</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

		<p>12 meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação do orçamento estimado pela administração e termo final o mês que antecede a data de aniversário</p> <p>➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de execução de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 meses, contados do orçamento estimado pela administração</p> <p>➤ Para os reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste</p>
	(X)	<p>B) NÃO É CABÍVEL A PREVISÃO DE REAJUSTAMENTO DURANTE A VIGÊNCIA ORIGINÁRIA DO CONTRATO, dadas as regras de pagamento e a natureza dos serviços*</p> <p>Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência, os preços pactuados serão passíveis de reajustamento, conforme as seguintes regras e condições:</p> <p>➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>(X) Índice IPC/B3 E</p> <p>() Índice OND indicará</p> <p>➤ A eventual concessão de reajustamento - caso condicionada - à apresentação de requerimento formal pela Contratada, após o transcurso do prazo total de execução dos serviços contratados</p> <p>➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de meses decorridos entre a apresentação da proposta de preços e o encerramento do prazo inicial de duração da execução contratual</p> <p>➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos ao novo período de vigência contratual</p>
		<p>3.13.1 VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>(X) A) NÃO SE APLICA (Não se trata de registro de preços)</p> <p>() B) VIGÊNCIA DA ARP:</p> <p>➤ Prazo de vigência de 12 meses limitado a 1 ano</p> <p>➤ Possibilidade de prorrogação de prazo de vigência ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>Há 4 VOs Há 5 VOs Limitado ao total de vigência de 12 meses</p>
		<p>3.13.2 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() A) CONTRATAÇÕES SEM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() 1) 12 meses, contados do recebimento do empenho pela contratada</p> <p>() 2) 12 dias, contados do recebimento do empenho pela contratada</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<div><div><div><div><div><div></div><div>() 3) ÁÁÁÁ meses, contados a parx r do dia ÁÁÁ de ÁÁÁÁ de ÁÁÁÁ hprevisão inicialf*</div><div>() 4) ÁÁÁÁ dias, contados a parx r do dia ÁÁÁ de ÁÁÁÁ de ÁÁÁÁ hprevisão inicialf*</div></div></div></div></div></div>
	<div><div><div><div><div><div></div><div>B (x) CONTRATAÇÕES <u>COM</u> INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></div></div></div><div><div><div><div><div><div></div><div>(X) Opção 1: 66 meses, contados a parx r de h f <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></div></div></div><div><div><div><div><div><div></div><div>() Áf X ata certa hprevisão inicialfà</div><div>(x) Bf X a data da húl x maf assinatura</div></div></div></div></div><div><div><div><div><div><div></div><div>() Opção 2 à ÁÁÁÁÁÁ dias, contados a parx r de h f <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></div></div></div><div><div><div><div><div><div></div><div>() Áf X ata certa hprevisão inicialfà ÁÁÁÁ de ÁÁÁÁÁÁ de ÁÁÁÁÁÁÁÁ</div><div>() Bf X a data da húl x maf assinatura</div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div>
	<div><div><div><div><div><div></div><div>3.13.3 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO</u>à</div></div></div><div><div><div><div><div><div></div><div>()</div><div>A) NÃO SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA</div></div></div><div><div><div><div><div><div></div><div>(x)</div><div>B) SIM, SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE ADITIVO PARA TAL FIMA</div></div></div><div><div><div><div><div><div></div><div>➤ §uxs- cax vaà Podendo ser prorrogado nos termos da Lei ná fi1Áfi: : /´ 6´ fi, a critério do contratante e mediante a anuj ncia da contratada, por meio de termo adixvo, desde Oue os valores despendidos durante toda sua vigj ncia não ultrapassem o liç mite previsto no artA67, ~, da Lei fi1Áfi: : /´ 6´ fi e o Ouanto registrado no PCÃ do MPBÃ para esta contratação, atendendo o cumprimento dos reOuisitosà fiASeq quntado relatfírio Oue discorra sobre a e. ecução do contrato, com inDrmaç/es de Oue os serviços tenham sido prestados regularmente@</div><div>´ ASeq quntada qusx- cax va e moxvo, por escrito, de Oue a Administração mantém interesse na realização do serviço@</div><div>: ASeq comprovado Oue o valor do contrato permanece economicamente vantaþso para a Administração@</div><div>7A” açq maniDeação e. pressa da contratada inDrmando o interesse na prorrogação@</div><div>8ASeq comprovado Oue a contratada mantém as condiç/es iniciais de habilitação@</div><div>6AE. istj ncia de dotação orçamentl ria para aditamento do contrato@</div><div>ª Aí espeitado o limite de fifi´ horasA</div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div>
<div><div><div><div><div><div></div><div>3.14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA</div></div></div></div></div></div>	<div><div><div><div><div><div></div><div>3.14.1 OBRIGAÇÕES GERAIS</div></div></div><div><div><div><div><div><div></div><div>: Áfi1Áfi Promover a e. ecução contratual de acordo com as especi- caç/es técnicas e e. igj ncias constantes no presente instrumento, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horl rios de e. pediente do Contratante, não podendo e. imirÇe da obrigação, ainda Oue parcialmente, atribuindo OuaisOuer Delhas, deDeitos ou Delta de pessoal e/ou material@</div><div>: Áfi1ÁfiÁfi Á Contratada deve cumprir todas as obrigaç/es constantes deste Contrato e em seus ane. os, assumindo como e. clusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perDeita e. ecução do obçpto@</div><div>: Áfi1ÁfiÁ Prestar diretamente os serviços ora contratados, não os transDerindo a outrem, no todo ou em parte, observandoÇe as regras para subcontratação de- nidas neste instrumento@</div></div></div></div></div></div></div></div></div>

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS**

Art. 1º A Xispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários e. execução dos serviços objeto deste instrumento@

Art. 1º A Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente e. execução dos serviços objeto deste contrato@

Art. 1º A Manter durante toda a e. execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições e. igidas para a contratação@

Art. 1º B Assegurar Que os serviços objeto deste contrato não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência@

Art. 1º C É responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante@

Art. 1º D A eventual retenção de tributos pelo Contratante não implicar na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento de tributos pela Contratada@

Art. 1º E Emitir notas fiscais/Datas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, observando-se, ainda, o quanto disposto nos itens Art. 6º e Art. 1º deste instrumento@

Art. 1º F É responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da e. execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a - scalização ou o acompanhamento da e. execução contratual pelo Contratante, Que - carl autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso e. igida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos@

Art. 1º G Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás quanto às reparções competentes Que, porventura, sejam necessários à e. execução do contrato@

Art. 1º H Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo Contratante, de redimensionamento de serviços Que não estejam sendo ou não tenham sido e. executados de acordo com as normas técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de dispensa de licitação Que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o Contratante@

Art. 1º I Comunicar ao Fisco do contrato, no prazo de 1 (um) dia e Quatro horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente Que se verifique no local dos serviços@

Art. 1º J Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à e. execução do serviço@

Art. 1º K Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade Que não esteja sendo e. executada de acordo com a boa técnica ou Que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros@

Art. 1º L Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, e. ceto na condição de aprendiz para os maiores de Quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre@




Art. 1º M Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, ou do - scal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 1º, parágrafo único, da Lei nº 6.761@

Art. 1º N Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>contrato@</p> <p>: Art. 1º Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito Federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante@</p> <p>: Art. 9º Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação Art. 8º da Lei nº 6.020/76</p> <p>: Art. 6º Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo - estabelecido pelo - prazo do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas Art. 8º, parágrafo único, da Lei nº 6.020/76</p> <p>: Art. 1º Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa - utilização durante a vigência deste contrato, fornecendo instalações, propiciando o acesso à documentação pertinente e a execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela - utilização@</p> <p>3.14.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO) <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <table><tr><td>()</td><td>A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anteriorA</td></tr><tr><td>(x)</td><td>B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto do interesse da Comissão de Licitação ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da contratação, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, conforme o caso@ Atender imediatamente os profissionais a serviço dos eventos, no caso de ausência ou dispensa@ Enviar para a contratante em até 1 hora e quarenta horas antes do início da prestação dos serviços, documento contendo todas as instalações e necessidades dos profissionais disponibilizados@ Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na durante a contratação@ Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviçosA Cessão de uso de imagem e voz, do tradutor na hipótese de realização de eventos de forma virtual@ Conceder ao contratante o uso de imagem e voz, do tradutor, na hipótese de realização de eventos de forma virtual@ Garantir a contratação de empregados da Comissão de Licitação de acordo com a disposição do Art. 4º, em tempo integral, nas suas instalaçõesA A atuação dos profissionais deverá satisfazer requisitos profissionais em nível compatível com as atribuições que lhes forem delegadas, sob inteira responsabilidade da Comissão de Licitação".</td></tr></table>	()	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS , sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anteriorA	(x)	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto do interesse da Comissão de Licitação ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da contratação, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, conforme o caso@ Atender imediatamente os profissionais a serviço dos eventos, no caso de ausência ou dispensa@ Enviar para a contratante em até 1 hora e quarenta horas antes do início da prestação dos serviços, documento contendo todas as instalações e necessidades dos profissionais disponibilizados@ Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na durante a contratação@ Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviçosA Cessão de uso de imagem e voz, do tradutor na hipótese de realização de eventos de forma virtual@ Conceder ao contratante o uso de imagem e voz, do tradutor, na hipótese de realização de eventos de forma virtual@ Garantir a contratação de empregados da Comissão de Licitação de acordo com a disposição do Art. 4º, em tempo integral, nas suas instalaçõesA A atuação dos profissionais deverá satisfazer requisitos profissionais em nível compatível com as atribuições que lhes forem delegadas, sob inteira responsabilidade da Comissão de Licitação".
()	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS , sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anteriorA				
(x)	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto do interesse da Comissão de Licitação ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da contratação, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, conforme o caso@ Atender imediatamente os profissionais a serviço dos eventos, no caso de ausência ou dispensa@ Enviar para a contratante em até 1 hora e quarenta horas antes do início da prestação dos serviços, documento contendo todas as instalações e necessidades dos profissionais disponibilizados@ Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na durante a contratação@ Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviçosA Cessão de uso de imagem e voz, do tradutor na hipótese de realização de eventos de forma virtual@ Conceder ao contratante o uso de imagem e voz, do tradutor, na hipótese de realização de eventos de forma virtual@ Garantir a contratação de empregados da Comissão de Licitação de acordo com a disposição do Art. 4º, em tempo integral, nas suas instalaçõesA A atuação dos profissionais deverá satisfazer requisitos profissionais em nível compatível com as atribuições que lhes forem delegadas, sob inteira responsabilidade da Comissão de Licitação".				
3.15 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE	<p>3.15.1 OBRIGAÇÕES GERAIS</p> <p>: Art. 5º Fornecer as instalações e necessidades para que a Contratada possa executar plenamente o objeto contratado@</p> <p>: Art. 7º Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nos itens 6º e 8º deste instrumento@</p> <p>: Art. 7º Permitir o acesso da Contratada às instalações físicas do Contratante, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços@</p> <p>: Art. 1º Acompanhar e controlar o cumprimento dos prazos e das condições de realização do</p>				

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>presente contrato, nox-cando a Contratada, por escrito, sobre imperDeiç/es, Dalhas ou irregularidades constatadas na e.ecução do obçto, para Que seçam adotadas as medidas correxvas necessl rias@</p> <p>: Ai7Ai7A Fornecer ` Contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, Ouando o Dornecimento do obçto atender saxsDatoriamente os prazos de entrega, Oualidade e demais condiç/es previstas neste instrumentoA</p> <p>: Ai7Ai7B E. plicitamente emixr decisão sobre todas as solicitaç/es e reclamaç/es relacionadas ` e.ecução do presente Contrato, ressalvados os reOuerimentos maniDestamente imperxntes, meramente protelatfírios ou de nenhum interesse para a boa e.ecução do aqste, observando os seguintes prazosà</p> <p>: Ai7Ai7Ai Ã administração terl o prazo de até 86 Hessentaf dias, a contar da data do protocolo do reOuerimento sobre o Qual deverl se maniDestar, admixda a prorrogação moxvada, por igual período@</p> <p>: Ai7Ai7AÃ Ã administração terl o prazo de até 86 Hessentaf dias, a contar da data do reOuerimento, para responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do eOuilibrio econÚmicoÇ nanceiro do contrato@</p>				
	<p>3.15.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO) Ç <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <table><tr><td>(x)</td><td>A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicl veis somente os regramentos gerais de- nidos no subitem anteriorA</td></tr><tr><td>()</td><td>B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicarà</td></tr></table>	(x)	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicl veis somente os regramentos gerais de- nidos no subitem anteriorA	()	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicarà
(x)	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicl veis somente os regramentos gerais de- nidos no subitem anteriorA				
()	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicarà				
<p>3.16 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL</p>	<table><tr><td>(X)</td><td>A) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL</td></tr><tr><td>()</td><td><p>B) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Í egrasà</p><p>➤ Percentual e. igido Ç <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p><p>() A) 7Q Htinco por centof () B) ONtí O*A~ndicarà _____ Q HÁÁÁÁÁ por centof</p><p>➤ Prazo para apresentaçãoà ÁÁÁÁÁ dias apfís assinatura do contratoA</p><p>➤ Šusx - cax va para garanxas com percentual superior a 7Q H limitadas a fi6Qf do vaÇ lor inicial do contratoà</p></td></tr></table>	(X)	A) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL	()	<p>B) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Í egrasà</p> <p>➤ Percentual e. igido Ç <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>() A) 7Q Htinco por centof () B) ONtí O*A~ndicarà _____ Q HÁÁÁÁÁ por centof</p> <p>➤ Prazo para apresentaçãoà ÁÁÁÁÁ dias apfís assinatura do contratoA</p> <p>➤ Šusx - cax va para garanxas com percentual superior a 7Q H limitadas a fi6Qf do vaÇ lor inicial do contratoà</p>
(X)	A) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL				
()	<p>B) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Í egrasà</p> <p>➤ Percentual e. igido Ç <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>() A) 7Q Htinco por centof () B) ONtí O*A~ndicarà _____ Q HÁÁÁÁÁ por centof</p> <p>➤ Prazo para apresentaçãoà ÁÁÁÁÁ dias apfís assinatura do contratoA</p> <p>➤ Šusx - cax va para garanxas com percentual superior a 7Q H limitadas a fi6Qf do vaÇ lor inicial do contratoà</p>				
<p>3.17 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS</p>	<p>CONFORME FORMULÁRIOS DE INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ANEXOS AO EXPEDIENTE DE CONTRATAÇÃO.</p>				
<p>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO:</p>					
<p>MATRÍCULA: 351467</p>	<table><tr><td><p>NOME DO SERVIDOR: Alex Santana Lima</p></td><td rowspan="2"><p>INSERIR ASSINATURA DIGITAL:</p><p>Documento assinado digitalmente</p><p> ALEX SANTANA LIMA Data: 25/06/2024 14:48:16-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</p></td></tr><tr><td><p>UNIDADE ADMINISTRATIVA: Centro de Apoio aos Direitos Humanos</p></td></tr></table>	<p>NOME DO SERVIDOR: Alex Santana Lima</p>	<p>INSERIR ASSINATURA DIGITAL:</p> <p>Documento assinado digitalmente</p> <p> ALEX SANTANA LIMA Data: 25/06/2024 14:48:16-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</p>	<p>UNIDADE ADMINISTRATIVA: Centro de Apoio aos Direitos Humanos</p>	
<p>NOME DO SERVIDOR: Alex Santana Lima</p>	<p>INSERIR ASSINATURA DIGITAL:</p> <p>Documento assinado digitalmente</p> <p> ALEX SANTANA LIMA Data: 25/06/2024 14:48:16-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</p>				
<p>UNIDADE ADMINISTRATIVA: Centro de Apoio aos Direitos Humanos</p>					

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

APENSO I

TABELA INDICATIVA DOS ITENS DE SERVIÇO A SEREM CONTRATADOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	Código do item de serviço, com descrição*
6fi	Contratação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia, através do Centro de Apoio Operacional dos Xireitos ”umanosA Os eventos poderão ocorrer de Dorma presencial Ho vivo, e.ecutado no local do eventof, ou remotamente Hgravado e reproduzido simultaneamentef, com cessão de uso de imagem e voza	” oras	fifi´	fi´ 8: 6 Ç tradução / ãnterpretação Simultânea / Consecuxva

* Verificar em: <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES/EVENTOS				
	Eventos: Seminários, Congressos, Oficinas, Workshops e outros indicados pelo MP.	Data	Carga horária estimada por evento	Mês de realização
1	Seminário sobre o combate ao bullying e racismo nas escolas.	15/08	8h	Agosto
2	Workshop Letramento Racial (Raça/etnia - conceito; Mito da Democracia Racial; Racismo Estrutural; Lugar de Fala; Colorismo e Afroconveniência na Política de Cotas Raciais).	Data a definir	8h	Julho
3	Seminário Desafios do acesso aos direitos através da Heteroidentificação:	Data a definir	8h	
4	2ª Edição do MPBA no Novembro Negro	Data a definir	12	Novembro
5	Realização de cursos de formação com e para pcd, preferencialmente ministrados por pcd	Data a definir	08	Agosto - novembro
6	Seminário sobre LGBTFobia em parceria com conselhos e secretarias com Sociedade em geral sobre.	Data a definir	08	Julho
7	Realizar e participar de cursos/seminários sobre as questões de antirracismo institucional.	Data a definir	10	Julho/Agosto
8	Oficina sobre utilização do aplicativo de Comunicação Acessível	Data a definir	04	Setembro
9	Realizar Lives, Seminários, Audiências Públicas, Parcerias e Convênios com Instituições Públicas e Privadas, inclusive de ensino	Data a definir	08	Julho - dezembro
10	Realizar 2 Seminários com interlocução do MP, Academia e Sociedade Civil, sendo o 1º - Velhices/LGBT e 2º - Saúde LGBT	Data a definir	08	Julho - dezembro
11	Fórum Estadual De Combate À Violências Contra Pessoas Com Deficiência: realizar palestras com conferencistas com expertise na temática	Data a definir	08	Setembro
12	Atuação Em Conjunto Com A Frente Parlamentar De Defesa Da Pessoa Idosa: Realizar de cursos, seminários, reuniões e afins	Data a definir	08	Setembro
13	Defesa das comunidades e povos tradicionais: Realizar e participar de eventos, visitas e reuniões ligados a temática quando demandado por sociedade civil/instituições	Data a definir	08	Julho - dezembro
	Eventos a definir pelo MP	Data a definir	06	Julho - dezembro
		Total	112	



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Ciente e confirmo minha participação como fiscal técnico administrativo no contrato de prestação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia.

Salvador, 18 de junho de 2024.

Alex Lima

Coordenador Administrativo II
Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos
Matrícula 351-467



Documento assinado eletronicamente por **Alex Santana Lima** em 25/06/2024, às 14:31, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1115780** e o código CRC **8182933A**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando o atendimento ao Despacho prolatado por esta Coordenação (doc. 1111137), encaminhamos o procedimento ao CAODH, acompanhado de **minuta de contrato (doc. 1116685) para validação**.

Neste sentido, sugerimos que a Unidade Demandante também submeta a minuta de contrato para validação da empresa selecionada, evitando que o conteúdo do documento venha ser alvo de questionamento posterior à análise da Assessoria Jurídica e autorização do Superintendente de Gestão Administrativa e que por essa razão deva ser novamente submetido à apreciação destes.

Havendo necessidade de ajuste/sugestões de alterações, solicitamos a devolução do expediente, com Despacho indicando as proposições, para análise e eventual adequação do instrumento.

Não havendo necessidade de ajuste, solicitamos a devolução do expediente com manifestação acerca da validação do instrumento para que possamos dar o encaminhamento devido.

Milena Mª Cardoso do Nascimento

Assistente Técnico-Administrativo
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 353.176

Paula Souza de Paula Marques

Coordenadora Administrativa
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 26/06/2024, às 09:13, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 26/06/2024, às 09:14, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1116588** e o código CRC **3F56E1EA**.



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS –
PROCEDIMENTO SEI
19.09.02180.0014605/2024-16.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSAO LTDA, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº **XXX/2024** - SGA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo Superintendente de Gestão Administrativa **André Luis Sant'Ana Ribeiro**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **EMPRESA FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSAO LTDA**, CNPJ nº. 42.397.920/0001-35, estabelecida à Avenida Luis Viana Filho – Lado Impar, nº 13223, Cond. Hangar Business Park, Bloco 1 – Sala 330, São Cristóvão, Salvador – Bahia, CEP: 41.00-300, representada por Johnny Máximo Lourenço e Siqueira, CPF/MF nº [REDACTED] doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/Ba nº 14.634/2023, e, ainda, observado o constante no Processo de Dispensa de Licitação, nº 112/2024, protocolado sob o nº 19.09.02180.0014605/2024-16, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto contratação de empresa para prestação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia, conforme condições estabelecidas neste instrumento.

1.1.2 Incluem-se no objeto contratado todos os custos com mão de obra capacitada, bem como todos os insumos necessários à plena execução dos serviços contratados;

1.2 A **CONTRATADA** se declara em condições de prestar o serviço objeto deste instrumento em estrita observância com o disposto neste contrato.

1.3 A assinatura do presente instrumento contratual, pela **CONTRATADA**, importa na presunção de plena ciência e aquiescência com o seu conteúdo, inclusive quanto aos documentos anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO À CONTRATAÇÃO DIRETA

Integram o presente contrato, vinculando esta contratação, independentemente de transcrição: o

termo de referência, a proposta da contratada e eventuais anexos dos documentos supracitados, além das condições estabelecidas no ato de autorização da Dispensa de Licitação, que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DURAÇÃO DO CONTRATO

3.1 O prazo de vigência do presente Contrato é de 07 (sete) meses, a começar da data da (última) assinatura pelas partes, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 c/c artigo 6º, XV da Lei Federal nº 14.133/2021, e será formalizada por termo aditivo;

3.1.1 A prorrogação de que trata este dispositivo se dará mediante a anuência da CONTRATADA, desde que os valores despendidos durante toda a sua vigência não ultrapassem o limite previsto no artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021 e o quanto registrado do Plano de Contratação Anual da CONTRATADA para esta contratação, atendendo o cumprimento dos seguintes requisitos:

3.1.1 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

3.1.2 Seja juntada justificativa e motivada, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

3.1.3 Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

3.1.4 Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

3.1.5 Seja comprovado que a **CONTRATADA** mantém as condições iniciais de habilitação;

3.1.7 Existência de dotação orçamentária para aditamento do contrato;

3.1.8 Respeitado o limite de 112 horas;

3.1.2 A prorrogação do prazo de vigência contratual fica condicionada, ademais, à disponibilidade orçamentária, devidamente declarada pela Unidade Gestora do recurso nos autos do procedimento administrativo correspondente.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME, DA FORMA DE EXECUÇÃO E DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO

4.1 O Regime de execução do presente Contrato é de Execução Indireta na modalidade Empreitada por Preço Unitário;

4.2 O **CONTRATANTE** convocará a **CONTRATADA** para retirar a nota de empenho no prazo de até 02 (dois) dias corridos contado a partir da notificação pela Administração, que ocorrerá, preferencialmente, através de envio de e-mail para o endereço indicado na proposta de preços;

4.2.1 As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento

de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).

4.2.2 A **CONTRATADA** poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração.

4.3 Os serviços, objeto deste instrumento, deverão ser executados por profissionais treinados e capacitados, aptos a executar o tipo de serviço constante no **APENSO ÚNICO**, obedecendo às seguintes especificidades:

4.3.1 A execução do serviço deverá ser previamente agendada junto à Coordenação do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos do **CONTRATANTE**, por meio do telefone (71) 3103-0345 e/ou dos endereços eletrônicos caodh@mpba.mp.br e alex@mpba.mp.br de segunda a sexta-feira das 08:00 às 12:00h e das 14:00 às 18:00h, com antecedência mínima de 08 (oito) dias corridos.

4.3.2 Os serviços, objeto do presente contrato, serão executados em eventos que poderão ocorrer de forma presencial (ao vivo, executado no local do evento), ou remotamente (gravado e reproduzido simultaneamente), com cessão de uso de imagem e voz, do tradutor na hipótese de realização de eventos de forma virtual.

4.3.3 A execução do serviço de maneira presencial ocorrerá nas sedes do Ministério Público do Estado da Bahia localizadas na cidade de Salvador e situadas na 5ª Avenida, nº 750, do CAB - Salvador, BA, CEP: 41.745-004 e na Avenida Joana Angélica, nº 1.312, Nazaré -Salvador, BA-CEP: 40.050-001 ou em local diverso desde que dentro da comarca de Salvador/BA;

4.3.3.1 Os serviços serão executados entre os horários compreendidos entre 08:00h às 22:00h, conforme programação dos eventos;

4.3.3.1.1 Na hipótese de algum dos serviços ultrapassar o período estabelecido de horas planejado para o evento, o valor será complementado proporcionalmente o número de horas de serviço efetivamente prestado, excluindo-se os horários de refeição e deslocamento;

4.3.3.2 Para eventos presenciais, o **CONTRATANTE** reservará espaço/local adequado para o posicionamento das/dos TILSP, visando garantir a qualidade do serviço;

4.3.3.3 A **CONTRATADA** deverá chegar ao local do evento com no mínimo 30 minutos de antecedência de início do evento, quando dos eventos presenciais;

4.3.4 A execução do serviço de maneira virtual poderá ocorrer em qualquer local onde a **CONTRATADA** possua conexão de internet com qualidade de transmissão, uma vez que não esteja utilizando a mesma rede de internet da **CONTRATANTE**.

4.4 O **CONTRATANTE**, quando possível, entregará à **CONTRATADA** todo o material escrito sobre cada evento ou resumo da fala dos palestrantes, com antecedência mínima de até 72 (setenta e duas) horas;

4.5 O **CONTRATANTE** deverá se reunir, de forma virtual, e sem custos com a **CONTRATADA**, em data anterior ao evento, a fim de prestar os detalhes necessários à adequada prestação do serviço;

4.6 Os serviços do profissional em tradução e interpretação de libras, quando executados em período superior a uma hora, deverá ser realizado em regime de revezamento, com, no mínimo, 02 (dois) profissionais por evento, conforme exigência da Lei Federal de nº 10436 de 24 de abril de 2002;

4.7 Na hipótese de algum dos serviços ultrapassar o período estabelecido de horas planejado para o evento, o valor será complementado proporcionalmente ao número de horas de serviço efetivamente prestado, excluindo-se os horários de refeição e deslocamento.

4.8 Não haverá empregados da **CONTRATADA** à disposição do **CONTRATANTE**, em tempo integral, nas suas instalações;

4.9 A atuação dos profissionais deverá satisfazer requisitos profissionais em nível compatível com as atribuições que lhes forem delegadas, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 O recebimento provisório dos serviços realizados ficará sob a incumbência do fiscal do contrato e se dará mediante termo, no prazo de 01 (um) dia corrido, contados da finalização dos serviços, com a discriminação dos serviços efetivamente realizados;

5.2 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

5.2.1 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 01 (uma) hora corrida, a contar da notificação da **CONTRATADA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.2.2 Eventual instabilidade na prestação do serviço deverá ser suprida no prazo máximo do item 5.2.1, assegurado à **CONTRATADA** a possibilidade de adoção de eventual solução alternativa, neste prazo, a fim de segurar a continuidade da prestação do serviço;

5.2.3 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a **CONTRATADA** obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

5.3 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/2023, devendo ocorrer no prazo de até 03 (três) dias, contados do recebimento provisório;

5.4 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

6.1 O preço unitário para plena execução do objeto contratual é de **R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais)**, equivalente ao valor da hora dos serviços;

6.2 Para efeito de previsão dá-se ao presente Contrato o valor global de R\$ 39.200,00 (trinta e nove mil e duzentos reais) equivalente ao quantitativo de 112 horas de serviços;

6.2.1 O valor global é meramente estimativo, não cabendo à **CONTRATADA**, portanto, quaisquer direitos de cobrança caso o montante estipulado neste item não seja atingido durante a vigência deste instrumento, porquanto o pagamento ocorrerá em razão da quantidade de serviços efetivamente executados;

6.3 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da **CONTRATADA** envolvido na execução do objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1 Os pagamentos serão processados conforme ordem cronológica de pagamento, nos termos disciplinados no art.141 da Lei Federal de nº14.133/21;

7.2 O faturamento referente ao objeto deste contrato será efetuado em múltiplos faturamentos, sendo cada um realizado após a execução de cada pedido / empenho;

7.3 O pagamento será processado mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da **CONTRATADA**, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do **TERMO DE RECEBIMENTO** pelo **CONTRATANTE**;

7.4 Os pagamentos serão processados no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação indicada no **item 7.3**, desde que não haja pendência a ser regularizada;

7.4.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

7.4.2 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento;

7.5 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto consignado na **Cláusula Primeira**;

7.6 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

7.7 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de

recursos do Estado da Bahia;

7.8 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto nos **itens 7.4 e 7.4.1**.

7.8.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **CONTRATANTE**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**.

7.9 No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

CLÁUSULA OITAVA – DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

8.1 A concessão de reajustamento ocorrerá após o transcurso do prazo de 01 (um) ano da data do orçamento estimado pela Administração, qual seja, 12 de junho de 2024, mediante aplicação do INPC/IBGE relativo ao período decorrido entre a referida data e a data da efetiva concessão do reajuste;

8.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

8.1.2 Os valores reajustados incidirão sobre as parcelas de serviços a serem executadas após o prazo de que cuida o item 8.1;

8.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços será realizada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

8.2 O reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento da Contratada quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

8.2.1. O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas hipóteses do art. 124, II, “d”, ou do art. 135 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de um ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002;

8.2.2. Na hipótese de contratos de fornecimento contínuos, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021, sob pena de preclusão;

8.2.2.1. Fica convencionado que, nos casos de contrato de fornecimento contínuos com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio

econômico-financeiro do contrato deverá observar a disposição do **subitem 8.2.1**;

8.3 O **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentado pela Contratada (art. 92, inciso XI, c/c 123, parágrafo único da Lei nº 14.133, de 2021);

8.4 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do Contratante deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Orçamentária/Unidade Gestora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos (Fonte)	Natureza da Despesa
40.101/0011	4083	100	9900	33.90.39

CLÁUSULA DÉCIMA - DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

10.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

10.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

10.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

10.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

10.2.3 Promover, com a presença da **CONTRATADA**, a verificação dos serviços já efetuados;

10.2.4 Esclarecer as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

10.2.5 Manter anotação em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do

contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

10.2.6 Informar aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

10.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

10.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato;

10.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

10.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

10.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**;

10.5 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato;

10.6 A gestão e a fiscalização contratual observará, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia que venham a ser publicados para disciplina da matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Além das determinações contidas na Cláusula **QUARTA - do Regime e da forma de execução** deste contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

11.2 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no presente contrato, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente do **CONTRATANTE**, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;

11.2.1 A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

11.3 Prestar diretamente os serviços ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, sendo vedada a subcontratação, ainda que parcial, do objeto contratado;

11.4 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução e aos fornecimentos objeto deste instrumento;

11.5 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente execução dos serviços objeto deste contrato;

11.6 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação;

11.7 Assegurar que os serviços objeto deste contrato não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

11.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

11.8.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;

11.9 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição do objeto, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, competindo ao fornecedor, ainda, observar, de acordo com a previsão da legislação tributária aplicável, nas hipóteses de retenção de tributos pelo **CONTRATANTE**, a necessidade de seu destaque, se cabível, bem como a discriminação das informações requeridas nas Notas Fiscais, conforme os comandos legais específicos;

11.10 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.11 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

11.12 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

11.13 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

11.14 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;

11.15 Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

11.16 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.17 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, ou do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

11.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.19 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**;

11.20 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

11.21 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

11.22 Compete à **CONTRATADA**, ainda:

11.22.1 Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto do interesse da **CONTRATANTE** ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da contratação, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, conforme o caso;

11.22.2 Repor imediatamente os profissionais a serviço dos eventos, no caso de ausência ou dispensa;

11.22.3 Enviar para o **CONTRATANTE** em até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da prestação dos serviços, documento contendo todas as informações necessárias dos profissionais disponibilizados;

11.22.4 Relatar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.22.5 Garantir a cessão de uso de voz e imagem do tradutor(a), na hipótese de realização de eventos de forma virtual;

11.22.6 Conceder ao **CONTRATANTE** o direito de uso de imagem e voz, do tradutor, na hipótese de realização de eventos de forma virtual;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

12.2 Fornecer as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratada;

12.3 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos na **cláusula sétima**;

12.4 Permitir o acesso da **CONTRATADA** às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços;

12.5 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

12.6 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato;

12.7 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:

12.7.1 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data da conclusão da instrução do requerimento sobre o qual deverá se manifestar, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

12.7.2 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data da conclusão da instrução do requerimento, para responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

13.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

13.2 A **CONTRATADA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **CONTRATANTE**;

13.3 A **CONTRATADA** fica obrigada a comunicar ao **Ministério Público do Estado da Bahia**, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD;

13.4 A **CONTRATADA** cooperará com o **CONTRATANTE** no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral;

13.5 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

Não será exigida garantia da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/23, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

15.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

15.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

15.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

15.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

15.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

15.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

15.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

15.3.1 **Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

15.3.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 15.2.2, a 15.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);

15.3.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 15.2.5 a 15.2.10, acima, bem como nas alíneas 15.2.2 a 15.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);

15.3.4 Multa:

15.3.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

15.3.4.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas nas alíneas 15.2.6 a 15.2.10;

15.3.4.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas na alínea 15.2.3 e 15.2.4;

15.3.4.4 Para as infrações constantes das alíneas 15.2.1, 15.2.2 e 15.2.5, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

15.3.4.5 Será admitida medida cautelar destinada a garantir o resultado útil do processo administrativo sancionatório, de forma antecedente ou incidental à sua instauração, inclusive a retenção provisória do valor correspondente à estimativa da sanção de multa;

15.3.4.5.1 O valor da retenção provisória a que se refere o subitem anterior deste artigo não poderá exceder ao limite máximo estabelecido no §3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

15.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**;

15.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

15.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação;

15.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme o caso;

15.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

15.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa aa contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

15.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.7.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.7.2 As peculiaridades do caso concreto;

15.7.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.7.4 Os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;

15.7.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

15.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Estadual nº 14.634/23, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei;

15.9 A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

15.10 O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal;

15.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21 e da Lei Estadual de nº 14.634/23;

15.12 Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e da Lei Estadual de nº 14.634/23;

16.2 A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia análise da Assessoria Jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês;

16.4 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração do termo aditivo, na forma do artigo 136, da Lei 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

17.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

17.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

17.1.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da contratada pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;

17.1.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação;

17.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como de forma consensual, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

17.2.1 A extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta (arts. 138, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração (art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial (art. 138, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021);

17.2.2 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

17.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser

formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

17.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

17.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.3.3 Indenizações e multas.

17.4 O contrato poderá ser extinto, ainda:

17.4.1 Caso se constate que a contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

17.4.2 Caso se constate que a pessoa jurídica **CONTRATADA** possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

18.1 A utilização de mão de obra, pela **CONTRATADA**, para execução dos serviços objeto do presente contrato não ensejará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**;

18.2 São vedadas à **CONTRATADA** a subcontratação de mão de obra e a transferência a terceiros da execução dos serviços objeto do presente instrumento;

18.2.1 Fica garantido o direito de regresso do **CONTRATANTE**, perante a **CONTRATADA**, para ressarcimento de toda e qualquer despesa trabalhista, previdenciária ou de cunho indenizatório que venha a ser condenado a pagar, na eventual hipótese de vir a ser demandado judicialmente, relativamente à execução do objeto contratual, por qualquer empregado ou subcontratado da **CONTRATADA** ou por qualquer pessoa que, ainda que irregularmente, execute o objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICIDADE

O **CONTRATANTE** será responsável pela publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do **Salvador-Bahia**, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato;

21.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

21.3 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e estadual nº 14.634 de 2023 e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 12.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos;

21.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o Contrato, mediante justificativa expressa, nas hipóteses previstas na Lei Federal 14.133/21 e na forma de Lei Estadual de nº 14.634/23 para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

21.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento/revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

21.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

21.7 O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado;

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato para que produza seus efeitos legais.

Salvador, 2024.

FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSAO LTDA
Johnny Máximo Lourenço e Siqueira
Sócio

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
André Luis Sant'Ana Ribeiro
Superintendente de Gestão Administrativa



(Assinado e datado eletronicamente/digitalmente)

APENSO ÚNICO – CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES / EVENTOS

	Eventos: Seminários, Congressos, Oficinas, Workshops e outros indicados pelo MP.	Data	Carga horária estimada por evento	Mês de realização
1	Seminário sobre o combate ao bullying e racismo nas escolas.	15/08	8h	Agosto
2	Workshop Letramento Racial (Raça/etnia - conceito; Mito da Democracia Racial; Racismo Estrutural; Lugar de Fala; Colorismo e Afroconveniência na Política de Cotas Raciais).	Data a definir	8h	Julho
3	Seminário Desafios do acesso aos direitos através da Heteroidentificação:	Data a definir	8h	
4	2ª Edição do MPBA no Novembro Negro	Data a definir	12	Novembro
5	Realização de cursos de formação com e para pcd, preferencialmente ministrados por pcd	Data a definir	08	Agosto - novembro
6	Seminário sobre LGBTQFobia em parceria com conselhos e secretarias com Sociedade em geral sobre.	Data a definir	08	Julho
7	Realizar e participar de cursos/seminários sobre as questões de antirracismo institucional.	Data a definir	10	Julho/Agosto
8	Oficina sobre utilização do aplicativo de Comunicação Acessível	Data a definir	04	Setembro
9	Realizar Lives, Seminários, Audiências Públicas, Parcerias e Convênios com Instituições Públicas e Privadas, inclusive de ensino	Data a definir	08	Julho - dezembro
10	Realizar 2 Seminários com interlocução do MP, Academia e Sociedade Civil, sendo o 1º - Velhices/LGBT e 2º - Saúde LGBT	Data a definir	08	Julho - dezembro
11	Fórum Estadual De Combate A Violências Contra Pessoas Com Deficiência: realizar palestras com conferencistas com expertise na temática	Data a definir	08	Setembro
12	Atuação Em Conjunto Com A Frente Parlamentar De Defesa Da Pessoa Idosa: Realizar de cursos, seminários, reuniões e afins	Data a definir	08	Setembro
13	Defesa das comunidades e povos tradicionais: Realizar e participar de eventos, visitas e reuniões ligados a temática quando demandado por sociedade civil/instituições	Data a definir	08	Julho - dezembro
	Eventos a definir pelo MP	Data a definir	06	Julho - dezembro
		Total	112	



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Prezados,

Conforme despacho (1116588) este CAODH valida a presente Minuta de Contrato.

Foi feito o envio da Minuta de Contrato para validação da empresa selecionada, sendo esta favorável com a emissão da versão definitiva e posterior assinatura, conforme e-mail anexo.

Encaminhe-se à Coordenação de Contratos e Convênios para providências pertinentes.

Salvador, 27 de junho de 2024.

Alex Lima
Coordenador Administrativo II
Coordenação do CAODH



Documento assinado eletronicamente por **Alex Santana Lima** em 20/06/2024, às 15:06:00. A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://seisistemasmp-a9mp9r/sei/controlador_externo9.p?acao=documento_controlador&id_orgao_acesso_externo=6 informando o código de verificação 1118736 e o código CRC 30BB338F9.



A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://seisistemasmp-a9mp9r/sei/controlador_externo9.p?acao=documento_controlador&id_orgao_acesso_externo=6 informando o código de verificação 1118736 e o código CRC 30BB338F9.

Re: Encaminha minuta de contrato para conhecimento e validação

Farol <farolacessibilidade@gmail.com>

Qua, 26/06/2024 17:05

Para: Alex Santana Lima <alex@mpba.mp.br>

Prezado, damos ciência ao conteúdo da minuta de contrato e concordamos com a emissão da versão definitiva e posterior assinatura.

Att.

Em qua., 26 de jun. de 2024 às 11:17, Alex Santana Lima <alex@mpba.mp.br> escreveu:

Prezados Senhores,

Cumprimentando-os cordialmente, encaminhamos em anexo minuta do contrato a ser celebrado entre o Ministério Público do Estado da Bahia e a Empresa Farol Acessibilidade e Inclusão para conhecimento dos termos do contrato e validação.

Havendo necessidade de ajuste/sugestões de alterações, solicitamos a indicação destes, para análise e eventual adequação do instrumento.

Não havendo necessidade de ajuste, solicitamos a devolução do expediente com manifestação acerca da validação do instrumento para que possamos dar o encaminhamento devido.

Atenciosamente,

Alex Lima

Coordenador Administrativo II

Centro de Apoio aos Direitos Humanos

Ministério Público do Estado da Bahia

Telefone: (71) 3103-0344 | alex@mpba.mp.br



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Trata-se de procedimento de dispensa de licitação, **instruído com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e Estadual/BA nº 14.634/2023**, catalogada nesta unidade sob o nº **112/2024**, encaminhado pela **Coordenação do CAODH**, para a **contratação de empresa para prestação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia**, conforme informações contidas no Documento de Formalização da Demanda (doc 1097194) e no Termo de Referência (doc 1115858).

De acordo com os documentos constantes nos autos, fora realizada pesquisa de preço, tendo sido apresentada apenas 01 (uma) proposta, após realização do procedimento previsto no §3º do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021 e justificativa constante na Tabela de Preços (doc 1108063). Deste modo, a proposta selecionada foi a da empresa **FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSAO LTDA**, CNPJ nº **42.397.920/0001-35**, pelo preço total de **R\$ 39.200,00 (trinta e nove mil e duzentos reais)**, conforme proposta 1107587.

Diante do exposto, remetemos o expediente para análise e manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica da Superintendência de Gestão Administrativa, acompanhado da **minuta de contrato validada (doc 1116685)** pela Unidade Demandante (doc.1118736) e pela referida empresa, conforme documento 1118769.

Milena Mª Cardoso do Nascimento

Assistente Técnico-Administrativo

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.176

Paula Souza de Paula Marques

Gerente

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 10/62/1614, às 7: f: 4, conforme Nto v ormatio nº 5640, de 7: de Dezembro de 1616 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 10/62/1614, às 7: f: 0, conforme Nto v ormatio nº 5640, de 7: de Dezembro de 1616 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6 informando o código de verificação 1119023 e o código CRC D558E6E5.



PARECER

Procedimento n.º:	19.09.02180.0014605/2024-16
Interessado(a):	Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH)
Espécie:	Dispensa de licitação

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. ART. 75, II, LEI N.º 14.133/2021. PEQUENO VALOR. PELA REGULARIDADE JURÍDICA. 1. Na forma do art. 53, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021, o órgão de assessoramento jurídico da Administração realizará controle prévio de legalidade das contratações. 2. É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente. 3. O Ato Normativo n.º 004/2024 dispensou a análise jurídica nas contratações diretas de pequeno valor, salvo suscitação de dúvida ou existência de minuta contratual. 4. Pela regularidade jurídica. 5. Recomendação.

PARECER N.º. 378/2024

I – RELATÓRIO

O Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH) requer autorização para realização de contratação direta, mediante dispensa de licitação, na modalidade de pequeno valor, do **serviço de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais - Libras/Língua Portuguesa** para eventos institucionais, conforme especificações dos autos, no valor unitário de **R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais)** por hora e total de **R\$ 39.200,00 (trinta e nove mil e duzentos reais)**.

Instrui o expediente o documento de formalização de demanda, o termo de referência, aviso prévio, propostas de preço, tabela de preços, documentos de habilitação, informações orçamentárias, dentre outros.

É o breve relatório.

II – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente opinativo se enquadra na classificação de "*parecer obrigatório*", em decorrência do que estabelece o art. 53 da Lei n.º 14.133/2021 e art. 19 da Lei Estadual n.º 14.634/2023.

Cumpre ressaltar, também, em caráter preliminar, que o órgão de assessoramento jurídico não pratica ato de gestão, nem aprecia elementos pertinentes à discricionariedade do gestor, não adentrando à conveniência e à oportunidade dos atos, assim como não interfere em aspectos técnicos do objeto sob responsabilidade de outros agentes e setores da Administração.

Ainda de modo preliminar, é oportuno destacar que o art. 193, II, da Lei n.º 14.133/2021, revogou, em 30 de dezembro de 2023, as Leis de n.º 8.666/93 e 10.520/200, bem como os arts. 1º a 47 da Lei n.º 12.462/2011. De igual modo, o art. 79 da Lei Estadual n.º 14.634/2023 revogou a Lei Estadual n.º 9.433/2005 no dia 30 de dezembro de 2023. Dessa forma, a presente contratação é regida pela Lei n.º 14.133/2021 e, no que couber, pela Lei Estadual n.º 14.634/2023.

II.1 Hipóteses que demandam análise jurídica:

É oportuno destacar, ainda, que embora as dispensas de licitação de pequeno valor, no regime jurídico anterior, não demandassem análise jurídica, em decorrência de expressa previsão legal (salvo suscitação de dúvida pela autoridade competente ou existência de minuta contratual), a legislação atual exige, de forma expressa, ato da autoridade máxima para que seja dispensada a análise jurídica. Vejamos o que dispõe a Lei n.º 14.133/2021:

Art. 53.

§ 5º É dispensável a análise jurídica nas hipóteses **previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente**, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou

outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.

A seu turno, vejamos a Lei Estadual n.º 14.634/2023:

Art. 19.....

§ 1º - Poderá ser dispensada a análise jurídica individualizada nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, conforme os seguintes critérios:

I - o baixo valor;

II - a baixa complexidade da contratação;

III - a entrega imediata do bem;

IV - a utilização de minutas e modelos de editais e instrumentos de contrato, de acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes e instrumentos congêneres previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico;

V - a existência de orientações jurídicas referenciais formalmente qualificadas.

Nesse sentido, a Procuradoria Geral de Justiça editou o Ato Normativo n.º 004/2024, dispensando a análise jurídica para a hipótese em epígrafe:

Art. 18. Será dispensável a análise jurídica dos procedimentos de contratação direta nas seguintes hipóteses:

I – dispensas de pequeno valor, com fundamento no art. 75, incisos I, e II, da Lei Federal nº 14.133/21, **salvo** se houver previsão de celebração de contrato não padronizado, ou nas hipóteses em que o gestor tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade do procedimento;

Assim dispõe a Lei n.º 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

O valor mencionado no dispositivo supramencionado já seria suficiente para açambarcar a presente contratação, pois alcançou o montante de **R\$ 39.200,00 (trinta e nove mil e duzentos reais)**. Nada obstante, o art. 182 da Lei n.º 14.133/2021 estabelece que os valores serão atualizados, a cada dia 1º de janeiro, pelo IPCA-E ou por índice que venha a substituí-lo. Atualmente, portanto, vigora o Decreto Federal n.º 11.871/2023, que, para a presente finalidade, fixou o valor de **R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos)**.

É importante salientar que o Ministério Público do Estado da Bahia, em razão da sua natureza de órgão constitucionalmente autônomo, possui competência para fixar limites distintos. O Ato Normativo n.º 004/2024 assim dispôs:

Art. 23. O MPBA adotará as atualizações de valores publicados pelo Poder Executivo federal, na forma do art. 182 da Lei Federal nº. 14.133/21.

O Ministério Público do Estado da Bahia, dessa forma, optou por seguir os limites utilizados no âmbito federal. Caso não tivesse manifestado sua opção, ainda assim seria aplicado o limite estabelecido em âmbito federal, consoante prevê o art. 24 da Lei Estadual n.º 14.634/2023:

Art. 24 - O titular de Poder ou de órgão dotado de autonomia constitucional poderá, por ato normativo, fixar limites de valor, alçada, vulto e congêneres aplicáveis às suas licitações e contratações, desde que não ultrapassem os que tenham sido estabelecidos para situação idêntica pela União.

Parágrafo único - Na ausência da expedição do ato normativo a que se refere o caput deste artigo, prevalecerão os limites previstos na Lei Federal nº14.133, de 01 de abril de 2021.

Nesse diapasão, considerando que a proposta de menor preço não ultrapassa o referido limite legal, a presente contratação não demandaria análise jurídica. Nada obstante, a unidade gestora solicitou a elaboração de minuta contratual, atraindo a análise jurídica.

II.II Da contratação direta:

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 determina que, em regra, as contratações firmadas pela Administração Pública serão objeto de prévia licitação, como forma de garantir a efetivação dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, competição, vantajosidade, dentre outros. Nesse sentido é o que dispõe o art. 37, inciso XXI:

Art. 37.

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Como se pode observar no referido dispositivo, a Carta Magna de 1988 faz uma ressalva quanto aos casos especificados na legislação, possibilitando a contratação direta, mediante dispensa ou inexistência, em situações excepcionais. Esse é também o escólio da doutrina:

As situações excepcionais ocorrem quando a competição se revela de todo inviável ou, analisado o caso concreto, possa causar prejuízo à Administração. Em tais hipóteses, o procedimento licitatório pode ser inexistente ou dispensado, justificando-se a contratação direta, o que, ainda assim, exige prévio procedimento formal. (HUPSEL, Edite Mesquita. COSTA, Leyla Bianca Correia Lima da. *Comentários à lei de licitações e contratações do Estado da Bahia*, 2010, p. 176).

Cumprido analisar, portanto, se a presente contratação se amolda a alguma das hipóteses de contratação direta especificadas na legislação.

II.III Da instrução processual:

O art. 72 da Lei n.º 14.133/2021 exige a seguinte documentação:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

II.III.I Documento de formalização de demanda:

O documento de formalização de demanda está presente nos autos.

II.III.II Estudo técnico preliminar e análise de riscos:

Não há, nos autos, estudo técnico preliminar e análise de riscos. A expressão "*se for o caso*" permite inferir que os referidos documentos não são obrigatórios. O art. 17, § 1º, do Ato Normativo n.º 004/2024, contudo, estabelece o seguinte:

Art. 17. Os processos de contratação direta deverão ser instruídos com os documentos previstos no art. 72, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

§ 1º Nas dispensas e inexigibilidades cujos valores observem os limites previstos nos incisos I e II do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, respectivamente, **mediante justificativa formalizada no processo, é dispensável a elaboração de estudo técnico preliminar, análise de riscos e projetos básico e executivo**, salvo identificação de eventual necessidade pela área demandante ou deliberação expressa em contrário que determine a correspondente elaboração.

Há, portanto, uma presunção normativa de que, nas dispensas de pequeno valor, não se exigirá estudo técnico preliminar, análise de riscos e projetos básico e executivo. A exceção deverá ser identificada pela área demandante, motivo pelo qual torna-se desnecessária a justificativa acerca da não adoção de tais instrumentos no caso concreto.

II.III.III Termo de Referência:

O Termo de Referência está colacionado aos autos.

II.III.IV Estimativa da despesa:

Em relação à estimativa da despesa, consta dos autos pesquisa de mercado com fornecedores. A Lei n.º 14.133/2021 dispõe que:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a **potencial economia de escala** e as **peculiaridades do local de execução do objeto**.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

[...]

§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

No documento "tabela de preços" consta a justificativa apresentada pela área interessada. Dessa forma, para fins da análise jurídica, resta justificada a pesquisa de preços, sem prejuízo da responsabilidade do agente público quanto ao valor estabelecido.

II.III.V Parecer jurídico e parecer técnico:

O art. 72, III, da Lei n.º 14.133/2021 menciona a expressão "*se for o caso*", motivo pelo qual, mediante análise sistemática em conjunto com o art. 53, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021 e art. 19, § 1º, da Lei Estadual n.º 14.634/2023, o parecer jurídico não será sempre obrigatório, consoante demonstrado no tópico II.I do presente opinativo.

A seu turno, não há indicação nos autos da necessidade de emissão de parecer técnico para a presente contratação, motivo pelo qual resta dispensado tal requisito no caso concreto.

II.III.VI Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido:

Em relação às informações orçamentárias, consta dos autos que as despesas correrão por conta do projeto/atividade **4083**, elemento da despesa **3.3.90.39**, com saldo de dotação orçamentária de **R\$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais)**.

De igual modo, consta dos autos declaração do ordenador de despesa acerca da adequação orçamentária e financeira da despesa com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).

II.III.VII Requisitos de habilitação e qualificação mínima:

Quanto aos documentos de habilitação, a Administração poderá exigir aqueles previstos nos arts. 62 a 70 da Lei n.º 14.133/2021. Contudo, existe margem de discricionariedade em relação a alguns deles, motivo pelo qual não é obrigatório que a Administração exija todos os documentos para todas as contratações. Vejamos o que dispõe o Ato Normativo n.º 004/2024:

Art. 17.....

§ 5º Sem prejuízo à inclusão de outros documentos específicos legalmente admitidos, a demonstração de habilitação e qualificação do pretendo contratado deverá ser composta por, no mínimo:

I – ato constitutivo, estatuto ou contrato social da empresa, inscrição de empresário individual ou registro de microempreendedor individual (MEI), se pessoa jurídica;

II – comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ/ MF;

III – prova de regularidade perante a Fazenda Federal, inclusive INSS;

IV – prova de regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal, relativas ao seu domicílio;

V – prova de regularidade perante a Fazenda do Estado da Bahia;

VI – prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), se pessoa jurídica;

VII – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

VIII – declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

IX – declaração de adequação à Resolução Nº 37/2009 do CNMP.

In casu, é possível observar dos autos a exigência de habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, bem como os demais documentos. É oportuno destacar que a Lei Estadual n.º 14.634/2023 exige documento adicional:

Art. 65 - Na instrução do processo de contratação direta e de seus termos aditivos, deverá ser exigida a prova **deregularidade do interessado com a Fazenda do Estado da Bahia**, ou o compromisso de sua regularização e sua efetiva realização, como condição para celebração do contrato.

Entretanto, como a empresa vencedora já é sediada no Estado da Bahia, a referida exigência considera-se suprida pela certidão de regularidade estadual. A unidade gestora optou por exigir qualificação técnica, que foi comprovada nos autos.

II.III.VIII Razão da escolha do contratado e justificativa do preço:

No que concerne à razão da escolha do contratado, nos parece razoável presumir que o critério de julgamento, ao menos em regra, será o de menor preço. Essa foi a escolha da Administração, razão pela qual a razão da escolha do contratado repousa naquela empresa que ofertou o menor preço. O mesmo motivo nos parece idôneo para fins de justificar o preço.

II.III.IX Autorização da autoridade competente:

A autorização da autoridade competente constitui requisito a ser preenchido quando da deliberação pelo Superintendente de Gestão Administrativa (ou substituto legal), mediante conveniência e oportunidade da Administração.

II.III.X Publicidade:

É oportuno destacar que o ato que autoriza a contratação direta deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

II.III.XI Necessidade de verificação de eventual penalidade:

O art. 91, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021, exige que, antes de formalizar o contrato, a Administração consulte o CEIS e o CNEP, emitindo as respectivas certidões, o que foi observado pela Administração.

II.III.XII Previsão no Plano de Contratações Anual:

Em decorrência do quanto previsto no art. 12 da Lei n.º 14.133/2021 e no Ato Normativo n.º 004/2024, faz-se necessário que a contratação esteja prevista no Plano de Contratações Anual, sem prejuízo da possibilidade de posterior inclusão. No caso concreto, o documento de formalização de demanda indica que a contratação está prevista no PCA.

II.IV Da minuta contratual

Analizada a minuta contratual, verifica-se a seguinte cláusula:

3.1 O prazo de vigência do presente Contrato é de 07 (sete) meses, a começar da data da (última) assinatura pelas partes, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 c/c artigo 6º, XV da Lei Federal nº 14.133/2021, e será formalizada por termo aditivo;

Nada obstante, não foi possível identificar, no termo de referência, a indicação de serviço ou fornecimento contínuo. Inclusive, no tópico 1.4 do termo de referência consta a marcação da opção "não se trata de serviço continuado". Dessa forma, **opina-se pelo encaminhamento do expediente à DCCL-CEACC para, em conjunto com a unidade gestora, verificar a real natureza do objeto a ser contratado e, se for caso, promover as alterações cabíveis.**

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Assessoria Técnico-Jurídica opina pela regularidade jurídica da dispensa de licitação em epígrafe, resguardada a conveniência e oportunidade da Administração, com a recomendação do tópico II.IV deste opinativo.

É o parecer, s.m.j. Encaminhe-se à Superintendência de Gestão Administrativa para deliberação.

Salvador, data da assinatura eletrônica.

Belª. Maria Paula Simões Silva

Assessora de Gabinete/SGA

Mat. 355.047

Bel. Eduardo Loula Novais de Paula

Analista Técnico-Jurídico/SGA

Mat. 353.707



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 20/26/424, às 3f4AaãconNrme vto ° ormatit0 n12, 6ãde : 5 de Dezembro de 4242 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Loula Novais De Paula** em 20/26/424, às 3f54ããconNrme vto ° ormatit0 n12, 6ãde : 5 de Dezembro de 4242 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A verificação da autenticidade do documento pode ser realizada no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código 7erificador **1119834** e o código CRC **1B5864C5**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Acolho o Parecer nº 378/2024 da Assessoria Técnico-Jurídica pelos seus fundamentos, e autorizo a contratação direta, mediante dispensa de licitação, na modalidade de pequeno valor, **do serviço de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais - Libras/Língua Portuguesa para eventos institucionais**, conforme especificações dos autos, **no valor unitário de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por hora e total de R\$ 39.200,00 (trinta e nove mil e duzentos reais).**

À DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios para, **em conjunto com a unidade gestora, verificar a real natureza do objeto a ser contratado e, se for caso, promover as alterações cabíveis, conforme recomendação do tópico II.IV do opinativo.**

HEIDE SOUZA SILVA

Superintendente de Gestão Administrativa em exercício
Portaria nº 165, de 02 de fevereiro de 2023



Documento assinado eletronicamente por **Heide Souza Silva** em 05/06/2024, às 13:22, conforme Ntº 046, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código de verificação **1126494** e o código CRC **EEEEDA99**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Em atenção à deliberação da Superintendência de Gestão Administrativa, encaminhamos o expediente à Unidade gestora, a fim de ajustar o Termo de Referência para compatibilizar a previsão de possibilidade (ou não) de prorrogação (item 3.13.3) com a natureza do objeto (item 1.3).

Após, retorne a esta Coordenação para os eventuais ajustes que se façam necessários.

Paula Souza de Paula Marques

Coordenadora Administrativa

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 08/07/2024, às 10:05, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1129279** e o código CRC **5424F6B8**.

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS**

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO	INDICAÇÃO DO ITEM (SE ÚNICO) OU FAMÍLIA (SE MÚLTIPLOS): Contratação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia. Os eventos poderão ocorrer de forma presencial (ao vivo, executado no local do evento), ou remotamente (gravado e reproduzido simultaneamente), com cessão de uso de imagem e voz.	
1.2 JUSTIFICATIVA: <u>QUANTITATIVO DEFINIDO</u>	Quantidade de horas definida conforme planejamento de realização no nº de 14 eventos com estimativa de carga horária para cada evento previsto pelo Ministério Público, conforme Apenso I.	
1.3 NATUREZA DO OBJETO	<input type="checkbox"/>	A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA, PONTUAL OU POR ESCOPO
	<input type="checkbox"/>	B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA
	<input checked="" type="checkbox"/>	C) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> <input checked="" type="checkbox"/> D.1) SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA <input type="checkbox"/> D.2) SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR RESULTADO (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO) <input type="checkbox"/> D.3) COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR POSTOS DE SERVIÇOS <input type="checkbox"/> D.4) COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR RESULTADO (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO)
	<input checked="" type="checkbox"/>	D) OUTRO(S). Prestação de serviço por demanda
1.4 JUSTIFICATIVA: <u>SERVIÇOS CONTINUADOS</u>	<input type="checkbox"/>	A) NÃO SE APLICA (<u>Não</u> se trata de contratação de serviços continuados)
	<input checked="" type="checkbox"/>	B) JUSTIFICATIVA: Considerando que a necessidade de tradutores de libras (interprete de libras Língua Brasileira de Sinais - Libras) vem se demonstrando como indispensável na realização de eventos institucionais, sobretudo pelo papel desempenhado pelo Ministério Público na garantia da acessibilidade e inclusão de todos e todas, observa-se que a contratação de profissional com tal expertise se revela contínua, na medida em que se fará presente nos eventos institucionais de diversas naturezas. Ademais, a Lei 10.436, determina que as instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos devem garantir formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil, bem como garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor, conforme arts. 2º e 3º da referida Lei.
1.5 JUSTIFICATIVA: <u>ENQUADRAMENTO COMO SERVIÇO(S) DE ENGENHARIA</u>	<input checked="" type="checkbox"/>	A) NÃO SE APLICA (<u>Não</u> se trata de contratação de serviços de engenharia)
	<input type="checkbox"/>	B) SERVIÇO(S) ENQUADRADO(S) COMO “SERVIÇO(S) DE ENGENHARIA” ➤ FUNDAMENTAÇÃO:

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS**

		<p>➤ ITEMS APLICÁVEIS - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() A) TODOS OS ITENS</p> <p>() B) PARTE DOS ITENS:</p>
1.6 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO		<p>A presente contratação visa atender a necessidade contínua do serviço de intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), na realização de eventos institucionais do Ministério Público do Estado da Bahia abertos ao grande público, e considerando a Lei Federal de nº 10436 de 24 de abril de 2002, que em seu 1º Artigo - reconhece a linguagem de sinais (LIBRAS) como um meio legal de comunicação e expressão. Considerando a Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), aborda de maneira explícita no Capítulo IV, Art. 27 que a <i>Educação constitui direito da pessoa com deficiência (...)</i>, ainda neste artigo, no seu Parágrafo único, define como dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade - <i>Assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação</i>. Com todo exposto evidencia-se a necessidade da contratação (por demanda) de profissional Tradutor e Interpretador simultâneo em Libras que acompanhe as atividades do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos do Ministério Público da Bahia, possibilitando às pessoas cegas, com baixa visão, idosos, pessoas com deficiência intelectual e auditiva, tenham acesso as informações, visando promover a inclusão, inclusive em cumprimento a Constituição Federal em seu 5º Art., na afirmativa de que - <i>Todos são iguais perante a lei, (...)</i>.</p> <p>Ainda a Resolução nº 230/2016, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que disciplina quanto à adoção de medidas voltadas à promoção de acessibilidade para pessoas com deficiência, dando ênfase ao seguinte inciso do artigo 10 da mencionada resolução: XIII – Utilização de intérprete de Língua Brasileira de Sinais, comunicação em linguagem acessível em todas as manifestações públicas, dentre elas propagandas, pronunciamentos oficiais, vídeos educativos, eventos e reuniões.</p> <p>Considerando os objetivos do Plano Estratégico deste Ministério que estabelece sua missão em <i>Defender a Sociedade e o Regime Democrático para Garantia da Cidadania Plena</i>.</p> <p>Por todo acima exposto, e com foco na igualdade de direitos, entendendo que sem acesso as pessoas com deficiência não podem exercer plenamente a cidadania, é que reforçamos a necessidade desta contratação, feito que confirma o Ministério Público da Bahia como uma instituição de excelência, indutora do respeito aos direitos fundamentais e interesses sociais de toda a Sociedade.</p>
1.7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO		<p>Cuida-se de prestação de serviços de intérprete de Libras/Língua Brasileira de Sinais, visando tornar acessível às pessoas com deficiência auditiva as palestras proferidas em eventos institucionais. A solução atende às necessidades da administração, tendo se revelado a mais adequada à pretensão administrativa, na medida em que possibilita a efetiva participação de todos. O objeto compreende a execução dos serviços de intérpretes de LIBRAS, a partir da última</p>

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS**

	assinatura do contrato, até a 30/12/2024, contemplando, ainda, regras de transição contratual, etapas de adaptação.		
2. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR			
2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	2.1.1 BASE LEGAL – <u>ADEQUAR TEXTO À REALIDADE DA CONTRATAÇÃO:</u> A seleção do fornecedor será por dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo menor preço praticado, a partir de pesquisa de preços realizada no mercado local.		
	2.1.2 DIVULGAÇÃO DE AVISO PRÉVIO PARA COTAÇÃO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u>		
	<div style="text-align: center;"><input type="radio"/></div>	A) NÃO SE APLICA, CONFORME A SEGUINTE JUSTIFICATIVA: Não se recomenda a adoção do procedimento previsto no art. 75, §3º (divulgação de aviso pelo prazo mínimo de 3 dias úteis) em razão de	
	<div style="text-align: center;"><input checked="" type="radio"/></div>	B) REGRAS: ➤ E-mail para encaminhamento de propostas*: <u>Caodh@mpba.mp.br</u> e <u>Alex@mpba.mp.br</u> ➤ Telefone para contato*: 71-3103.0345 ➤ Prazo para envio das propostas por e-mail: 03 (três) dias úteis	
2.2 HABILITAÇÃO	<div style="text-align: center;"><input checked="" type="radio"/></div>	A) JURÍDICA – <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> (x) A.1) DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DA PESSOA JURÍDICA (Cartão CNPJ e ato constitutivo); () A.2) DOCUMENTOS PESSOAIS DA PESSOA FÍSICA (Documento oficial de identificação pessoal e cartão CPF, caso esta numeração não conste no primeiro)	
	<div style="text-align: center;"><input checked="" type="radio"/></div>	B) FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, a englobar: B.1) Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Federal e INSS; B.2) Certidão de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Pública do Estado da Bahia; B.3) Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Pública do Estado sede da empresa ou do domicílio da pessoa física – caso não seja Bahia; B.4) Certidão de regularidade com a Fazenda Pública Municipal do município-sede do fornecedor selecionado; B.5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (se pessoa jurídica); B.6) Certidão de Regularidade do FGTS (se pessoa jurídica);	

TERMO DE REFERÊNCIA - DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR -
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	(x)	<p>C) TÉCNICA (FACULTATIVO):</p> <p>A contratada deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica que comprove o atendimento para os serviços. O referido documento poderá ter sido firmado por órgão público ou pessoa jurídica de direito privado, comprovando a prestação dos serviços de maneira satisfatória e compatíveis com suas características, quantidades e prazos com o objeto contratado. Os Atestados de Capacidade Técnica poderão ser cumulativos e complementares, além disso poderão ambas as exigências constarem num mesmo atestado.</p>
	()	<p>D) ECONÔMICO-FINANCEIRA (FACULTATIVO):</p> <p>() D.1) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA</p> <p>() D.2) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, COM INIDICAÇÃO DE ÍNDICES. ESPECIFICAR:</p> <p>➤ Justificar opção “D.2” (Em caso positivo):</p> <p>➤ ÍNDICES CONTÁBEIS APLICÁVEIS – ESCOLHER QUANTOS CABÍVEIS:</p> <p>() 1. Liquidez Corrente (ILC), que deverá ser:</p> <p>() Maior que 01 (um) () Outro. Indicar:</p> <p>() 2. Liquidez Geral (LG), que deverá ser:</p> <p>() Maior que 01 (um) () Outro. Indicar:</p> <p>() 3. Solvência Geral (SG), que deverá ser:</p> <p>() Maior que 01 (um) () Outro. Indicar:</p> <p>() 4. Outro. Indicar:</p> <p>() D.3) DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU CAPITAL SOCIAL, igual ou superior a ____ % do valor da licitação (limite legal: 10%);</p> <p>➤ Justificar opção “D.3” (Em caso positivo):</p>

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 REGIME DE EXECUÇÃO	()	A) EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
	(X)	B) EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
	()	C) OUTRO. Indicar:

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

3.2 RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO	<p>➤ PRAZO: 02 dias. Contagem – ESCOLHER UMA OPÇÃO: <input type="checkbox"/>) Úteis <input checked="" type="checkbox"/>) Corridos</p> <p>3.2.1. Prazo contado a partir da notificação pela Administração, que ocorrerá, preferencialmente, através de envio de e-mail para o endereço indicado na proposta de preços.</p> <p>3.2.2. As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).</p> <p>3.2.3. A Contratada poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração.</p>						
3.3 FORMA DE EXECUÇÃO	<p>➤ LOCAL(IS) DE EXECUÇÃO: Presencialmente: na Sede do Ministério Público do Estado da Bahia – CAB: 5ª Avenida, nº 750, do CAB - Salvador, BA - Brasil - CEP: 41.745-004. Sede do Ministério Público do Estado da Bahia – Nazaré - Avenida Joana Angélica, nº 1.312, Nazaré -Salvador, BA- CEP: 40.050-001, ou em local diverso das Sedes do MPBA, desde que dentro da comarca de Salvador/Ba. Em ambiente virtual, onde a contratante tenha ou possua conexão de internet com qualidade de transmissão.</p> <p>➤ DIAS E HORÁRIOS PARA EXECUÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p style="margin-left: 20px;"><input type="checkbox"/>) A) NÃO SE APLICA</p> <p style="margin-left: 20px;"><input checked="" type="checkbox"/>) B) REGRAS: das 08 às 22h Conforme programação dos eventos</p> <p>➤ DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO :</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 - Execução deve ser agendada por: Centro de Apoio aos Direitos Humanos: (71) 3103.0345, Caodh@mpba.mp.br e Alex@mpba.mp.br; O agendamento deverá ser feito com antecedência de 08 (oito) dias corridos. 2 - A contratada deverá chegar ao local do evento com no mínimo 30 minutos de antecedência de início do evento; 3 - Os serviços do profissional em tradução e interpretação de Libras serão disponibilizados, quando em período superior a uma hora, deverá ser realizado em regime de revezamento, com, no mínimo, 2 (dois) profissionais por evento, conforme exigência da Lei Federal de nº 10436 de 24 de abril de 2002; 4 – A contratante irá se reunir de forma virtual, e sem custos com a CONTRATADA em data anterior ao evento, a fim de prestar os detalhes necessários à adequada prestação do serviço; 5 - Quando possível, a contratante entregará à CONTRATADA todo o material escrito sobre cada evento ou resumo da fala dos palestrantes, com antecedência mínima de até 72 (setenta e duas) horas; 6 - Para eventos presenciais a contratante reservará espaço/local adequado para o posicionamento das/dos TILSP, visando garantir a qualidade do serviço. 7. Na hipótese de algum dos serviços ultrapassar o período estabelecido de horas planejado para o evento, o valor será complementado proporcionalmente ao número de horas de serviço efetivamente prestado, excluindo-se os horários de refeição e deslocamento. 						
3.4 PRAZO(S) DE EXECUÇÃO	<p><input checked="" type="checkbox"/>) A) REGRAS (SUGESTÃO):</p> <p>➤ PRAZO(S) DE EXECUÇÃO – INDIVIDUALIZAR POR SERVIÇO:</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; margin-top: 10px;"> <thead> <tr> <th style="width: 40%;">SERVIÇO</th><th style="width: 20%;">PRAZO EM DIAS</th><th style="width: 40%;">CONTAGEM</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Contratação de serviços de tradutor/intérprete simul-</td><td style="text-align: center;">01</td><td><input type="checkbox"/>) Úteis <input checked="" type="checkbox"/>) Corridos</td></tr> </tbody> </table>	SERVIÇO	PRAZO EM DIAS	CONTAGEM	Contratação de serviços de tradutor/intérprete simul-	01	<input type="checkbox"/>) Úteis <input checked="" type="checkbox"/>) Corridos
SERVIÇO	PRAZO EM DIAS	CONTAGEM					
Contratação de serviços de tradutor/intérprete simul-	01	<input type="checkbox"/>) Úteis <input checked="" type="checkbox"/>) Corridos					

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS**

		<table border="1"> <tr> <td data-bbox="606 210 965 790"> <p>tâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia, através do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos. Os eventos poderão ocorrer de forma presencial (ao vivo, executado no local do evento), ou remotamente (gravado e reproduzido simultaneamente), com cessão de uso de imagem e voz.</p> </td> <td data-bbox="965 210 1177 790"></td> <td data-bbox="1177 210 1465 790"></td> </tr> <tr> <td data-bbox="606 790 965 842"></td> <td data-bbox="965 790 1177 842"></td> <td data-bbox="1177 790 1465 842"> <p>() Úteis () Corridos</p> </td> </tr> </table> <p>➤ PRAZO(S) CONTADO A PARTIR DE - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO</u>:</p> <p>(x) A) RECEBIMENTO DO EMPENHO PELO FORNECEDOR (REGRA GERAL)</p> <p>() B) OUTRO – Informar:</p> <p>➤ PRAZO PARA FINALIZAÇÃO TOTAL DOS SERVIÇOS (SE HOUVER): Os serviços serão finalizados com o término dos eventos.</p> <p>➤ ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO(S) PRAZO(S) DE EXECUÇÃO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO</u>:</p> <p>(x) A) NÃO</p> <p>() B) SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de execução consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato aceito pela Instituição.</p>	<p>tâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia, através do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos. Os eventos poderão ocorrer de forma presencial (ao vivo, executado no local do evento), ou remotamente (gravado e reproduzido simultaneamente), com cessão de uso de imagem e voz.</p>					<p>() Úteis () Corridos</p>
<p>tâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa, para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia, através do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos. Os eventos poderão ocorrer de forma presencial (ao vivo, executado no local do evento), ou remotamente (gravado e reproduzido simultaneamente), com cessão de uso de imagem e voz.</p>								
		<p>() Úteis () Corridos</p>						
<p>3.5 REGRAS DE GARANTIA</p>	<p>()</p>	<p>B) REGRAS (DEFINIDAS PELA UNIDADE SOLICITANTE):</p>						
	<p>()</p>	<p>C) DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO II - Especificações Técnicas Detalhadas (INCLUIR AO FINAL DO DOCUMENTO)</p>						
	<p>(x)</p>	<p>A) NÃO SE APLICA, POIS O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NÃO É APLICÁVEL AO OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO E NÃO HÁ EXIGÊNCIA DE GARANTIA ACESSÓRIA</p>						
	<p>()</p>	<p>B) GARANTIA <u>LEGAL</u> PARA TODOS OS ITENS, CONFORME PRAZOS E CONDIÇÕES DEFINIDOS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR</p>						
		<p>C) GARANTIA CONTRATADA (SERVIÇO ACESSÓRIO) PARA TODOS OS ITENS</p> <p>➤ JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIA:</p>						
		<p>() D) HÍBRIDO (PARTE DOS ITENS COM GARANTIA LEGAL E PARTE DOS ITENS COM</p>						

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS**

		<p>GARANTIA CONTRATADA)</p> <p>➤ JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIA:</p> <p>➤ INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) – <i>Indicar o número correspondente ao item na tabela do APENSO I:</i></p> <ul style="list-style-type: none">○ GARANTIA LEGAL:○ GARANTIA CONTRATADA:
()	E)	<p>DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO II - Especificações Técnicas Detalhadas (INCLUIR AO FINAL DO DOCUMENTO)</p>
<p>3.5.1 REGRAS DA GARANTIA CONTRATADA (Somente para opções C ou D):</p> <p>➤ EXECUTOR DA GARANTIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p style="margin-left: 40px;">() A) CONTRATADO (REGRA GERAL)</p> <p style="margin-left: 40px;">() B) FABRICANTE (EXCEÇÃO)</p> <p style="margin-left: 80px;">○ Justificar a exigência de garantia do <u>fabricante</u> (Em caso positivo):</p> <p>➤ DURAÇÃO, contado da data do recebimento dos serviços - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p style="margin-left: 40px;">() A) _____ DIAS</p> <p style="margin-left: 40px;">() B) _____ MESES</p> <p style="margin-left: 40px;">() C) GARANTIA PEDURARÁ CONTINUAMENTE DURANTE TODA A VIGÊNCIA CONTRATUAL (SERVIÇOS CONTÍNUOS)</p> <p style="margin-left: 80px;">○ Justificar prazo de duração definido:</p> <p>➤ PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a partir da abertura pelo MPBA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p style="margin-left: 40px;">() A) _____ HORAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis () Corridos</p> <p style="margin-left: 40px;">() B) _____ DIAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis () Corridos</p> <p style="margin-left: 40px;">() C) OUTRO(S). Indicar:</p> <p>➤ FORMA DE EXECUÇÃO DO ATENDIMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p style="margin-left: 40px;">() A) Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador</p> <p style="margin-left: 40px;">() B) Assistência sediada no seguinte município: <i>Inserir texto</i></p> <p style="margin-left: 40px;">() C) Assistência sediada em local a critério da Contratada</p> <p style="margin-left: 40px;">() D) <i>On site</i>, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (EXCEÇÃO). Regras:</p> <ul style="list-style-type: none">○ Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de _____ (_____) horas, contadas da notificação pelo MPBA;○ O executor da garantia (conforme acima indicado) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de serviços/bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles tenham sido executados		

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS**

	<p>(serviços) ou estiverem (bens), bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário;</p> <p>○ Justificativa para a garantia <i>on site</i>:</p> <p>() E) Outra. Especificar:</p> <p>➤ DETALHAMENTO DAS DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DA GARANTIA (Se houver):</p>	
<p>3.6 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO</p>	<p>(x)</p>	<p>A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO</p>
	<p>()</p>	<p>B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS</p> <p>➤ Indicar parcela(s) subcontratável(eis):</p> <p>➤ Indicar regras/condições para subcontratação:</p>
<p>3.7 MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL</p>	<p>3.7.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:</p> <p>3.7.1.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o Contratante designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização do contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a Contratada sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.</p> <p>3.7.1.2 Incumbe à gestão e à fiscalização, na medida de suas competências institucionais, acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:</p> <p>3.7.1.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento e no contrato, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;</p> <p>3.7.1.2.2 Transmitir à Contratada as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;</p> <p>3.7.1.2.3 Promover, com a presença da Contratada, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;</p> <p>3.7.1.2.4 Esclarecer as dúvidas da Contratada, solicitando ao setor competente do Contratante, se necessário, parecer de especialistas;</p> <p>3.7.1.2.5 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;</p> <p>3.7.1.2.6 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).</p> <p>3.7.1.3 A fiscalização, pelo Contratante, não desobriga a Contratada de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.</p> <p>3.7.1.3.1 A ausência de comunicação, por parte do Contratante, sobre irregularidades ou falhas, não exime a Contratada das responsabilidades determinadas neste contrato.</p>	

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR – NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>3.7.1.4 O Contratante poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.</p> <p style="margin-left: 40px;">3.7.1.4.1 Qualquer serviço ou bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela Contratada, às suas expensas;</p> <p style="margin-left: 40px;">3.7.1.4.2 A não aceitação de algum serviço ou bem, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do Contratante.</p> <p>3.7.1.5 Para fins de fiscalização, o Contratante poderá solicitar à Contratada, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.</p> <p>3.7.1.6 A gestão e a fiscalização contratual observarão, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.</p>				
	<p>3.7.2 DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS AO OBJETO CONTRATADO: ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%; text-align: center; vertical-align: middle;">(x)</td> <td>A) NÃO SE APLICA, SENDO APLICÁVEIS APENAS AS DISPOSIÇÕES GERAIS ELENCADAS NO ITEM 3.7.1</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center; vertical-align: middle;">()</td> <td>B) DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAMENTE RELACIONADAS AO OBJETO CONTRATUAL</td> </tr> </table>	(x)	A) NÃO SE APLICA, SENDO APLICÁVEIS APENAS AS DISPOSIÇÕES GERAIS ELENCADAS NO ITEM 3.7.1	()	B) DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAMENTE RELACIONADAS AO OBJETO CONTRATUAL
(x)	A) NÃO SE APLICA, SENDO APLICÁVEIS APENAS AS DISPOSIÇÕES GERAIS ELENCADAS NO ITEM 3.7.1				
()	B) DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAMENTE RELACIONADAS AO OBJETO CONTRATUAL				
	<p>3.7.3 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</p> <p>3.7.3.1 A CONTRATADA sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/23, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.</p> <p>3.7.3.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:</p> <p style="margin-left: 40px;">3.7.3.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;</p> <p style="margin-left: 40px;">3.7.3.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;</p> <p style="margin-left: 40px;">3.7.3.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;</p> <p style="margin-left: 40px;">3.7.3.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;</p> <p style="margin-left: 40px;">3.7.3.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;</p> <p style="margin-left: 40px;">3.7.3.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;</p> <p style="margin-left: 40px;">3.7.3.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p> <p style="margin-left: 40px;">3.7.3.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;</p> <p style="margin-left: 40px;">3.7.3.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;</p>				

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS**

	<p>3.7.3.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;</p> <p>3.7.3.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:</p> <p>3.7.3.3.1 Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);</p> <p>3.7.3.3.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.7.3.2.2, a 3.7.3.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);</p> <p>3.7.3.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.7.3.2.5 a 3.7.3.2.10, acima, bem como nas alíneas 3.7.3.2.2 a 3.7.3.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);</p>		
	<p>3.7.4 DAS MULTAS - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <table><tr><td data-bbox="430 801 526 2143"><p>(X)</p></td><td data-bbox="526 801 1546 2143"><p>A) APLICAM-SE AS DISPOSIÇÕES ABAIXO ELENCADAS:</p><p>3.7.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;</p><p>3.7.4.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:</p><p>3.7.4.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;</p><p>3.7.4.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p><p>3.7.4.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;</p><p>3.7.4.2.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;</p><p>3.7.4.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;</p><p>3.7.4.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas:</p><p>3.7.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;</p><p>3.7.4.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;</p><p>3.7.4.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;</p><p>3.7.4.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;</p><p>3.7.4.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;</p><p>3.7.4.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;</p></td></tr></table>	<p>(X)</p>	<p>A) APLICAM-SE AS DISPOSIÇÕES ABAIXO ELENCADAS:</p> <p>3.7.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;</p> <p>3.7.4.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:</p> <p>3.7.4.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p> <p>3.7.4.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;</p> <p>3.7.4.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;</p> <p>3.7.4.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas:</p> <p>3.7.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;</p> <p>3.7.4.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;</p> <p>3.7.4.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;</p> <p>3.7.4.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;</p> <p>3.7.4.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;</p> <p>3.7.4.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;</p>
<p>(X)</p>	<p>A) APLICAM-SE AS DISPOSIÇÕES ABAIXO ELENCADAS:</p> <p>3.7.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;</p> <p>3.7.4.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:</p> <p>3.7.4.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p> <p>3.7.4.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;</p> <p>3.7.4.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;</p> <p>3.7.4.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas:</p> <p>3.7.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;</p> <p>3.7.4.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;</p> <p>3.7.4.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;</p> <p>3.7.4.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;</p> <p>3.7.4.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;</p> <p>3.7.4.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;</p>		

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS**

	<p>B) DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS - <u>PREENCHER, CONFORME O CASO:</u> *</p> <p>3.7.4.1 Moratória de xxx% (xxxx por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;</p> <p>3.7.4.2 Compensatória de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:</p> <p>3.7.4.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p> <p>3.7.4.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;</p> <p>3.7.4.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;</p> <p>() 3.7.4.3 Compensatória de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas:</p> <p>3.7.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;</p> <p>3.7.4.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;</p> <p>3.7.4.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato;</p> <p>3.7.4.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;</p> <p>3.7.4.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;</p> <p>3.7.4.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;</p>
<p>3.8 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO (PARA FINS DE FATURAMENTO)</p>	<p>3.8.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO:</p> <p>➤ PRAZO: 01 dias corridos, contados: <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO</u></p> <p>(x) A) DA FINALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS</p> <p>() B) DA ENTREGA DA NOTA FISCAL/FATURA</p> <p>() C) OUTRO:</p> <hr/> <p>3.8.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO:</p> <p>➤ PRAZO: 03 dias corridos, contados do recebimento provisório</p> <hr/> <p>3.8.3 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>() A) NÃO SE APLICA</p>

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS**

3.9 DOS PREÇOS	<div style="border-bottom: 1px solid black; margin-bottom: 10px;">(X) B) PRAZO ESCOLHER UMA OPÇÃO:</div> <div style="margin-bottom: 10px;">(X) 1) 01 HORAS. Contagem – Escolher <u>uma</u> opção: () Úteis (X) Corridos</div> <div style="margin-bottom: 10px;">() 2) 2 DIAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis () Corridos</div> <div>() 3) OUTRO(S). Indicar: Inserir texto</div>	
	<div>3.8.4 DEMAIS REGRAMENTOS:</div> <div style="margin-top: 10px;">3.8.4.1 O Contratante rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;</div> <div style="margin-top: 10px;">3.8.4.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos nos prazos definidos neste instrumento, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;</div> <div style="margin-top: 10px;">3.8.4.3 Eventual instabilidade na prestação do serviço deverá ser suprida no prazo máximo do item 3.8.3 assegurado à Contratada a possibilidade de adoção de eventual solução alternativa, neste prazo, a fim de segurar a continuidade da prestação do serviço;</div> <div style="margin-top: 10px;">3.8.4.4 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a Contratada obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;</div> <div style="margin-top: 10px;">3.8.4.5 O recebimento definitivo do objeto deste instrumento será concretizado depois de adotados, pelo Contratante, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/23, devendo ocorrer nos prazos definidos neste instrumento;</div> <div style="margin-top: 10px;">3.8.4.6 O aceite ou aprovação do objeto pelo Contratante não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste instrumento e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Contratante, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.</div>	
3.9 DOS PREÇOS	(X)	<div>3.9.1 ABRANGÊNCIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</div> <div style="margin-top: 10px;">A) OS PREÇOS CONTRATADOS ENGLOBAM TODOS E QUAISQUER CUSTOS NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DA CONTRATAÇÃO</div> <div style="margin-top: 10px;"><div style="margin-left: 20px;">➤ Englobam, exemplificativamente, todos os custos relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal designado pelo fornecedor para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos.</div><div style="margin-left: 20px;">➤ Demais regramentos (se houver):</div></div>
	()	<div>B) ITENS OU CUSTOS NÃO INCLUSOS NOS PREÇOS PACTUADOS:</div>
	<div>3.9.2 CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DOS PREÇOS - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</div>	

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS**

	<input type="radio"/>	A) VALOR MENSAL FIXO
	<input checked="" type="radio"/>	B) VALOR UNITÁRIO POR SERVIÇOS (sendo este precificado em horas - Na hipótese de algum dos serviços ultrapassar o período estabelecido de horas planejado para o evento, o valor será complementado proporcionalmente ao número de horas de serviço efetivamente prestado, excluindo-se os horários de refeição e deslocamento.)
	<input type="radio"/>	C) VALOR GLOBAL CONTRATADO , relativo à completa execução dos serviços
	<input type="radio"/>	D) OUTRO:
3.10 REGRAS DE FATURAMENTO	3.10.1 PERIODICIDADE DE FATURAMENTO(S) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:	
	<input type="radio"/>	A) MENSAL
	<input checked="" type="radio"/>	B) MÚLTIPLOS FATURAMENTOS, SENDO CADA UM REALIZADO APÓS A EXECUÇÃO DE CADA PEDIDO/EMPENHO EMITIDO
	<input type="radio"/>	C) EM PARCELA ÚNICA - ESCOLHER UMA OPÇÃO: <input type="radio"/> 1) AO FINAL DE TODA A EXECUÇÃO CONTRATUAL E RECEBIMENTO DO OBJETO (Regra geral) <input type="radio"/> 2) OUTRO:
	<input type="radio"/>	D) PARCELADO: ➤ QUANTIDADE DE PARCELAS: ➤ DEFINIÇÃO DOS MONTANTES DAS PARCELAS -
	<input type="radio"/>	E) OUTRO(A). Indicar:
	3.10.2 CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA FATURAMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:	
	<input checked="" type="radio"/>	A) NÃO SE APLICA , sendo necessária somente a apresentação de nota fiscal/fatura e certidões de regularidade fiscal e trabalhista, conforme item 3.11.1 (abaixo).
3.11 REGRAS PARA PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	<input type="radio"/>	B) REGRAS E/OU DOCUMENTOS EXIGIDOS, para além dos indicados na opção A. Especificar:
	3.11.1 O faturamento referente ao objeto deste instrumento será efetuado na periodicidade indicada no item 3.10.1, mediante apresentação, pela CONTRATADA , de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da CONTRATADA , documentação que deverá estar devidamente acompanhada do TERMO DE RECEBIMENTO pelo CONTRATANTE ;	
	3.11.2 Os pagamentos serão processados no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação indicada no item 3.11.1, desde que não haja pendência a ser regularizada;	
	3.11.3 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;	
	3.11.4 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto consignado na Cláusula Primeira;	
	3.11.5 O CONTRATANTE realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;	
	3.11.6 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente	

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS**

	<p>e agência indicadas pela CONTRATADA, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;</p> <p>3.11.7 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto nos itens 3.11.2 e 3.11.3.</p> <p>3.11.7.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao CONTRATANTE, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE.</p>	
3.12 REAJUSTAMENTO	()	<p>A) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. REGRAS:</p> <p>➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() A) INPC/IBGE</p> <p>() B) OUTRO. Indicar:</p> <p>➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pela Contratada, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado pela Administração.</p> <p>➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação do orçamento estimado pela administração e termo final o mês que antecede a data de aniversário.</p> <p>➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de execução de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados do orçamento estimado pela administração.</p> <p>➤ Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;</p>

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS**

	(x)	<p>B) NÃO É CABÍVEL A PREVISÃO DE REAJUSTAMENTO DURANTE A VIGÊNCIA ORIGINÁRIA DO CONTRATO, dadas as regras de pagamento e a natureza dos serviços. *</p> <p>Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência, os preços pactuados serão passíveis de reajustamento, conforme as seguintes regras e condições:</p> <p>➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p align="center">(x) A) INPC/IBGE</p> <p align="center">() B) OUTRO. Indicar:</p> <p>➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pela Contratada, após o transcurso do prazo total de execução dos serviços contratados.</p> <p>➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de meses decorridos entre a apresentação da proposta de preços e o encerramento do prazo inicial de duração da execução contratual.</p> <p>➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos ao novo período de vigência contratual.</p>
	(x)	<p>3.13.1 VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>A) NÃO SE APLICA (Não se trata de registro de preços)</p>
	()	<p>B) VIGÊNCIA DA ARP:</p> <p>➤ Prazo de vigência da ARP: _____ meses (Limitado a 1 ano)</p> <p>➤ Possibilidade de prorrogação de prazo de vigência - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p align="center">() NÃO () SIM (Limitado ao <u>total</u> de vigência da ARP de 2 anos)</p>
	()	<p>3.13.2 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>A) CONTRATAÇÕES SEM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() 1) _____ meses, contados do recebimento do empenho pela contratada</p> <p>() 2) _____ dias, contados do recebimento do empenho pela contratada</p> <p>() 3) _____ meses, contados a partir do dia ____ de ____ de ____ (previsão inicial)*</p> <p>() 4) _____ dias, contados a partir do dia ____ de ____ de ____ (previsão inicial)*</p>

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS**

	<input checked="" type="checkbox"/>	<p>B (<input type="checkbox"/>) CONTRATAÇÕES COM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>(X) Opção 1: 07 meses, contados a partir de(a) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>(<input type="checkbox"/>) A) Data certa (previsão inicial):</p> <p>(x) B) Da data da (última) assinatura</p> <p>(<input type="checkbox"/>) Opção 2: _____ dias, contados a partir de(a) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>(<input type="checkbox"/>) A) Data certa (previsão inicial): ____ de ____ de ____</p> <p>(<input type="checkbox"/>) B) Da data da (última) assinatura</p>
	<input type="checkbox"/>	<p>3.13.3 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>A) NÃO SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA</p> <p>B) SIM, SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE ADITIVO PARA TAL FIM.</p> <p>➤ Justificativa: Podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, a critério do contratante e mediante a anuência da contratada, por meio de termo aditivo, desde que os valores despendidos durante toda sua vigência não ultrapassem o limite previsto no art. 75, II, da Lei 14.133/2021 e o quanto registrado no PCA do MPBA para esta contratação, atendendo o cumprimento dos requisitos:</p> <p>1. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;</p> <p>2. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;</p> <p>3. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;</p> <p>5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;</p> <p>6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação;</p> <p>7. Existência de dotação orçamentária para aditamento do contrato;</p> <p>8. Respeitado o limite de 112 horas.</p>
<p>3.14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA</p>		<p>3.14.1 OBRIGAÇÕES GERAIS</p> <p>3.14.1.1 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no presente instrumento, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente do Contratante, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;</p> <p>3.14.1.1.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;</p> <p>3.14.1.2 Prestar diretamente os serviços ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, observando-se as regras para subcontratação definidas neste instrumento;</p> <p>3.14.1.3 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução dos serviços objeto deste instrumento;</p> <p>3.14.1.4 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente execução dos serviços objeto deste contrato;</p>

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS**

3.14.1.5 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação;

3.14.1.6 Assegurar que os serviços objeto deste contrato não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

3.14.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

3.14.1.7.1 A eventual retenção de tributos pelo Contratante não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela Contratada;

3.14.1.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, observando-se, ainda, o quanto disposto nos itens 3.10 e 3.11 deste instrumento;

3.14.1.9 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

3.14.1.10 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

3.14.1.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo Contratante, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o Contratante;

3.14.1.12 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

3.14.1.13 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;

3.14.1.14 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

3.14.1.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

3.14.1.16 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, ou do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;


3.14.1.17 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

3.14.1.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS**

	<p>3.14.1.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei 14.133/2021);</p> <p>3.14.1.20 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei 14.133/2021);</p> <p>3.14.1.21 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;</p> <p>3.14.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <table border="1" data-bbox="432 712 1546 1585"> <tr> <td data-bbox="432 712 531 801">()</td><td data-bbox="531 712 1546 801">A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anterior.</td></tr> <tr> <td data-bbox="432 801 531 1585">(x)</td><td data-bbox="531 801 1546 1585"> <p>B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto do interesse da CONTRATANTE ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da contratação, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, conforme o caso; 2. Repor imediatamente os profissionais a serviço dos eventos, no caso de ausência ou dispensa; 3. Enviar para a contratante em até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da prestação dos serviços, documento contendo todas as informações necessárias dos profissionais disponibilizados; 4. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na durante a contratação; 5. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços. 6. Cessão de uso de imagem e voz, do tradutor na hipótese de realização de eventos de forma virtual; 6. Conceder ao contratante o uso de imagem e voz, do tradutor, na hipótese de realização de eventos de forma virtual; 7. Não haverá empregados da CONTRATADA à disposição do CONTRATANTE, em tempo integral, nas suas instalações. 8. A atuação dos profissionais deverá satisfazer requisitos profissionais em nível compatível com as atribuições que lhes forem delegadas, sob inteira responsabilidade da CONTRATADA”. </td></tr> </table>	()	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS , sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anterior.	(x)	<p>B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto do interesse da CONTRATANTE ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da contratação, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, conforme o caso; 2. Repor imediatamente os profissionais a serviço dos eventos, no caso de ausência ou dispensa; 3. Enviar para a contratante em até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da prestação dos serviços, documento contendo todas as informações necessárias dos profissionais disponibilizados; 4. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na durante a contratação; 5. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços. 6. Cessão de uso de imagem e voz, do tradutor na hipótese de realização de eventos de forma virtual; 6. Conceder ao contratante o uso de imagem e voz, do tradutor, na hipótese de realização de eventos de forma virtual; 7. Não haverá empregados da CONTRATADA à disposição do CONTRATANTE, em tempo integral, nas suas instalações. 8. A atuação dos profissionais deverá satisfazer requisitos profissionais em nível compatível com as atribuições que lhes forem delegadas, sob inteira responsabilidade da CONTRATADA”.
()	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS , sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anterior.				
(x)	<p>B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto do interesse da CONTRATANTE ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da contratação, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, conforme o caso; 2. Repor imediatamente os profissionais a serviço dos eventos, no caso de ausência ou dispensa; 3. Enviar para a contratante em até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da prestação dos serviços, documento contendo todas as informações necessárias dos profissionais disponibilizados; 4. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na durante a contratação; 5. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços. 6. Cessão de uso de imagem e voz, do tradutor na hipótese de realização de eventos de forma virtual; 6. Conceder ao contratante o uso de imagem e voz, do tradutor, na hipótese de realização de eventos de forma virtual; 7. Não haverá empregados da CONTRATADA à disposição do CONTRATANTE, em tempo integral, nas suas instalações. 8. A atuação dos profissionais deverá satisfazer requisitos profissionais em nível compatível com as atribuições que lhes forem delegadas, sob inteira responsabilidade da CONTRATADA”. 				
<p>3.15 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE</p>	<p>3.15.1 OBRIGAÇÕES GERAIS</p> <p>3.15.1.1 Fornecer as informações necessárias para que a Contratada possa executar plenamente o objeto contratado;</p> <p>3.15.1.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nos itens 3.10 e 3.11 deste instrumento;</p> <p>3.15.1.3 Permitir o acesso da Contratada às instalações físicas do Contratante, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços;</p> <p>3.15.1.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;</p> <p>3.15.1.5 Fornecer à Contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o</p>				

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS

	<p>fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste instrumento.</p> <p>3.15.1.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:</p> <p>3.15.1.6.1 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento sobre o qual deverá se manifestar, admitida a prorrogação motivada, por igual período;</p> <p>3.15.1.6.2 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do requerimento, para responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;</p> <p>3.15.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <table><tr><td>(x)</td><td>A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.</td></tr><tr><td>()</td><td>B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:</td></tr></table>		(x)	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.	()	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:
(x)	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.					
()	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:					
3.16 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL	(X)	A) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL				
	()	<p>B) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Regras:</p> <p>➤ Percentual exigido - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>() A) 5% (cinco por cento) () B) OUTRO*. Indicar: _____ % (_____ por cento)</p> <p>➤ Prazo para apresentação: _____ dias após assinatura do contrato.</p> <p>➤ Justificativa para garantias com percentual superior a 5% (e limitadas a 10%) do valor inicial do contrato:</p>				
3.17 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	CONFORME FORMULÁRIOS DE INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ANEXOS AO EXPEDIENTE DE CONTRATAÇÃO.					
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO:						
MATRÍCULA: 351467	NOME DO SERVIDOR: Alex Santana Lima	INSERIR ASSINATURA DIGITAL: Documento assinado digitalmente  ALEX SANTANA LIMA Data: 08/07/2024 11:54:53-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br				
UNIDADE ADMINISTRATIVA: Centro de Apoio aos Direitos Humanos						

APENSO I

TABELA INDICATIVA DOS ITENS DE SERVIÇO A SEREM CONTRATADOS

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR –
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS**

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	Código do item de serviço, com descrição*
01	Contratação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia, através do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos. Os eventos poderão ocorrer de forma presencial (ao vivo, executado no local do evento), ou remotamente (gravado e reproduzido simultaneamente), com cessão de uso de imagem e voz.	Horas	112	12637 - Tradução / Interpretação Simultânea / Consecutiva

* Verificar em: <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>

TERMO DE REFERÊNCIA - DISPENSA DE LICITAÇÃO DE VALOR -
NÃO ELETRÔNICA - SERVIÇOS



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Em atendimento ao Despacho (1129079) informamos que foi feito o ajuste necessário no Termo de Referência para compatibilizar a previsão de possibilidade de prorrogação com a natureza do objeto no item 1.3 e 1.4. Documento (1129748).

Salvador, 08 de julho de 2024.

Alex Lima

Coordenador Administrativo II
Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos
Matrícula 351-467



Documento assinado eletronicamente por **Alex Santana Lima** em 10/16/2124, às 52:18, conforme Ato Normativo nº 146, de 57 de Dezembro de 2121 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **1129752** e o código CRC **58FACC0D**.

ços de tradutor/intérprete simultâneo de língua brasileira de sinais - Libras/Língua Portuguesa, para eventos realizados pelo MPBA.

Elementar:

40.101/0011 - CAODH

MADO DA COMPRA

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 39.200,00

quivos

Histórico

Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕	Valor total estimado ↕
Tradução / Interpretação Simultânea / Consecutiva Tradução / Interpretação Simultânea / Consecutiva	112	R\$ 350,00	R\$ 39.200,00

ACIONAL

TRATAÇÕES

CAS

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial de divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direcionada e homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteza das informações e dos arquivos relativos às contratações dispondo do PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

servicos.economia.gov.br

PARCEIROS



Contratações | Contratações Diretas

- FORNECEDORES SANCIONADOS
- CONCORRÊNCIA
- PREGÃO ELETRÔNICO
- PREGÃO PRESENCIAL
- CONCURSO
- CONVITE
- TOMADA DE PREÇO
- AVISOS DE DISPENSAS DE LICITAÇÕES
- CONTRATAÇÕES DIRETAS
- CONTRATOS E ADITIVOS
- CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES

Ver

Rastrear

Controle de acesso

Processo Administrativo (SEI):	1909021800014605202416
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	112/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	378/2024
Favorecido (a):	Farol Acessibilidade e Inclusão Ltda, CNPJ nº 42.397.920/0001-35
Objeto:	Prestação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa para eventos institucionais
Valor:	R\$ 39.200,00 (trinta e nove mil e duzentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0011 - CAODH
Data da Autorização:	05/07/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909009730014757202429
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	124/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Rop Segurança Ltda, CNPJ nº 10.633.569/0001-48
Objeto:	Prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça Regional de Eunápolis, 24 (vinte e quatro horas), 07 (sete) dias por semana, mediante o comodato de equipamentos de vigilância,





MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMP RESA FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSAO LTDA, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº 082/2024 - SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo Superintendente de Gestão Administrativa **André Luis Sant'Ana Ribeiro**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **EMPRESA FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSAO LTDA**, CNPJ nº. 42.397.920/0001-35, estabelecida à Avenida Luis Viana Filho – Lado Impar, nº 13223, Cond. Hangar Business Park, Bloco 1 – Sala 330, São Cristóvão, Salvador – Bahia, CEP: 41.00-300, representada por **Johnny Máximo Lourenço e Siqueira**, CPF/MF nº 03*****27, doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/Ba nº 14.634/2023, e, ainda, observado o constante no Processo de Dispensa de Licitação, nº 112/2024, protocolado sob o nº 19.09.02180.0014605/2024-16, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto contratação de empresa para prestação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia, conforme condições estabelecidas neste instrumento.

1.1.2 Incluem-se no objeto contratado todos os custos com mão de obra capacitada, bem como todos os insumos necessários à plena execução dos serviços contratados;

1.2 A **CONTRATADA** se declara em condições de prestar o serviço objeto deste instrumento em estrita observância com o disposto neste contrato.

1.3 A assinatura do presente instrumento contratual, pela **CONTRATADA**, importa na presunção de plena ciência e aquiescência com o seu conteúdo, inclusive quanto aos documentos anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO À CONTRATAÇÃO DIRETA

Integram o presente contrato, vinculando esta contratação, independentemente de transcrição: o termo de referência, a proposta da contratada e eventuais anexos dos documentos supracitados, além das condições estabelecidas no ato de autorização da Dispensa de Licitação, que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DURAÇÃO DO CONTRATO

3.1 O prazo de vigência do presente Contrato é de 07 (sete) meses, a começar da data da (última) assinatura pelas partes, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 c/c artigo 6º, XV da Lei Federal nº 14.133/2021, e será formalizada por termo aditivo;

3.1.1 A prorrogação de que trata este dispositivo se dará mediante a anuência da **CONTRATADA**, desde que os valores despendidos durante toda a sua vigência não ultrapassem o limite previsto no artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021 e o quanto registrado do Plano de Contratação Anual da **CONTRATADA** para esta contratação, atendendo o cumprimento dos seguintes requisitos:

3.1.1 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

3.1.2 Seja juntada justificativa e motivada, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

3.1.3 Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

3.1.4 Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

3.1.5 Seja comprovado que a **CONTRATADA** mantém as condições iniciais de habilitação;

3.1.7 Existência de dotação orçamentária para aditamento do contrato;

3.1.8 Respeitado o limite de 112 horas;

3.1.2 A prorrogação do prazo de vigência contratual fica condicionada, ademais, à disponibilidade orçamentária, devidamente declarada pela Unidade Gestora do recurso nos autos do procedimento administrativo correspondente.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME, DA FORMA DE EXECUÇÃO E DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO

4.1 O Regime de execução do presente Contrato é de Execução Indireta na modalidade Empreitada por Preço Unitário;

4.2 O **CONTRATANTE** convocará a **CONTRATADA** para retirar a nota de empenho no prazo de até 02 (dois) dias corridos contado a partir da notificação pela Administração, que ocorrerá, preferencialmente, através de envio de e-mail para o endereço indicado na proposta de preços;

4.2.1 As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).

4.2.2 A **CONTRATADA** poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração.

4.3 Os serviços, objeto deste instrumento, deverão ser executados por profissionais treinados e capacitados, aptos a executar o tipo de serviço constante no **APENSO ÚNICO**, obedecendo às seguintes especificidades:

4.3.1 A execução do serviço deverá ser previamente agendada junto à Coordenação do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos do **CONTRATANTE**, por meio do telefone (71) 3103-0345 e/ou dos endereços eletrônicos caodh@mpba.mp.br e alex@mpba.mp.br de segunda a sexta-feira das 08:00 às 12:00h e das 14:00 às 18:00h, com antecedência mínima de 08 (oito) dias corridos.

4.3.2 Os serviços, objeto do presente contrato, serão executados em eventos que poderão ocorrer de forma presencial (ao vivo, executado no local do evento), ou remotamente (gravado e reproduzido simultaneamente), com cessão de uso de imagem e voz, do tradutor na hipótese de realização de eventos de forma virtual.

4.3.3 A execução do serviço de maneira presencial ocorrerá nas sedes do Ministério Público do Estado da Bahia localizadas na cidade de Salvador e situadas na 5ª Avenida, nº 750, do CAB - Salvador, BA, CEP: 41.745-004 e na Avenida Joana Angélica, nº 1.312, Nazaré -Salvador, BA-CEP: 40.050-001 ou em local diverso desde que dentro da comarca de Salvador/BA;

4.3.3.1 Os serviços serão executados entre os horários compreendidos entre 08:00h às 22:00h, conforme programação dos eventos;

4.3.3.1.1 Na hipótese de algum dos serviços ultrapassar o período estabelecido de horas planejado para o evento, o valor será complementado proporcionalmente o número de horas de serviço efetivamente prestado, excluindo-se os horários de refeição e deslocamento;

4.3.3.2 Para eventos presenciais, o **CONTRATANTE** reservará espaço/local adequado para o posicionamento das/dos TILSP, visando garantir a qualidade do serviço;

4.3.3.3 A **CONTRATADA** deverá chegar ao local do evento com no mínimo 30 minutos de antecedência de início do evento, quando dos eventos presenciais;

4.3.4 A execução do serviço de maneira virtual poderá ocorrer em qualquer local onde a **CONTRATADA** possua conexão de internet com qualidade de transmissão, uma vez que não esteja utilizando a mesma rede de internet da **CONTRATANTE**.

4.4 O **CONTRATANTE**, quando possível, entregará à **CONTRATADA** todo o material escrito sobre cada evento ou resumo da fala dos palestrantes, com antecedência mínima de até 72 (setenta e duas) horas;

4.5 O **CONTRATANTE** deverá se reunir, de forma virtual, e sem custos com a **CONTRATADA**, em data anterior ao evento, a fim de prestar os detalhes necessários à adequada prestação do serviço;

4.6 Os serviços do profissional em tradução e interpretação de libras, quando executados em período superior a uma hora, deverá ser realizado em regime de revezamento, com, no mínimo, 02 (dois) profissionais por evento, conforme exigência da Lei Federal de nº 10436 de 24 de abril de 2002;

4.7 Na hipótese de algum dos serviços ultrapassar o período estabelecido de horas planejado para o evento, o valor será complementado proporcionalmente ao número de horas de serviço efetivamente prestado, excluindo-se os horários de refeição e deslocamento.

4.8 Não haverá empregados da **CONTRATADA** à disposição do **CONTRATANTE**, em tempo integral, nas suas instalações;

4.9 A atuação dos profissionais deverá satisfazer requisitos profissionais em nível compatível com as atribuições que lhes forem delegadas, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 O recebimento provisório dos serviços realizados ficará sob a incumbência do fiscal do contrato e se dará mediante termo, no prazo de 01 (um) dia corrido, contados da finalização dos serviços, com a discriminação dos serviços efetivamente realizados;

5.2 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

5.2.1 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 01 (uma) hora corrida, a contar da notificação da **CONTRATADA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.2.2 Eventual instabilidade na prestação do serviço deverá ser suprida no prazo máximo do item 5.2.1, assegurado à **CONTRATADA** a possibilidade de adoção de eventual solução alternativa, neste prazo, a fim de segurar a continuidade da prestação do serviço;

5.2.3 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a **CONTRATADA** obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

5.3 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/2023, devendo ocorrer no prazo de até 03 (três) dias, contados do recebimento provisório;

5.4 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

6.1 O preço unitário para plena execução do objeto contratual é de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), equivalente ao valor da hora dos serviços;

6.2 Para efeito de previsão dá-se ao presente Contrato o valor global de R\$ 39.200,00 (trinta e nove mil e duzentos reais) equivalente ao quantitativo de 112 horas de serviços;

6.2.1 O valor global é meramente estimativo, não cabendo à **CONTRATADA**, portanto, quaisquer direitos de cobrança caso o montante estipulado neste item não seja atingido durante a vigência deste instrumento, porquanto o pagamento ocorrerá em razão da quantidade de serviços efetivamente executados;

6.3 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da **CONTRATADA** envolvido na execução do objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1 Os pagamentos serão processados conforme ordem cronológica de pagamento, nos termos disciplinados no art.141 da Lei Federal de nº14.133/21;

7.2 O faturamento referente ao objeto deste contrato será efetuado em múltiplos faturamentos, sendo cada um realizado após a execução de cada pedido / empenho;

7.3 O pagamento será processado mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da **CONTRATADA**, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do **TERMO DE RECEBIMENTO** pelo **CONTRATANTE**;

7.4 Os pagamentos serão processados no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação indicada no **item 7.3**, desde que não haja pendência a ser regularizada;

7.4.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

7.4.2 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento;

7.5 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto consignado na **Cláusula Primeira**;

7.6 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

7.7 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

7.8 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto nos **itens 7.4 e 7.4.1**.

7.8.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **CONTRATANTE**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**.

7.9 No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

CLÁUSULA OITAVA – DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

8.1 A concessão de reajustamento ocorrerá após o transcurso do prazo de 01 (um) ano da data do orçamento estimado pela Administração, qual seja, 12 de junho de 2024, mediante aplicação do INPC/IBGE relativo ao período decorrido entre a referida data e a data da efetiva concessão do reajuste;

8.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

8.1.2 Os valores reajustados incidirão sobre as parcelas de serviços a serem executadas após o prazo de que cuida o item 8.1;

8.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços será realizada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

8.2 O reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento da Contratada quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

8.2.1. O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas hipóteses do art. 124, II, “d”, ou do art. 135 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de um ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002;

8.2.2. Na hipótese de contratos de fornecimento contínuos, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021, sob pena de preclusão;

8.2.2.1. Fica convencionado que, nos casos de contrato de fornecimento contínuos com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá observar a disposição do **subitem 8.2.1**;

8.3 O **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de

manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentado pela Contratada (art. 92, inciso XI, c/c 123, parágrafo único da Lei nº 14.133, de 2021);

8.4 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do Contratante deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Orçamentária/Gestora	Unidade Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos (Fonte)	Natureza da Despesa
40.101/0011	4083	100	9900	33.90.39

CLÁUSULA DÉCIMA - DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

10.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

10.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

10.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

10.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

10.2.3 Promover, com a presença da **CONTRATADA**, a verificação dos serviços já efetuados;

10.2.4 Esclarecer as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

10.2.5 Manter anotação em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

10.2.6 Informar aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

10.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

10.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato;

10.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

10.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

10.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**;

10.5 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato;

10.6 A gestão e a fiscalização contratual observará, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia que venham a ser publicados para disciplina da matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Além das determinações contidas na Cláusula **QUARTA - do Regime e da forma de execução** deste contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

11.2 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no presente contrato, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente do **CONTRATANTE**, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;

11.2.1 A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

11.3 Prestar diretamente os serviços ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, sendo vedada a subcontratação, ainda que parcial, do objeto contratado;

11.4 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução e aos fornecimentos objeto deste instrumento;

11.5 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente execução dos serviços objeto deste contrato;

11.6 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação;

11.7 Assegurar que os serviços objeto deste contrato não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

11.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

11.8.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;

11.9 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição do objeto, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, competindo ao fornecedor, ainda, observar, de acordo com a previsão da legislação tributária aplicável, nas hipóteses de retenção de tributos pelo **CONTRATANTE**, a necessidade de seu destaque, se cabível, bem como a discriminação das informações requeridas nas Notas Fiscais, conforme os comandos legais específicos;

11.10 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.11 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

11.12 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

11.13 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

11.14 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;

11.15 Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

11.16 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.17 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, ou do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

11.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.19 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**;

11.20 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

11.21 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

11.22 Compete à **CONTRATADA**, ainda:

11.22.1 Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto do interesse da **CONTRATANTE** ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da contratação, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, conforme o caso;

11.22.2 Repor imediatamente os profissionais a serviço dos eventos, no caso de ausência ou dispensa;

11.22.3 Enviar para o **CONTRATANTE** em até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da prestação dos serviços, documento contendo todas as informações necessárias dos profissionais disponibilizados;

11.22.4 Relatar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.22.5 Garantir a cessão de uso de voz e imagem do tradutor(a), na hipótese de realização de eventos de forma virtual;

11.22.6 Conceder ao **CONTRATANTE** o direito de uso de imagem e voz, do tradutor, na hipótese de realização de eventos de forma virtual;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

12.2 Fornecer as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

12.3 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos na **cláusula sétima**;

12.4 Permitir o acesso da **CONTRATADA** às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços;

12.5 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

12.6 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato;

12.7 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:

12.7.1 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data da conclusão da instrução do requerimento sobre o qual deverá se manifestar, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

12.7.2 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data da conclusão da instrução do requerimento, para responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

13.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

13.2 A **CONTRATADA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **CONTRATANTE**;

13.3 A **CONTRATADA** fica obrigada a comunicar ao **Ministério Público do Estado da Bahia**, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD;

13.4 A **CONTRATADA** cooperará com o **CONTRATANTE** no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral;

13.5 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

Não será exigida garantia da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/23, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

15.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

15.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

15.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

15.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

15.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

15.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

15.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

15.3.1 **Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

15.3.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 15.2.2, a 15.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);

15.3.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 15.2.5 a 15.2.10, acima, bem como nas alíneas 15.2.2 a 15.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);

15.3.4 Multa:

15.3.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

15.3.4.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas nas alíneas 15.2.6 a 15.2.10;

15.3.4.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas na alínea 15.2.3 e 15.2.4;

15.3.4.4 Para as infrações constantes das alíneas 15.2.1, 15.2.2 e 15.2.5, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

15.3.4.5 Será admitida medida cautelar destinada a garantir o resultado útil do processo administrativo sancionatório, de forma antecedente ou incidental à sua instauração, inclusive a retenção provisória do valor correspondente à estimativa da sanção de multa;

15.3.4.5.1 O valor da retenção provisória a que se refere o subitem anterior deste artigo não poderá exceder ao limite máximo estabelecido no §3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

15.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**;

15.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

15.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação;

15.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme o caso;

15.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

15.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa aa contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

15.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.7.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.7.2 As peculiaridades do caso concreto;

15.7.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.7.4 Os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;

15.7.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

15.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Estadual nº 14.634/23, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei;

15.9 A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

15.10 O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal;

15.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21 e da Lei Estadual de nº 14.634/23;

15.12 Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e da Lei Estadual de nº 14.634/23;

16.2 A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia análise da Assessoria Jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês;

16.4 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração do termo aditivo, na forma do artigo 136, da Lei 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

17.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

17.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

17.1.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da contratada pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;

17.1.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação;

17.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como de forma consensual, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

17.2.1 A extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta (arts. 138, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração (art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial (art. 138, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021);

17.2.2 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

17.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

17.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

17.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.3.3 Indenizações e multas.

17.4 O contrato poderá ser extinto, ainda:

17.4.1 Caso se constate que a contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

17.4.2 Caso se constate que a pessoa jurídica **CONTRATADA** possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

18.1 A utilização de mão de obra, pela **CONTRATADA**, para execução dos serviços objeto do presente contrato não ensejará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**;

18.2 São vedadas à **CONTRATADA** a subcontratação de mão de obra e a transferência a terceiros da execução dos serviços objeto do presente instrumento;

18.2.1 Fica garantido o direito de regresso do **CONTRATANTE**, perante a **CONTRATADA**, para ressarcimento de toda e qualquer despesa trabalhista, previdenciária ou de cunho indenizatório que venha a ser condenado a pagar, na eventual hipótese de vir a ser demandado judicialmente, relativamente à execução do objeto contratual, por qualquer empregado ou subcontratado da **CONTRATADA** ou por qualquer pessoa que, ainda que irregularmente, execute o objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICIDADE

O **CONTRATANTE** será responsável pela publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do **Salvador-Bahia**, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato;

21.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

21.3 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e estadual nº 14.634 de 2023 e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 12.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos;

21.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o Contrato, mediante justificativa expressa, nas hipóteses previstas na Lei Federal 14.133/21 e na forma de Lei Estadual de nº 14.634/23 para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

21.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento/revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

21.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

21.7 O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado;

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato para que produza seus efeitos legais.

FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO LTDA
Johnny Máximo Lourenço e Siqueira
Sócio

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
André Luis Sant'Ana Ribeiro
Superintendente de Gestão Administrativa

(Assinado e datado eletronicamente/digitalmente)

APENSO ÚNICO – CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES / EVENTOS

	Eventos: Seminários, Congressos, Oficinas, Workshops e outros indicados pelo MP.	Data	Carga horária estimada por evento	Mês de realização
1	Seminário sobre o combate ao bullying e racismo nas escolas.	15/08	8h	Agosto
2	Workshop Letramento Racial (Raça/etnia - conceito; Mito da Democracia Racial; Racismo Estrutural; Lugar de Fala; Colorismo e Afroconveniência na Política de Cotas Raciais).	Data a definir	8h	Julho
3	Seminário Desafios do acesso aos direitos através da Heteroidentificação.	Data a definir	8h	
4	2ª Edição do MPBA no Novembro Negro	Data a definir	12	Novembro
5	Realização de cursos de formação com e para pcd, preferencialmente ministrados por pcd	Data a definir	08	Agosto - novembro
6	Seminário sobre LGBTFobia em parceria com conselhos e secretarias com Sociedade em geral sobre.	Data a definir	08	Julho
7	Realizar e participar de cursos/seminários sobre as questões de antirracismo institucional.	Data a definir	10	Julho/Agosto
8	Oficina sobre utilização do aplicativo de Comunicação Acessível	Data a definir	04	Setembro
9	Realizar Lives, Seminários, Audiências Públicas, Parcerias e Convênios com Instituições Públicas e Privadas, inclusive de ensino	Data a definir	08	Julho - dezembro
10	Realizar 2 Seminários com interlocução do MP, Academia e Sociedade Civil, sendo o 1º - Velhices/LGBT e 2º - Saúde LGBT	Data a definir	08	Julho - dezembro
11	Fórum Estadual De Combate A Violências Contra Pessoas Com Deficiência: realizar palestras com conferencistas com expertise na temática	Data a definir	08	Setembro
12	Atuação Em Conjunto Com A Frente Parlamentar De Defesa Da Pessoa Idosa: Realizar de cursos, seminários, reuniões e afins	Data a definir	08	Setembro
13	Defesa das comunidades e povos tradicionais: Realizar e participar de eventos, visitas e reuniões ligados a temática quando demandado por sociedade civil/instituições	Data a definir	08	Julho - dezembro
	Eventos a definir pelo MP	Data a definir	06	Julho - dezembro
		Total	112	



Documento assinado eletronicamente por **JOHNNY MAXIMO LOURENÇO E SIQUEIRA** em 08/07/2024, às 17:06, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** em 09/07/2024, às 20:58, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1130573** e o código CRC **12E13A05**.

PORTARIA

PORTARIA Nº 277/2024

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o expediente nº 19.09.02180.0014605/2024-16, RESOLVE

Designar os servidores para atuarem na gestão e fiscalização do contrato nº 082/2024, relativo à prestação de serviços de tradutor/intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras/Língua Portuguesa para eventos a serem realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia.

GESTOR DO CONTRATO: Rogério Luiz Gomes de Queiroz, matrícula 351.320.

FISCAL ADMINISTRATIVO e SUPLENTE: Alex Santana Lima, matrícula 351.467, e Lucas Freitas Lima, matrícula 352.838, respectivamente.

FISCAL TÉCNICO e SUPLENTE: Inez Izabele Santos dos Santos, matrícula 352.222 e Cynthia Ramos do Amaral Saad, matrícula 352.775, respectivamente.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia.

André Luis Sant'Ana Ribeiro
Superintendente de Gestão Administrativa

(Datado e assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** em 09/07/2024, às 20:58, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1130613** e o código CRC **43BD08ED**.

ços de tradutor/intérprete simultâneo de língua brasileira de sinais - Libras/Língua Portuguesa, para eventos realizados pelo MPBA.

lementar:

10.101/0011 - CENTRO DE APOIO OPERACIONL DOS DIREITOS HUMANOS



ocial: FAROL ACESSIBILIDADE E INCLUSAO LTDA **CNPJ/CPF:** 42.397.920/0001-35 **Tipo:** Pessoa jurídica

Histórico

	Data ↕	Tipo ↕	Baixar
	10/07/2024	Contrato	

Pa

ACIONAL
RATAÇÕES
CAS

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial de divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos, um novo diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo composto por representantes das entidades estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direcionada e homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.



Contratações | Contratos e Aditivos

- FORNECEDORES
SANCIONADOS
- CONCORRÊNCIA
- PRECÃO ELETRÔNICO
- PRECÃO PRESENCIAL
- CONCURSO
- CONVITE
- TOMADA DE PREÇO
- AVISOS DE DISPENSAS DE
LICITAÇÕES
- CONTRATAÇÕES DIRETAS
- CONTRATOS E ADITIVOS
- CONVÊNIOS E
INSTRUMENTOS
CONGÊNERES

Ver

Rastrear

Controle de acesso

Processo Administrativo da contratação (SEI):	1909008540015403202425
Número do Instrumento (Contrato/Empenho):	075_2024
Tipo (Original / Aditivo):	Original
Parecer Jurídico:	361 / 204
Partes:	Ministério Público do Estado da Bahia e a empresa Lacuna Software Ltda, CNPJ nº 20.658.903/0001-71
Objeto do ajuste:	Contratação de serviços de suporte técnico mensal ao componente de software Lacuna PKI Suite (componente para realizar operações com os Certificados Digitais de autenticação de usuários e assinatura digital de documentos em sistemas Web com certificados digitais do tipo A1 ou A3), incluindo correção de falhas e possíveis atualizações durante o período de 12 (doze) meses
Valor:	R\$ 9.720,00 (nove mil setecentos e vinte reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0021 – Diretoria de Tecnologia da Informação
Link:	download
Processo Administrativo da contratação (SEI):	1909020240014681202406
Número do Instrumento (Contrato/Empenho):	077_2024
Tipo (Original / Aditivo):	Original
Parecer Jurídico:	362 / 204
Partes:	Ministério Público do Estado da Bahia e a empresa Schief Soluções em Tecnologia Ltda, CNPJ nº 55.276.631/0001-20
Objeto do ajuste:	Licenciamento de uso de software da Schief.ai, na forma de assistente jurídico virtual especializado em licitações públicas e contratos





Valor:	R\$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais)		
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0039 – CEAT		
Link:	download		
Processo Administrativo da contratação (SEI):	1909021800014605202416		
Número do Instrumento (Contrato/Empenho):	082_2024		
Tipo (Original / Aditivo):	Original		
Parecer Jurídico:	378/204		
Partes:	Ministério Público do Estado da Bahia e a empresa Farol Acessibilidade e Inclusão Ltda, CNPJ nº 42.397.920/0001-35		
Objeto do ajuste:	Prestação de serviços de tradutor / intérprete simultâneo de Língua Brasileira de Sinais – Libras / Língua Portuguesa para eventos institucionais		
Valor:	R\$ 39.200,00 (trinta e nove mil e duzentos reais)		
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101 / 0011 – CAODH		
Link:	download		
Processo Administrativo da contratação (SEI):	1909022820008262202482		
Número do Instrumento (Contrato/Empenho):	080_2024		
Tipo (Original / Aditivo):	Original		
Parecer Jurídico:	332/204		
Partes:	Ministério Público do Estado da Bahia e a empresa Techbiz Forense Digital Ltda, CNPJ nº 05.757.597/0002-18		
Objeto do ajuste:	Aquisição de equipamento copiador e duplicador de discos rígidos e dispositivos USB Falcon NEO2, novo, com todos os seus componentes integrantes (novos), bem como garantia		
Valor:	R\$ 320.610,76 (trezentos e vinte mil, seiscentos e dez reais e seis centavos)		
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0019 – CEOSP		
Link:	download		
Processo Administrativo da contratação (SEI):	1909023350001897202419		



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhamos o expediente à **CAODH** - Unidade de Execução Orçamentária, acompanhado das publicações do Contrato nº 082/2024 no Portal do Nacional de Compras Públicas (PNCP) e no Portal MPBA.

Em virtude da não exigência legal de publicação das portarias de gestão e fiscalização, bem assim considerando que os servidores designados manifestaram ciência da designação, registramos que deixamos de realizar as publicações no Diário de Justiça Eletrônico acerca das portarias designatórias.

Não havendo atos adicionais a serem praticados por esta Coordenação, concluímos o expediente na unidade.

Thalita Brito Caldas

Assistente Técnico Administrativo
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 354.181



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Brito Caldas** em 10/07/2024, às 13:38, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1134355** e o código CRC **24EF2C18**.